



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**A LUTA E RESISTÊNCIA DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO URBANA JOÃO
PEDRO TEIXEIRA EM JOÃO PESSOA-PB**

THAYSSA NERY DE BARROS MOREIRA

**JOÃO PESSOA
2024**

THAYSSA NERY DE BARROS MOREIRA

**A LUTA E RESISTÊNCIA DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO URBANA JOÃO
PEDRO TEIXEIRA EM JOÃO PESSOA-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Faleiros de Padua

JOÃO PESSOA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M8381 Moreira, Thayssa Nery de Barros.

A luta e resistência dos moradores da ocupação urbana João Pedro Teixeira em João Pessoa-PB / Thayssa Nery de Barros Moreira. - João Pessoa, 2024.
166 f. : il.

Orientação: Rafael Faleiros de Padua.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Centros urbanos - Direito à cidade. 2. Ocupações urbanas. 3. Movimentos sociais. I. Padua, Rafael Faleiros de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 911.375.631(043)

"A LUTA E RESISTÊNCIA DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO URBANA JOÃO PEDRO TEIXEIRA EM JOÃO PESSOA-PB"

por

Thayssa Nery de Barros Moreira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente.

Aprovado por:

Documento assinado digitalmente

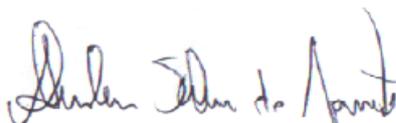
gov.br

RAFAEL FALEIROS DE PADUA

Data: 12/09/2024 16:59:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rafael Faleiros de Padua
Orientador



Prof. Dr. Alexandre Sabino Do Nascimento
Examinador interno



Prof.^a Dr.^a Nirvana Ligia Albino Rafael de Sa
Examinadora externa

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-graduação em Geografia
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia

Agosto/2024.

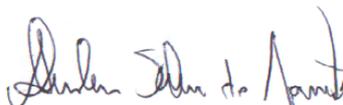


Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia

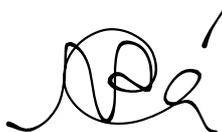
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA ALUNA THAYSSA NERY DE BARROS MOREIRA, CANDIDATA AO TÍTULO DE MESTRE EM GEOGRAFIA, NA ÁREA DE TERRITÓRIO, TRABALHO E AMBIENTE.

1 Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Agosto de 2024 (dois mil e vinte e quatro),
2 às 14:30 (quatorze horas e trinta minutos), na plataforma Google Meet, reuniram-se,
3 em caráter de solenidade pública, os membros da comissão designada para avaliar
4 **Thayssa Nery de Barros Moreira**, candidata ao grau de mestre em Geografia, na área
5 de **Território, Trabalho e Ambiente**. Foram componentes da banca examinadora os
6 professores Rafael Faleiros de Padua (orientador) – Doutor em Geografia; Alexandre
7 Sabino Do Nascimento (examinador interno) – Doutor em Geografia; Nirvana Ligia
8 Albino Rafael de Sá (examinadora externa) – Doutora em Planejamento Urbano e
9 Regional; sendo os dois primeiros integrantes do corpo docente da UFPB, e a terceira,
10 do IESP. Dando início aos trabalhos, o Presidente da banca, Prof. Rafael Faleiros de
11 Padua, após declarar os objetivos da reunião, apresentou a candidata **Thayssa Nery de**
12 **Barros Moreira**, a quem concedeu a palavra para que defendesse, oral e
13 suscintamente, sobre o tema apresentado, intitulado: “**A LUTA E RESISTÊNCIA DOS**
14 **MORADORES DA OCUPAÇÃO URBANA JOÃO PEDRO TEIXEIRA EM JOÃO PESSOA-**
15 **PB**”. Após discorrer sobre o referido tema, a candidata foi arguida pelos examinadores,
16 na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão em caráter secreto, a proceder à
17 avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito **Aprovada**.
18 Face à aprovação, declarou o Presidente achar-se o avaliado legalmente habilitada a
19 receber o Grau de mestre em Geografia, cabendo à Universidade Federal da Paraíba,
20 providências, como de direito, à expedição do Diploma a que a mesma fez jus. Nada
21 mais havendo a tratar, foi lavrada a Ata, que segue assinada e aprovada pela
22 Comissão Examinadora.

23
24
25
26 **Prof. Dr. Rafael Faleiros de Padua**
27 Orientador

28
29
30 

31
32 **Prof. Dr. Alexandre Sabino Do Nascimento**
33 Examinador interno

34
35
36 

37
38
39 **Prof.ª Dr.ª Nirvana Ligia Albino Rafael de Sa**
40 Examinadora externa

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar meu sincero agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, que foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu orientador, Rafael Padua pela orientação, pelas valiosas contribuições e pelo encorajamento. E, também, ao grupo de estudos de Lefebvre, coordenado pelo professor Rafael Padua, por todos os debates enriquecedores e pelo apoio intelectual.

Gratidão ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e aos moradores da ocupação urbana João Pedro Teixeira que me concederam entrevistas. Suas histórias e experiências foram essenciais para a construção desta pesquisa.

Aos meus pais, Geraldo e Maria de Lourdes, e ao meu irmão Thales. Às minhas queridas avós, que, embora não estejam mais presentes fisicamente, continuam a me inspirar e a me motivar todos os dias. Ao meu marido Thiago pelo apoio incansável ao longo de toda esta jornada.

*“Com luta, com garra, a casa sai na marra.”
(Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas)*

RESUMO

Em meio a centros urbanos marcados pela escassez de moradia digna e pela presença de prédios abandonados, as ocupações urbanas se erguem como atos de resistência e sobrevivência. A Ocupação João Pedro Teixeira, em João Pessoa, se configura como um exemplo dessa luta por direitos sociais e pelo direito à cidade. Lideradas por movimentos sociais como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), as ocupações transcendem a mera busca por um teto, configurando-se como espaços de contestação à lógica da exclusão e da segregação urbana. No entanto, essa luta por direitos encontra barreiras na forma de estigmatização e criminalização. Tanto os ocupantes quanto os movimentos sociais que os apoiam são frequentemente rotulados como infratores da lei, vendo sua luta desqualificada por diversos setores da sociedade. Para compreender essa realidade complexa, a presente dissertação adota uma abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas e pesquisa de campo. Através da perspectiva dos moradores da Ocupação João Pedro Teixeira, a pesquisa explora suas vivências, motivações e os desafios enfrentados no dia a dia. Os resultados da pesquisa evidenciam o impacto social e político das ocupações, destacando sua resistência frente à criminalização e à exclusão social. A pesquisa oferece um olhar humanizado sobre a luta por moradia digna, permitindo que se dê ouvidos àqueles que são marginalizados e silenciados pela sociedade.

Palavras-chave: Ocupações urbanas. Movimentos sociais. Direito à cidade. Lutas urbanas. Resistência.

ABSTRACT

Amidst urban centers characterized by a shortage of adequate housing and the presence of abandoned buildings, urban occupations emerge as acts of resistance and survival. The João Pedro Teixeira Occupation in João Pessoa serves as a notable example of the struggle for social rights and the right to the city. Led by social movements like the Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), these occupations transcend the mere pursuit of shelter, becoming spaces of contestation against the logic of exclusion and urban segregation. However, this fight for rights faces significant challenges, including stigmatization and criminalization. Occupants and supporting social movements are often labeled as lawbreakers, with their struggle being discredited by various sectors of society. To understand this complex reality, this dissertation employs a qualitative approach, utilizing semi-structured interviews and field research. Through the lens of the residents of the João Pedro Teixeira Occupation, the study delves into their experiences, motivations, and the daily challenges they face. The findings highlight the social and political impact of these occupations, emphasizing their resistance to criminalization and social exclusion. This research offers a humanized perspective on the struggle for dignified housing, amplifying the voices of those marginalized and silenced by society.

Keywords: Urban occupations. Social movements. Right to the city. Urban struggles. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Banner na entrada da ocupação.....	11
Figura 02 - Localização da ocupação João Pedro Teixeira.....	12
Figura 03 - Título em Jornal da Paraíba	62
Figura 04 - Título em Portal Correio.....	63
Figura 05 - Título em G1 Paraíba.....	64
Figura 06 - Trecho de notícia em site.....	65
Figura 07 - <i>Feed</i> do Instagram do MLB.....	70
Figura 08 - Título de notícia no site Mídia Ninja.....	72
Figura 09 - Texto da notícia no site Mídia Ninja.....	73
Figura 10 - Texto da notícia no site Mídia Ninja.....	73
Figura 11 - Título de notícia no site Brasil de Fato PB.....	74
Figura 12 - Texto da notícia no site Brasil de Fato PB.....	74
Figura 13 - Fotos das famílias despejadas da notícia no site do Brasil de Fato PB.....	75
Figura 14 - Título de notícia no site G1.....	76
Figura 15 - Texto da notícia no site G1.....	77
Figura 16 - Tabela de divisão de limpeza na ocupação.....	81
Figura 17 - Realidade dos banheiros da ocupação.....	105
Figura 18 - Casa da entrevistada-9.....	115
Figura 19 - Escadas estreitas da ocupação e encanamento feito pelos próprios moradores.....	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Levantamento de trechos de notícias.....	61
---	----

LISTA ABREVIATURA E SIGLAS

BNH - Banco Nacional de Habitação

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CMP - A Central de Movimentos Populares

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DSI - Doutrina Social da Igreja

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

FERURB-PB - Fórum Estadual de Reforma Urbana da Paraíba

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

M.M.M.D - Movimento de Moradia Mãos Dadas

MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia

MNRU - Movimento Nacional pela Reforma Urbana

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MST - Movimento Sem Terra

MTD - Movimento de Trabalhadores por Direitos

MTL - Movimento Terra Livre

UP - Unidade Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E A LUTA PELO ESPAÇO NA CIDADE	18
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO À CIDADE	19
1.1.1 Transformações Urbanas e Lutas Sociais: Direito à Cidade entre Lefebvre e Harvey.....	21
1.1.2 Entre a Urbanização e a Revolução: A Reivindicação do Direito à Cidade na Visão de David Harvey	23
1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	26
1.2.1 Expressão, Reunião e Democracia: Passaportes para a solidificação dos Movimentos sociais como instrumentos de mudanças sociais.....	28
1.2.2 Algumas bases que orientam a explicação dos Movimentos Sociais ..	31
1.2.3 Movimento Social Urbano em prol da concretização do Direito à Moradia.....	33
1.3 A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NO MOVIMENTO SOCIAL POR MORADIA	37
1.3.1 A Comissão Pastoral da Terra e as Romarias da Terra na Paraíba e seu papel para os movimentos sociais.....	38
1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE PROPRIEDADE E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	42
1.5 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB.	48
CAPÍTULO 2 - MÍDIA E TERRITORIALIDADE: A CRIMINALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DOS SEM-TETO EM JOÃO PESSOA-PB	56
2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	57
2.2 RESSIGNIFICAÇÃO MUDIÁTICA NA LUTA POR RECONHECIMENTO E JUSTIÇA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA EM JOÃO PESSOA	66
CAPÍTULO 3 - LUTAS E RESISTÊNCIAS DA OCUPAÇÃO JOÃO PEDRO TEIXEIRA	78
3.1 POR QUE OCUPAR O CENTRO DA CIDADE?	79
3.1.1 Reestruturação Urbana e Gentrificação: Uma Análise Marxista do espaço e acumulação capitalista.....	85
3.2 UMA LUTA POR MORADIA, DIREITOS E DIGNIDADE	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE A	139
APÊNDICE B	157

APÊNDICE C.....	158
APÊNDICE D.....	159
APÊNDICE E.....	160
APÊNDICE F.....	161
APÊNDICE G.....	162
APÊNDICE H.....	163

INTRODUÇÃO

Uma realidade discrepante existe em muitos centros urbanos: a presença de prédios abandonados e desocupados, contrastando com a falta de acesso à moradia digna para grande parte da população. Nesse contexto, as ocupações urbanas têm sido protagonistas de momentos marcantes nas lutas urbanas. Como ato de resistência e um instrumento de luta, de protesto, as ocupações constituem elemento estratégico da de luta pelo direito à moradia por parte de alguns movimentos sociais urbanos no Brasil, mas não se limita apenas a isso, representam uma luta maior pelo direito à cidade. Corroborando com Ribeiro (2018), podemos afirmar que a resistência emerge como sobrevivência, como dimensão obrigatória do ato de viver, como forma de luta pelo espaço.

Nesse sentido, o que as pessoas buscam é acesso a direitos, renegados sob uma perspectiva histórica e social. Ribeiro (2012), ao escrever sobre a luta por espaço, manifesta que, sob a égide do capitalismo, o trabalhador “vende” sua força de trabalho em troca do poder de consumo, mas não consegue usufruir de um território digno e é isso que causa os conflitos. A luta por espaço revela a marcante desigualdade social.

Nesse cenário, as ocupações urbanas em João Pessoa se propagam como movimentos de resistência às políticas habitacionais, aos vazios urbanos e “ao mesmo tempo revela uma história concreta de conquista de direitos básicos que o próprio Estado não garantiu às parcelas mais pobres das classes trabalhadoras” (PADUA, 2022, s/p).

Ocupar é uma ação decorrente de necessidades, é um movimento de resistência, constituído pela indignação, é a esperança de conseguir uma vida mais digna. É a alternativa para quem é vítima do descaso do Estado e tem seus direitos básicos violados. As ocupações são espaços de atividades diárias de produção e sobrevivência, de formação política, encontros, eventos culturais, manifestações e de construção de relações sociais de solidariedade entre os ocupantes. Além do mais, participar de uma ocupação “não é uma decisão tão simples, afinal, mais do que experiência, significa transformar a própria vida” (FERNANDES, 2000, p. 64).

Sendo assim, nesta pesquisa, refletimos sobre as formas de luta e resistência enfrentadas pelos moradores da ocupação urbana João Pedro Teixeira, localizada no centro da cidade de João Pessoa, bem como dos militantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Analisamos a ocupação como um ato político de

resistência, que almeja não apenas a reivindicação do direito à moradia, mas também a afirmação da cidadania e da identidade desses sujeitos.

O MLB é o movimento responsável pela organização da ocupação, que tem como lema “morar dignamente é um direito humano”, como podemos observar na Figura 01.

Figura 01: Banner na entrada da ocupação.

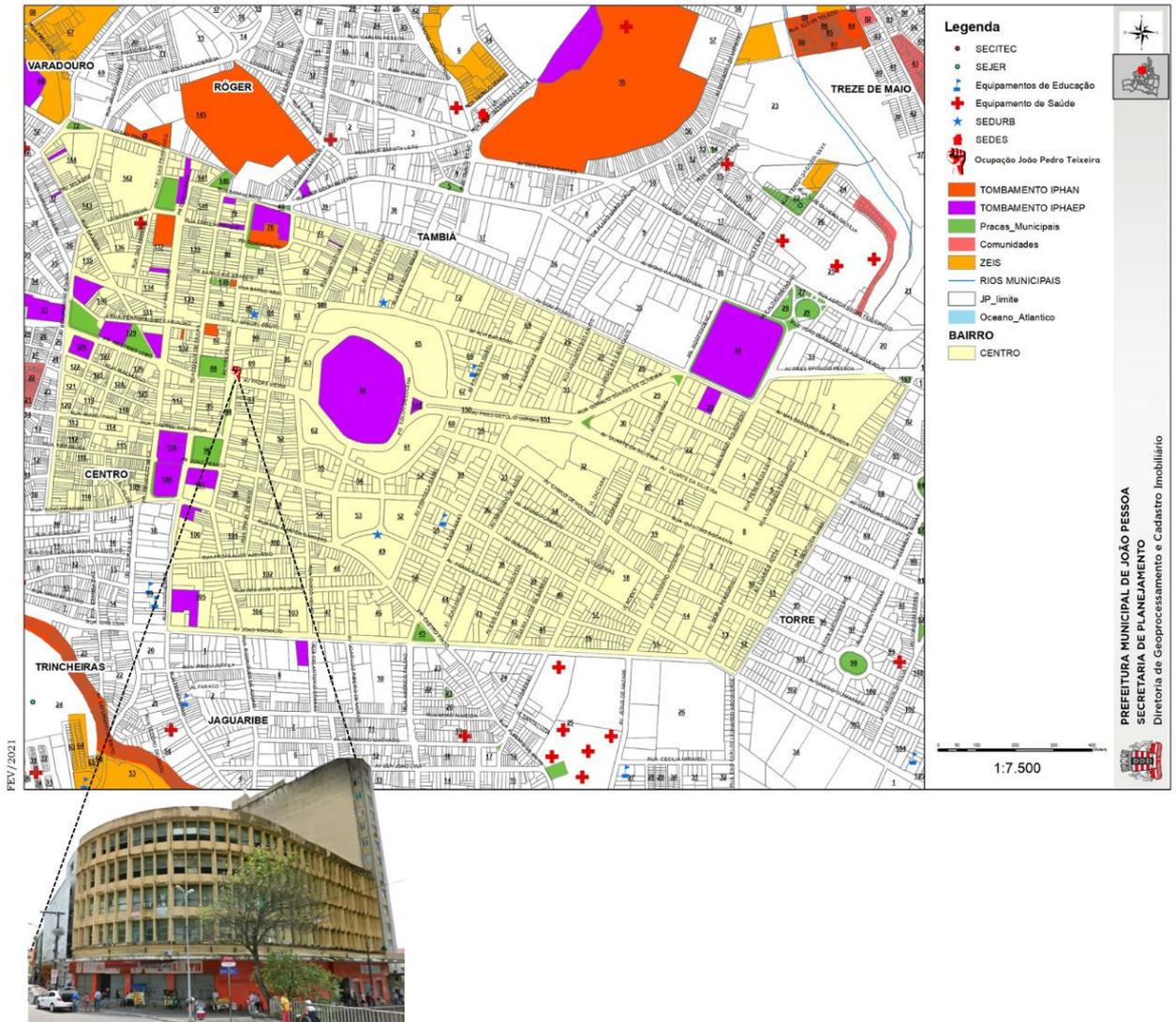


Fonte: Autora, 2022.

Segundo Buonfiglio (2007) para que uma ocupação tenha sucesso como possibilidade de permanência no imóvel, são considerados alguns fatores - tais como: localização, entorno, a situação encontrada no imóvel, o poder público envolvido - que influenciam favoravelmente ou desfavoravelmente.

Desse modo, um dos fatores que permitiram a escolha da referida ocupação, se deu por ter sido estabelecida em um prédio de propriedade da Prefeitura de João Pessoa (ver Figura 02), abandonado há anos, além de que “a ocupação no centro da cidade expõe outra questão importante, que é o fato de que na cidade e sobretudo no centro, há inúmeros imóveis desocupados que não cumprem nenhuma função social” (PADUA, 2022, s/p).

Figura 02: Localização da ocupação João Pedro Teixeira



Fonte: Planta Base da Cidade de João Pessoa (PMJP), 2021. Editado pela autora, 2024.

As ocupações urbanas são realizadas, na maioria das vezes, pela colaboração de movimentos sociais de luta por moradia, que atuam como mediadores entre os ocupantes e o poder público, buscando viabilizar soluções habitacionais mais justas. No Brasil, os movimentos sociais se expandiram a partir da década de 1970, mas foi a partir de 1990 que as formas de protesto e reivindicações de moradia se tornaram mais evidentes.

Os movimentos sociais são conhecidos como a expressão da sociedade civil organizada, que age por meio de ações sociais coletivas, de natureza sociopolítica

e cultural, como forma de resistência à exclusão e luta pela inclusão social (GOHN, 2011). Lutam pelo direito de criar um modelo de sociedade, fora da lógica do capitalismo e da injustiça. Nesse sentido,

os movimentos sociais de luta pela moradia iniciaram uma série de ações, nem sempre organizadamente, chamando o poder público e a sociedade para o debate. Às vezes, a forma encontrada de convocar este diálogo foi através da agregação e mobilização de pessoas para a ocupação de prédios abandonados (MARTINS, 2009, p.6).

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) surgiu em 1999, a partir de ações de reivindicação por moradia em Belo Horizonte e Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana do Recife. Nesses 24 anos de atuação, o movimento consolidou-se como um dos principais movimentos de massas na luta pela reforma urbana no Brasil, está presente em 16 estados e no Distrito Federal.¹

Logo, neste trabalho pretendemos nos aprofundar sobre os movimentos sociais, traremos as experiências e memórias dos moradores e militantes da Ocupação João Pedro Teixeira, afim de entendermos os conflitos, reivindicações, as motivações e dificuldades que enfrentam. Seus relatos enriqueceram esta pesquisa, permitindo que possamos dar ouvidos a suas vozes e reconhecer as realidades que vivenciam.

Assim, cumpre elencar o objetivo geral deste trabalho: entender de que maneira as ocupações urbanas e os movimentos sociais efetivam-se como forma de luta e resistência.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- (I) Refletir sobre as ações/reações dos movimentos sociais na luta pela cidade;
- (II) Apresentar o que a Ocupação João Pedro Teixeira revela sobre a urbanização contemporânea de João Pessoa.
- (III) Compreender quais experiências e trajetórias que levaram os ocupantes a residirem na ocupação João Pedro Teixeira;

Constantemente os ocupantes de imóveis que não cumprem função social e os movimentos sociais são vítimas de preconceito e criminalização. A polícia, a sociedade, a mídia, e até mesmo a Prefeitura agem em defesa dos interesses do

¹ Informação tirada do site <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/12/17/movimento-de-luta-nos-bairros-vilas-e-favelas-ocupacao-supermercados.htm>. Acesso em dez. 2022

poder proprietário, muitas vezes, “representando grupos corporativos que exercem influência nas áreas ocupadas pelos movimentos sociais” (NOBRE, 2014, p. 136).

Há uma percepção generalizada de que quem ocupa é um infrator perante a lei, de que a maneira legítima de obter terreno ou moradia é através do processo de compra e venda. A criminalização e a desvalorização evidenciam-se mediante a desqualificação dos ocupantes, considerados como “vagabundos”, “desocupados”, “invasores”. Vejamos por exemplo trecho de uma matéria publicada no site do Jornal da Paraíba:

Cerca de 40 famílias ocuparam o Edifício Nações Unidas, em frente ao Ponto de Cem Réis, em João Pessoa, na madrugada desta terça-feira (5). O prédio foi desapropriado pela Prefeitura em 2019 para abrigar um shopping popular, mas, até agora, nada foi feito no local. A **invasão** foi conduzida pelo MLB [...] (grifo nosso).²

Buonfiglio (2007) chama a atenção que no IBGE as ocupações são definidas como ‘domicílio ocupado por invasão’, o emprego dessa palavra “invasão” tem uma conotação ideológica negativa que desmerece o processo de luta. Logo, cabe ressaltar que ocupar imóvel vazio, que não cumpre função social não é crime, é um direito. É diferente de invadir, afinal, quem invade está tomando algo que não é seu, e, por isso, cometendo um delito, já as ocupações,

Como forma de estratégia de pressão política dos movimentos populares, podem ser consideradas ações legítimas e legais. Em outras palavras, o sistema jurídico diferencia ocupação (instrumento de pressão política) de invasão (crime contra o patrimônio ou dano à propriedade privada) (TRINDADE, 2014, p. 185).

Conseqüentemente, despejos e violência policial são incapazes de resolver um “problema que é, na sua raiz, um problema social, então a criminalização dos movimentos não impede o povo de seguir ocupando, pois são justamente os movimentos que dinamizam uma estrutura de autoproteção coletiva” (GONÇALVES e FREITAS, 2018, s/p). Sendo assim, quem deve ser penalizado não são os ocupantes, e sim quem descumpra a Constituição Federal ao deixar imóveis vagos e ociosos servindo apenas para a especulação e o lucro, a Prefeitura que deixa de notificar esses imóveis e todo o aparelho do Estado por se abster “de aplicar e cumprir os

² Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/conversa-politica/2022/04/05/familias-ocupam-predio-ponto-de-cem-reis-joao-pessoa>. Acesso em: dez/2022.

instrumentos jurídico-urbanísticos de combate à especulação e destinação dos vazios ao interesse e uso social/coletivo” (NOBRE, 2014, p. 135).

Fazemos essas considerações porque os ocupantes não possuem a intenção de se apropriar da propriedade, e sim de reivindicar a permanência no lugar, a “regulação dos direitos sociais básicos, de modo que a ocupação explicita a mediação entre a luta utópica pelo direito à cidade e pelo direito à moradia.” (BUONFIGLIO, 2007, p. 221.) Além de se revelarem contra o poder hegemônico, contra “a produção da cidade como mercadoria, lutando por elementos concretos da vida cotidiana na cidade” (PADUA, 2017, p.81).

É por esse motivo que, diante da falência de um Estado Democrático de Direito a qual se constata na abstenção e/ou incapacidade de garantir o básico, como o direito fundamental à moradia a todos, os indivíduos excluídos no processo de repartição de bens e riquezas não encontram outra saída que não a ocupação.

Diante do exposto, esse trabalho é focado nas ocupações urbanas e nos movimentos sociais como forma de resistência em João Pessoa. Busca-se trazer o entendimento das ocupações como uma realidade, discordando de qualquer julgamento que venha a tratar ocupações como um crime.

No contexto das justificativas sociais, o trabalho prioriza a importância de dar ouvidos aos moradores que vivem na ocupação urbana. Esses moradores geralmente enfrentam condições de vulnerabilidade e falta de acesso a recursos básicos. Ao revelar as experiências e lutas desses moradores, esta pesquisa visa ajudar a tornar mais visível a realidade que eles enfrentam e a sensibilização da sociedade sobre as desigualdades urbanas.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa preenche lacunas existentes no âmbito de estudos que se concentram nas realidades das ocupações urbanas. Embora haja pesquisas sobre questões habitacionais e urbanas, as perspectivas, e motivações dos moradores envolvidos nesses movimentos, nem sempre foram totalmente exploradas.

Nos baseamos no método de pesquisa do materialismo histórico-dialético de Karl Marx, pois conduz o pesquisador a analisar de modo aprofundado seu objeto de pesquisa e a buscar, comprometendo-se com o sujeito, “transformar, mesmo que de forma sutil e processual, a realidade” (LEITE, 2017, p. 852), pois este método visa tanto fazer interpretações do real, como oferecer bases teóricas consistentes para a sua transformação e para a transformação do mundo (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007).

Para o materialismo histórico-dialético, o conhecimento e o pesquisador não são neutros, além de que defende a superação da separação entre sujeito e objeto. Sendo assim, a investigação da pesquisa foi realizada por meio da participação do pesquisador na realidade dos sujeitos para captar os detalhes da prática cotidiana dos indivíduos pertencentes à ocupação urbana.

Quanto à abordagem, classifica-se como qualitativa, com coleta de dados via pesquisa bibliográfica e documental. Diário de campo, observações e entrevistas através de questionário semiestruturado com os moradores das ocupações urbanas foram as ferramentas de pesquisa utilizadas na geração de informações, pois são estratégias metodológicas que facilitam a interação entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, para analisar como e de que maneira as trajetórias sociais e espaciais dos moradores afetam suas condições de vida atuais (SOUZA, 2022).

O questionário aplicado é um roteiro com perguntas abertas, funcionando mais como um guia, com a flexibilidade de acrescentar questões adicionais à medida que surgem novas ideias. É dividido em eixos temáticos como mapeamento do perfil dos ocupantes (idade, sexo, composição familiar), relação com a ocupação (tempo de moradia, como chegou até lá), vivência (motivação para ocupação, expectativas), se as famílias da ocupação são contempladas com auxílios do governo. Essa busca em relação a diversidade no perfil dos moradores da ocupação, é possível, por meio do contato direto com essas pessoas, dialogando com elas.

Para isso, utilizamos a pesquisa de campo. Segundo Gonsalves (2001, p.67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Dessa forma, a pesquisa de campo permitiu um contato com a realidade estudada, possibilitando não apenas analisar, mas também facilitou uma compreensão das condições de vida e das lutas cotidianas vivenciadas pelos moradores da ocupação urbana João Pedro Teixeira. Embora a pesquisa não tenha permitido uma imersão completa no cotidiano dos moradores, a participação em encontros e eventos organizados pelo MLB na ocupação, e a realização de entrevistas proporcionou uma base para interpretação crítica e a potencial transformação da

realidade, reafirmando o compromisso do materialismo histórico-dialético com a prática social e a mudança concreta.

Assim, a pesquisa foi estruturada em 3 capítulos. No primeiro capítulo, exploramos o conceito do direito à cidade e a atuação dos movimentos sociais urbanos na luta por moradia. Discutimos também a influência da Igreja Católica nos movimentos por moradia, especialmente através da Comissão Pastoral da Terra e das Romarias da Terra na Paraíba.

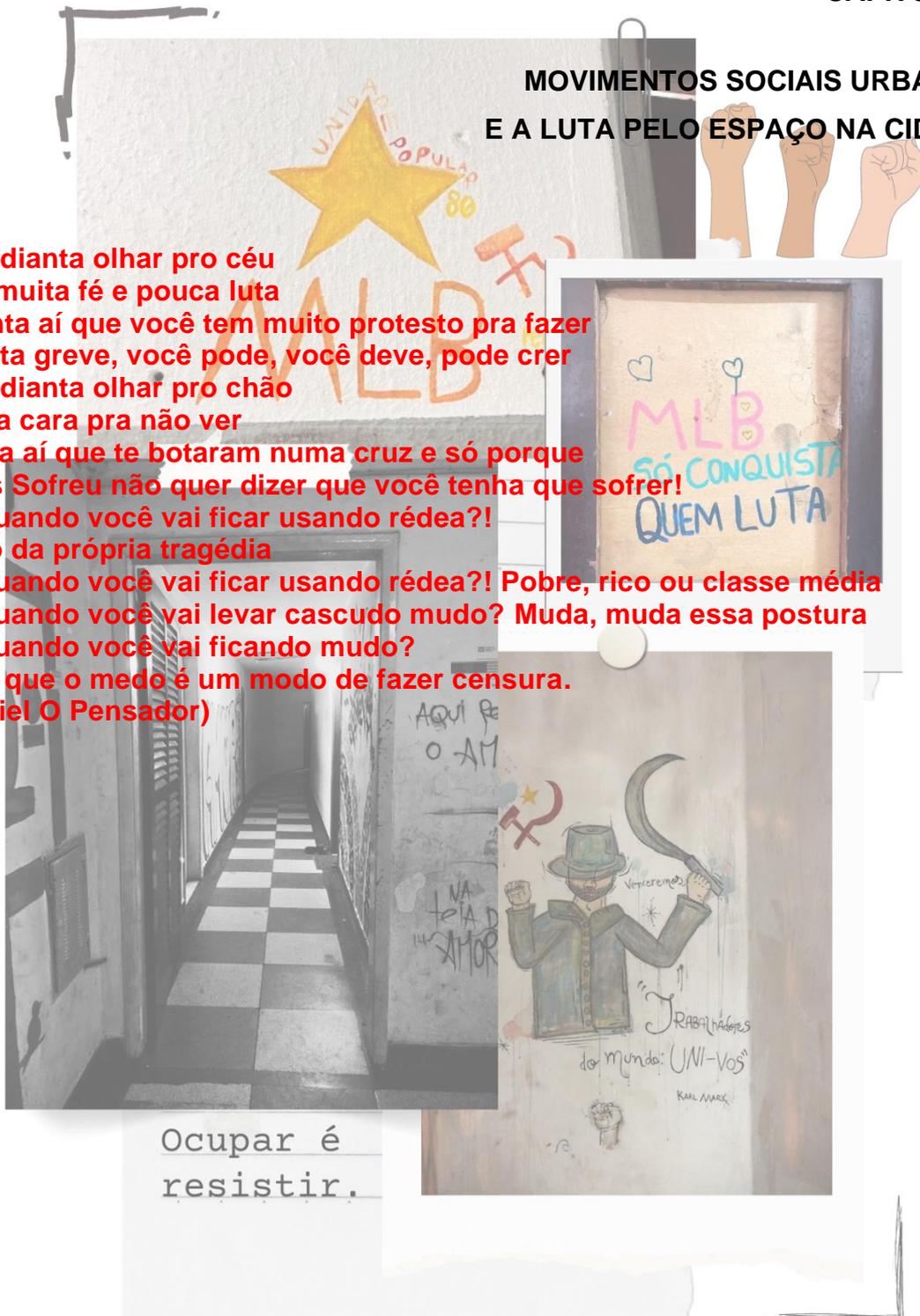
O segundo capítulo é dedicado à análise da intersecção entre mídia e territorialidade no contexto das ocupações por sem-teto em João Pessoa. Através de uma análise de conteúdo da mídia local, investigamos como a cobertura jornalística influencia a percepção pública dessas ações. Além disso, exploramos o potencial da ressignificação da narrativa midiática pode ser utilizada como estratégia de luta por reconhecimento e justiça.

Por fim, o terceiro capítulo foca na ocupação João Pedro Teixeira, e nas resistências e lutas dos seus integrantes.

CAPÍTULO 1

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS
E A LUTA PELO ESPAÇO NA CIDADE

Não adianta olhar pro céu
 Com muita fé e pouca luta
 Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer
 E muita greve, você pode, você deve, pode crer
 Não adianta olhar pro chão
 Virar a cara pra não ver
 Se liga aí que te botaram numa cruz e só porque
 Jesus Sofreu não quer dizer que você tenha que sofrer!
 Até quando você vai ficar usando rédea?!
 Rindo da própria tragédia
 Até quando você vai ficar usando rédea?! Pobre, rico ou classe média
 Até quando você vai levar cascudo mudo? Muda, muda essa postura
 Até quando você vai ficando mudo?
 Muda que o medo é um modo de fazer censura.
 (Gabriel O Pensador)



Ocupar é
resistir.

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO À CIDADE

O termo “direito à cidade” é dotado de diversas interpretações, sendo muitas vezes limitado apenas ao direito imediato, como o direito à moradia, articulado ao acesso a serviços públicos. Entretanto, sob o amparo de Henri Lefebvre, que trouxe reflexões sobre o direito à cidade na década de 1960, Buonfiglio ressalta que:

Na base da contradição da sociedade urbana, Lefebvre (2004) aponta um conjunto de direitos conclamados definidores da civilização e, no entanto, não plenamente instituídos. O ‘direito à cidade’, que Lefebvre (2004) propõe carrega um sentido de utopia que pretende alcançar uma reforma urbana revolucionária com a realização da sociedade urbana a partir de uma “planificação orientada para as necessidades sociais”, (LEFEBVRE, 2004, p. 142), isto é, dirigida para a vida urbana sem negar a alavanca da produção industrial, mas ao contrário, renovando o sentido da atividade produtora e criadora, fazendo-se valer os meios da ciência, arte e técnica (2007, p. 18).

Carlos (2020) sustenta que o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos, enquanto direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitar e a habitação. Dessa forma, entendemos o direito à cidade como o direito de não excluir a sociedade da qualidade e dos benefícios da vida urbana, entendendo-a como o lugar de produção coletiva em que todos devem participar das decisões sobre a produção do espaço em que vivem.

A busca pelo direito à cidade é muito mais profunda do que, a princípio, se possa imaginar. É luta contra a estrutura de poder que “esmaga” aqueles que não conseguem ser incorporados à lógica capitalista e vivem, por isso, às margens de direitos.

O direito à cidade não é algo absoluto, é um processo de luta por direitos. Nesse sentido, “ele aparece como horizonte de luta no seio dos movimentos sociais a partir do questionamento sobre o modo como se realiza a vida urbana” (CARLOS, 2020, p.351).

Na concepção de Lefebvre, a cidade é local de produção e reprodução de relações sociais desiguais, segrega indivíduos, impõe modelos de produção e cria significados e significantes para os quais não há um modelo pronto e acabado. A cidade é construção e tem valor instrumental, não puramente formal.

Ainda sob o pensamento de Lefebvre, há diferença entre habitar e habitat. O primeiro é utópico, pois, em uma sociedade com tantas discrepâncias, não dá para advogar que o homem consiga exercer a sua humanidade, com toda a dignidade que

lhe é de direito. No mais das vezes, isso quando o direito não for renegado, o que sobra ao homem é o habitat: apenas um local para viver, sem qualquer vínculo com as necessidades sociais e políticas (PADUA, 2019).

Nos documentos oficiais, o “direito à cidade” é frequentemente adotado em termos de políticas públicas e direitos legais. Este direito é mencionado em uma série de documentos, como nos Estatuto das Cidades e na Constituição Federal de 1988. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), contribuiu para a inclusão na Constituição Federal de matéria sobre a Política Urbana.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) foi a primeira lei que citou o direito à cidade, entretanto, é definido como “direito a cidades sustentáveis”, presente no Art. 2º, no qual menciona na primeira diretriz: I – “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Porém, no judiciário, este direito necessita ser aprofundado, pois como já citado, não deve(ria) ser limitado apenas a demandas imediatas, em vez disso, o direito à cidade está mais para uma utopia da luta social, que vai além de acesso a recursos urbanos. Conforme Rodrigues (2005), para a utopia do direito à cidade ser alcançada, é indispensável que outras dinâmicas, como as culturais, de gênero, étnicas, trabalhistas e de uso do espaço público, sejam consideradas, o que não está presente no Estatuto. Além disso, a apropriação e uso do espaço coletivo e a garantia da segurança da vida são essenciais para a reprodução da vida e a realização da utopia do direito à cidade (idem, 2005). Tal pensamento se ampara em Lefebvre, que ressalta a importância da cidade como espaço de encontro e trocas política, econômica, social, cultural, etc., onde as diferenças são vividas, valorizadas e celebradas.

A efetivação do direito à cidade requer, portanto, a atuação dos movimentos sociais. Nesse sentido, eles entram em cena como protagonistas de reivindicações em busca de uma cidade mais digna para todos. Apesar dessa visão, Padua (2019) escreve, segundo o entendimento de Lefebvre, que os movimentos sociais urbanos por moradia são utópicos, haja vista que o direito à cidade contempla mais do que a simples busca por um local para morar. O homem sente necessidade de exteriorização e participação em contextos nos quais a acessibilidade é tomada por imperiosos.

Nesse sentido, o “direito à cidade” carrega um grau de utopia, embora essa utopia seja necessária para a esperança por dias melhores e condições dignas de existência. O “utópico”, mesmo que remeta algo imaginário, continua sendo importante para promoção e defesa dos movimentos sociais urbanos, constituindo-se como uma de suas bases fundamentais.

1.1.1 Transformações Urbanas e Lutas Sociais: Direito à Cidade entre Lefebvre e Harvey

Lefebvre introduz uma crítica profunda às estruturas urbanas contemporâneas, permeadas pela lógica do capital e suas implicações na configuração do espaço. Esse direito, segundo Lefebvre, como já citamos, emerge da necessidade de combater a produção de um espaço abstrato, caracterizado pela segregação e pela homogeneização, em favor de um espaço diferencial que valorize as particularidades e promova a vida urbana em sua plenitude (LEFEBVRE, 2006). Tal perspectiva desafia a ordem estabelecida, propondo uma revolução cultural que reconfigure a cotidianidade por meio da participação ativa dos sujeitos na construção de suas cidades.

O debate sobre a produção do espaço, conforme Lefebvre (2006), transcende a mera análise física da cidade, abordando a vida cotidiana e a necessidade de uma revolução cultural que possibilite a reconfiguração das práticas urbanas. Essa transformação requer a superação de melhorias técnicas pontuais, buscando uma abordagem integrada que considere os espaços de trabalho, lazer e habitação como elementos de uma estratégia maior de resistência ao espaço abstrato e suas lógicas excludentes.

Lefebvre (2008) também critica a incapacidade da sociedade moderna de oferecer soluções efetivas para os problemas urbanos, perpetuando estratégias que enfatizam soluções técnicas em detrimento de abordagens que considerem as complexidades sociais e espaciais da urbanização. A necessidade de uma racionalidade dialética é enfatizada, capaz de compreender a inter-relação entre industrialização e urbanização, promovendo um urbano que se baseie no valor de uso e na intensificação da vida urbana.

O pensamento de Lefebvre (2008) avança na proposta de um novo humanismo, que reconheça a centralidade do “urbano” como germe de uma nova sociedade. Esse novo humanismo demanda a superação dos paradigmas clássicos e a construção de uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que tenha a classe operária como protagonista na realização desse projeto. A estratégia urbana contra hegemônica proposta por Lefebvre envolve a formulação e implementação de soluções revolucionárias para os desafios urbanos, apoiando-se na ação da classe operária e em uma revolução cultural permanente.

A relação entre o direito à cidade e a pressão das massas é central na obra de Lefebvre, que vê no surgimento de direitos concretos uma expressão da civilização que se incorpora progressivamente à uma sistematização da vida cotidiana. Esses direitos refletem a luta por uma cidade mais inclusiva e democrática, onde o urbano se configure como um espaço de encontro, troca e realização plena da vida urbana (LEFEBVRE, 2008).

Com isso, a obra de Lefebvre apresenta o direito à cidade não apenas como um conjunto de direitos formais, mas como a busca pela realização de uma vida urbana plena, marcada pelo uso coletivo e democrático do espaço. A superação da lógica do valor de troca, em favor do uso, é vista como essencial para a construção de uma sociedade urbana verdadeiramente participativa, onde a classe operária contribui consideravelmente na concretização desse direito (Lefebvre, 2008). Dessa maneira,

O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2008, p.134).

Diante da análise de Lefebvre sobre a transformação social e urbana, ressalta-se a urgência de uma abordagem integrada que reconheça a cidade como um espaço de valor de uso, contrapondo-se ao dominante valor de troca. A essência do argumento de Lefebvre (2008) é que a realização de uma sociedade urbana plena requer uma revolução que transcenda o econômico e o político, incluindo uma dimensão cultural que redefina nossas relações com o espaço, o trabalho e a vida cotidiana. Tal mudança, ancorada na capacidade do proletariado de liderar a criação de um novo humanismo urbano, sublinha a necessidade de repensar a cidade não

apenas como um local de produção, mas como um espaço de vida, apropriação e obra. Este ideal, embora desafiador e repleto de incertezas, projeta um futuro onde a cidade reflete as necessidades e aspirações de todos os seus habitantes, marcando um caminho para a reimaginação radical das práticas urbanas e da estrutura social.

1.1.2 Entre a Urbanização e a Revolução: A Reivindicação do Direito à Cidade na Visão de David Harvey

David Harvey, em “Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”, reinterpreta o conceito de direito à cidade, não apenas como um legado intelectual de Henri Lefebvre, mas como uma demanda emergente dos movimentos sociais urbanos que lutam pela reconfiguração das características da vida urbana cotidiana. Segundo Harvey (2014), essa demanda contemporânea por direitos urbanos nasce diretamente das experiências e necessidades das pessoas nos bairros e nas ruas, refletindo um clamor por justiça e espaço em tempos de crise e opressão. Este ponto de vista sublinha a importância dos movimentos sociais no cenário urbano atual, colocando-os no centro da discussão sobre o direito à cidade e sua relevância na luta contra as desigualdades sociais e espaciais.

Harvey (2014) reconhece a tarefa política de reimaginar e reconstruir as cidades em resposta à globalização capitalista e à urbanização, propondo a necessidade de um movimento anticapitalista com o objetivo de transformar radicalmente a vida urbana cotidiana. Para ele, a política urbana deve se concentrar na produção e reprodução da vida urbana, entendendo que aqueles que constroem e mantêm a cidade têm direitos fundamentais sobre suas criações, incluindo o direito de moldar a cidade de acordo com seus desejos. Isso aponta para uma abordagem que valoriza a participação ativa dos cidadãos na configuração de seus espaços urbanos, reconhecendo o potencial revolucionário das lutas urbanas.

O autor oferece uma interpretação particular das ideias de Lefebvre, enfatizando a criação de espaços heterotópicos como etapas preliminares à revolução socialista. Ele vê o direito à cidade, conforme articulado por Lefebvre, não como um fim em si mesmo, mas como um meio para alcançar uma transformação social que visa derrubar o sistema capitalista de acumulação infinita e suas estruturas de poder. Essa leitura sugere que o direito à cidade é uma ferramenta estratégica na luta por

uma sociedade mais justa e igualitária, servindo como um catalisador para ações coletivas capazes de gerar mudanças radicais.

Para Harvey (2014), a questão do direito à cidade é intrinsecamente ligada à questão de que tipo de pessoas queremos ser, que relações sociais almejamos, nossa relação com a natureza, o estilo de vida que desejamos e nossos valores estéticos. Ele argumenta que o direito à cidade vai além do acesso a recursos urbanos, representando um direito de transformar e reinventar a cidade de acordo com nossos desejos mais profundos. Isso reflete uma perspectiva ampla do direito à cidade, enfatizando seu potencial para promover mudanças na forma como vivemos, interagimos e nos relacionamos com nosso ambiente urbano.

A abordagem de Harvey (2014) ao direito à cidade destaca a centralidade da agência humana e da imaginação coletiva na construção de cidades que reflitam os desejos e necessidades de seus habitantes. Ele enfatiza a importância de questionar e redefinir continuamente nossas relações com o espaço urbano, nossas práticas sociais e nossas estruturas de poder, visando a criação de cidades mais democráticas. Esta perspectiva desafia os cidadãos e movimentos sociais a se engajarem ativamente na reconfiguração do espaço urbano, reconhecendo o direito à cidade como um campo de luta e possibilidade.

Em suma, a contribuição de Harvey (2014) para o debate sobre o direito à cidade enfatiza a importância dos movimentos sociais urbanos e a necessidade de uma transformação radical que questione as bases do capitalismo urbano. Ao defender um direito à cidade que engloba a capacidade de mudar e reinventar nossos ambientes urbanos, o autor reforça a ideia de que a luta pelo espaço urbano é intrinsecamente ligada à luta por uma sociedade onde os desejos e necessidades dos cidadãos sejam prioritários na prática urbana. Dessa forma,

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental (HARVEY, 2014, p.30).

Em sua análise crítica sobre a urbanização sob a égide do capitalismo, destaca a gênese das cidades a partir da concentração geográfica e social do excedente de produção, enfatizando como essa acumulação tem sido historicamente controlada por uma minoria, resultando em uma urbanização profundamente marcada por

desigualdades de classe. Ao explorar a relação entre capitalismo e urbanização, Harvey argumenta que a necessidade de absorver constantemente os excedentes de produção faz da urbanização tanto um produto quanto uma necessidade para o capitalismo, levando a ciclos contínuos de reinvestimento e expansão da produção de excedentes. Essa dinâmica é ilustrada por ele através de exemplos históricos, como as reformas de Haussmann em Paris e a suburbanização nos Estados Unidos pós-Segunda Guerra, demonstrando como esses processos de urbanização atuaram como mecanismos para estabilizar o capitalismo em momentos de crise (HARVEY, 2014).

Ele também chama atenção para as consequências sociais desses processos de urbanização, como a criação de novos estilos de vida urbanos centrados no consumo e a emergência de movimentos sociais que contestam as desordens urbanas geradas pelo capitalismo. Esses movimentos, para Harvey, refletem a luta contínua contra as formas de urbanização que privilegiam a acumulação de capital em detrimento das necessidades da maioria da população, levantando questões sobre o direito à cidade.

A análise de Harvey (2014) sobre as falhas do sistema capitalista evidencia a crescente divisão e fragmentação das cidades, marcadas por conflitos e uma polarização na distribuição de riqueza e poder. Ele identifica a urbanização como um aspecto fundamental para a absorção do excedente de capital, destacando processos de destruição criativa e acumulação por despossessão que exacerbam o deslocamento e a marginalização das populações urbanas. O autor argumenta que essa dinâmica gera rebeliões e respostas políticas complexas, sugerindo que a reivindicação do direito à cidade deve ser central na luta por um controle democrático sobre a produção e uso do excedente urbano.

Com isso, a solução reside na mobilização de um movimento de oposição focado na conquista de maior controle democrático sobre o uso dos excedentes gerados pela urbanização. Ele frisa a importância de desafiar a privatização do controle do excedente e de reestruturar o Estado para garantir que este atue em favor da coletividade e não apenas dos interesses capitalistas. Harvey (2014) vê o direito à cidade como uma questão de hegemonia sobre os processos de urbanização, atualmente dominados por elites econômicas e políticas que modelam as cidades de acordo com seus interesses particulares, restringindo a possibilidade de uma urbanização que atenda às necessidades da maioria.

Finalmente, o autor propõe uma revolução no pensamento e nas práticas anticapitalistas, ele enfatiza a necessidade de uma luta unificada que combine as demandas por direitos sociais e trabalhistas dentro de uma visão ampliada do que constitui trabalho, incluindo a produção e reprodução da vida cotidiana urbana. Harvey sugere que essa luta deve ser organizada em torno da transformação das cidades em espaços que promovam a liberdade humana universal e a igualdade, superando as restrições impostas pela lógica capitalista de mercado.

1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Segundo Gohn (2011), movimentos sociais são ações coletivas que expressam demandas sociopolíticas e culturais da população. Utilizando estratégias variadas, desde denúncias até pressões diretas e indiretas, esses movimentos atuam por meio de redes sociais e novas tecnologias de comunicação. Eles representam forças sociais organizadas, promovem a inclusão social, constroem propostas e projetam identidades, contribuindo para uma sociedade democrática.

Os movimentos sociais no Brasil se desenvolveram em diferentes períodos históricos, suas origens remontam ao período colonial, quando ocorreu a resistência dos indígenas e dos escravos africanos contra a opressão e a exploração que sofriam. Esses movimentos visavam lutar por seus direitos e liberdade.

No entanto, os movimentos sociais brasileiros ganharam força durante a transição do país para uma república no final do século XIX e início do século XX. A classe trabalhadora urbana se organizou em sindicatos e começou a lutar por melhores condições de trabalho, salários justos e direitos trabalhistas.

Ao longo do século XX, os movimentos sociais se diversificaram e se expandiram. Por volta de 1945 até o início dos anos 1960, o país foi palco de vários movimentos de liga camponesa que visavam garantir os direitos dos trabalhadores rurais. Esses movimentos, organizados em sindicatos e associações, lutaram contra as condições precárias de trabalho e o acesso limitado à terra, bem como pela democratização das relações no campo (FERNANDES, s/d).

Durante as décadas de 1960 e 1970, os movimentos estudantis se opuseram à ditadura militar e lutaram pela liberdade de expressão, democracia e igualdade. Também surgiram movimentos que se relacionavam principalmente à precariedade

nas condições da vida da população mais pobre, como, por exemplo: moradia, saúde, educação, saneamento e transportes públicos (SANTOS, 2008).

Sader (1988) orienta que a Juventude Universitária Católica iniciou algumas lutas sociais que denunciavam as estruturais sociais vigentes, a desigualdade espaço-social e tinham o propósito de garantir espaços justos. Nessa época, o catolicismo havia perdido força entre as camadas mais humildes da sociedade.

A militância deu-se com base nas orientações que o então Papa estabelecia para motivar às pessoas a lutarem pelas causas sociais, respeitarem os mais humildes e conseguirem representá-los, em meio à ordem dominante (SADER, 1988). A busca pelo respeito ao “direito natural” não acovardou grupos católicos que viam a necessidade de concretizar a palavra de Deus na vida do homem.

A partir da redemocratização do Brasil na década de 1980, os movimentos sociais se fortaleceram e se organizaram de forma mais estruturada. Passaram a atuar na defesa dos direitos sociais, na promoção da igualdade, no combate à exclusão social e na demanda por políticas públicas mais inclusivas.

Durante a ditadura militar, os movimentos sociais enfrentaram uma intensa repressão por parte do regime autoritário. O golpe militar de 1964 resultou na supressão de direitos civis e políticos, bem como na perseguição e repressão aos movimentos de oposição (SANTOS, 2008). Organizações como o Movimento Estudantil, os movimentos sindicais e os movimentos de resistência armada foram duramente reprimidos, com prisões, tortura e até mesmo assassinatos de líderes e militantes. Um grande marco é o caso do estudante Edson Luís, morto em 1968, por policiais militares, durante uma manifestação estudantil.

Na década de 1980, surgiram movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e o Movimento Feminista que ganharam impulso ao se unirem contra a opressão e as desigualdades sociais. Houve também visibilidade dos movimentos LGBTQIA+, de negros e de indígenas que avançaram na luta pela igualdade de gênero, combate ao racismo e respeito aos direitos das minorias.

As lutas por moradia digna se iniciaram com o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) formado por organizações não-governamentais, associações de moradores, movimentos sociais por moradia e associações profissionais, na década de 1980 e trouxeram muitos impactos na legislação brasileira, sobretudo com a

inserção na Constituição da República de 1988 dos artigos 182 e 183 que trouxeram o tema da política urbana.

Inicialmente, a luta do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) tinha um caráter local, como a reivindicação por moradia, mas com o fim do regime militar, passou a incorporar a ideia da cidade de todos e todas.

As ações do MNRU tiveram repercussão, tanta, que em 1996 acompanhou a conferência Habitat II, realizada em Istambul. Foi a partir dessa conferência que os compromissos assumidos pelo governo brasileiro com o direito à moradia “possibilitaram, por pressão dos movimentos populares urbanos, o reconhecimento do direito à moradia na Constituição Brasileira como um direito fundamental, no ano 2000; e a aprovação o Estatuto da Cidade, no ano de 2001” (SAULE JÚNIOR E UZZO, 2009, s/p).

1.2.1 Expressão, Reunião e Democracia: Passaportes para a solidificação dos Movimentos sociais como instrumentos de mudanças sociais

Em primeira linha, insta trazer a Liberdade de Reunião, respaldada pela Constituição, emerge como um dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, sustentando os Movimentos Sociais. A Carta Magna estabelece as bases para o exercício desse direito, afirmando:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVI – **todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;** (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Nos ensinamentos de Masson (2019) sobre esse tema, os indivíduos têm a prerrogativa de, ao estarem coletivamente em determinado espaço, deliberar a respeito de algum objetivo. O dispositivo retromencionado não exige autorização, mas comunicação às autoridades, para que os exercícios constitucionais sejam compatibilizados.

Impor restrições a reuniões seria o mesmo que impor limitação à democracia e ao poder de expressão humano, pois, nesses momentos, outro direito constitucional,

ou melhor, outra liberdade constitucional é assegurada: Expressão. Tal como a Reunião, aquela também tem agasalho constitucional, no artigo 5º, IX: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de **comunicação**, independentemente de censura ou licença;” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Nessa linha, entende-se que reunião e expressão formam um cenário que favorece o ser humano como ser social e sujeito de direitos em meio ao poder do Estado. Para Bahia (2020), duas condições são inegociáveis para interpretar o Estado Democrático de Direito: limitação do poder estatal e respeito aos direitos fundamentais. Por isso, a ideia é deixar que os indivíduos externalizem seus posicionamentos, sendo qualquer censura possível *a posteriori*, não *a priori*.

Mesmo com a importância que as liberdades de expressão e reunião têm no ordenamento jurídico pátrio, Bahia (2020) ensina que direito algum é absoluto e, por isso, não se pode defender todo e qualquer tipo de expressão ou reuniões violentas, que coloquem em xeque a segurança pública, por exemplo.

Em 08 de janeiro de 2023, assistiu-se a um “movimento” em busca de impedir o sucesso do presidente Lula. Ataques a Brasília, depredação do patrimônio público, instabilidade à segurança pública dentre outras repercussões fizeram com que os responsáveis sofressem consequências penais e civis.

Nessa lógica, compreende-se que utilizar a violência como forma de protesto, expressar-se por meio de discurso de ódio, reunir-se para propagar violência, ameaçar a liberdade de locomoção e os bens jurídicos de terceiros não é postura bem recepcionada na ordem democrática e, assim, não é protegida.

No contexto dos movimentos sociais urbanos, eles emergem potencialmente como agentes de oposição a uma determinada situação de vida e, a partir de sua organização, lutam para mudar o estado de coisas, podendo empregar ou não a força física ou coerção. Entretanto, na tradição brasileira, os movimentos urbanos raramente recorrem à força física. No entanto, a coerção política está intimamente ligada à capacidade específica do movimento de exercer pressão, que pode variar em magnitude, visando compelir o governo para atender às demandas de um movimento particular (SANTOS 2008).

Ainda no sentido de demonstrar que os movimentos sociais são formas de garantir empoderamento, mas, antes de tudo, cidadania, um exemplo notável é o Movimento LGBTQIA+, que se esforça para combater a exclusão, violência e preconceito.

Gomes e Zenaide (2019) anotam que o público LGBTQIA+ era excluído do contexto social, ou seja, visto com desprezo e preconceito, apresentava dificuldade de inserção no mercado de trabalho e outros espaços coletivos. Nessa linha, os movimentos sociais dirigidos por esse grupo mobilizaram apoiadores para lutar rumo à concretização do princípio da Igualdade e medidas que abracassem suas necessidades, especialmente as de inclusão social.

Conforme indica o artigo 3º da Carta Magna, um dos objetivos da República Federativa do Brasil é a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (BRASIL, 1988). Ocorre que não há como colocar em prática a justiça social e a liberdade, se existem grupos (“minorias sociais”) impedidos de participar de importantes decisões e sem conseguir expressar alguma representatividade social, por isso o movimento focado na comunidade LGBTQIA+ é tão necessário.

Gomes e Zenaide (2019) expressam que a cidadania faz parte de inúmeros movimentos sociais, pois é uma forma de pedir que o Estado tenha atenção e cuidado com as reivindicações e assuma o compromisso de lapidar um ambiente que melhor sirva às pessoas, de forma geral.

Nessa mesma esteira, há o Movimento Feminista. A busca por ocupar posições sociais, e serem reconhecidas para além do papel de administração do lar e cuidados dos filhos, fizeram com que tantas mulheres se revoltassem contra a estrutura patriarcal e ambicionassem romper as barreiras impostas de pensamentos e comportamentos, buscando a valorização da mulher em todos os âmbitos da vida.

No contexto do garantismo permitido pela Constituição CRFB/1988, as pessoas têm mais vez e voz para externalizar suas necessidades. Entretanto, é relevante expor que Fachin e Pagliarini (2018) pontuam a existência de movimentos sociais na Assembleia Nacional Constituinte (momento de feitura da Constituição) e que contribuíram para o espírito democrático e igualitário que a suprema Carta tem.

Movimentos do custo de vida, clube das mães, contra a carestia e a favor da saúde são algumas manifestações observadas antes do advento da Carta Magna de 1988 e que influenciaram não só os direitos existentes nela, mas a amplitude protetiva (FACHIN; PAGLIARINI, 2018).

Com base no que a DUDH (Declaração Universal dos Direitos Humanos) traz, todos os seres humanos têm direitos humanos a serem honrados pela comunidade internacional. Dessa maneira, vida, saúde, igualdade e liberdade (ONU, 1948), por

exemplo, devem constituir lutas e isso enseja os movimentos sociais em prol da efetivação da dignidade humana.

Assim, defende-se que os movimentos sociais não sejam tão somente expressão dos direitos fundamentais, mas almejam concretizar os direitos humanos, que podem ser ou não fundamentais também.

1.2.2 Algumas bases que orientam a explicação dos Movimentos Sociais

Os movimentos sociais propõem alterações nas estruturas estatais e apresentam opções que irão melhorar a qualidade de vida de todos. Assim, uma forma de ser ouvido e aceito, é estabelecer um movimento ético e coerente com os propósitos, especialmente das minorias sociais (WULFING; BAGGENSTOSS, 2016).

Os movimentos sociais têm sustentado mudanças políticas, econômicas e culturais, haja vista que algumas situações desrespeitam os direitos fundamentais e a dignidade humana. Assim, quando um grupo de pessoas decide realizar um movimento social, sua intenção é visualizar mudança em algum paradigma que esteja consolidado.

Em que pese haja alguma inclinação para criminalizar os movimentos sociais, por um lado, e garantir a Liberdade de Expressão, por outro, o fato é que os movimentos sociais sempre dão algum impacto cultural. Avritzer e Lyyra (1994), ao entrevistarem Alberto Melluci, questionaram os impactos que aquelas ações causam no sistema cultural.

No entendimento de Coutinho, Muniz e Nascimento (2007), a criminalização dos movimentos sociais é uma resposta que advém dos setores sociais dominantes patrocinados por um Estado classista, que deseja manter o seu poder intocável e atuar na representatividade daqueles que o abastecem. É interessante, para o Estado, que o dono da terra rural ou o proprietário de bens urbanos continue tanto na posse quanto na propriedade, é por isso que os movimentos sociais têm raízes na concentração de terras e no poder simbólico e de capital que isso proporciona.

Por colocarem em pauta anseios sociais, os movimentos sempre trazem alguma renovação política ou social. Assim sendo, observa-se alguma mudança na estrutura do poder, no modelo de Estado, na assimilação cultural e linguística bem como nos valores que passam a ocupar na sociedade (AVRITZER; LYYRA, 1994).

A forma de enxergar algumas minorias sociais, como o caso do público LGBTQIA+, foi ampliada e, ainda, aperfeiçoada, por meio dos movimentos sociais atinentes a dar visibilidade e exigirem respeito aos direitos fundamentais, especialmente à liberdade de cada um ser como melhor se identifica. Não se trata de uma mudança brusca, mas que acontece e reformula as bases conceituais para atrair um Estado mais preocupado com as peculiaridades (AVRITZER; LYYRA, 1994).

Isso posto, mutável como é, a cultura sempre se ressignifica para aprimorar o que já existe na sociedade. Ela lapida e dissolve antigas perspectivas, recria e reformula conceitos, opiniões e estigmas com a finalidade de criar um novo cenário, mais generoso e inclusivo para quem necessita.

Contudo, só é possível defender a existência de movimentos sociais, influências na formação cultural e nova realidade para todos se, antes de tudo, os manifestantes acreditarem que a mudança é um objetivo alcançável (CARRER; GIACOMAZZO, 2020).

Os movimentos sociais têm sua origem fundamentada na insatisfação. Carrer e Giacomazzo (2020) explicam que a figura do manifestante representa aquela que, descontente com determinado poder opressor, decide enfrentá-lo, nem que, a princípio, utilize a impulsividade. Nesse sentido, capta-se que o movimento social se comunica com a reação à opressão ao poder dominante, à visão de que há superioridade institucional a ser superada.

Essa evolução na forma de lidar com o que soava “estranho” e “agressivo” foi, paulatinamente, sendo modificada, ou melhor, naturalizada como pertencente à cultura e à identidade nacional. Aceita-se a diversidade e até procura-se aprender com ela para a formação de novos ajustes culturais que sejam impressão do clamor de alguns setores sociais por representatividade.

Melluci (2001) dá um panorama acerca de que os movimentos sociais existem porque há um motivo (conflito) que justifica. Assim sendo, atores sociais são movidos à disputa tendo em vista o alcance de determinado objeto que é relevante para ambos os lados. Não é acertado definir esses movimentos como crises de um sistema, mas, sim, manifestações conflituosas que surgem a partir do desacordo moral, político e social.

Os movimentos sociais também são expressão da solidariedade: grupos com propostas idênticas se apoiam, formam uma unidade e conseguem atuar para melhorar as respostas que têm a oferecer para a sociedade. A fim de obter

particularidades e construir uma autoidentificação, grupos que capitaneiam movimentos sociais criam seus próprios rituais e estabelecem seu plano de atuação (MELLUCI, 2001).

Nessa linha, para interpretar os movimentos sociais, faz-se necessário determinar quais são os valores que se buscam, o motivo que respalda a reação social e os atores que se atritam para o fim de ou manter o poder e deixar o cenário tal como já está ou provocar alterações.

Os movimentos sociais podem garantir que os manifestantes busquem holofotes para sensibilizar a sociedade e autoridades diante de problemas sociais considerados sérios, como é o caso do acesso ao Direito Constitucional à Moradia.

1.2.3 Movimento Social Urbano em prol da concretização do Direito à Moradia

Inicialmente, é importante expor o que a Constituição CRFB/1988 estabelece acerca do direito fundamental à Moradia. Disposto no artigo 6º, tem-se o seguinte: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

A localização desse artigo no texto constitucional permite considerar que satisfazer o direito à Moradia compete ao Estado, por meio de políticas públicas de caráter universal. Dessa forma, o desafio consiste em democratizar esse direito, tendo em vista os abismos de desigualdades existentes na sociedade brasileira.

No campo internacional, a Moradia também é resguardada, haja vista o artigo 25 (1) da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cumpre trazer o que esse dispositivo traz em termos de proteção ao Direito à Moradia e que pode corroborar para a necessidade de realização de movimentos sociais em prol do alcance:

Artigo 25. 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, **habitação**, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU, 1948, grifo nosso).

Nota-se que há uma semelhança entre Constituição Federal e DUDH em prol do respeito a que as pessoas tenham um lugar para viver e, assim, possam usufruir

da dignidade humana. Entretanto, não basta apenas assegurar a moradia, é preciso que ela cumpra uma função social.

De acordo com Ginters (et al, 2016, p. 44) o termo função social se trata de “um conceito que define que a propriedade deve ter alguma razão de existir, seja de moradia, de comércio ou outro, mas que não pode ficar vazia só “valorizando.” A luta para alcançar esse direito é um dos motivos que acarreta a ocorrência de movimentos sociais.

Helene (2019) menciona que a segregação nos espaços sociais urbanos faz com que os indivíduos busquem disputar locais para viver. Além disso, tem-se observado a participação mais ativa das mulheres nesse movimento, pois elas, muitas vezes, como mães solo, requerem um ambiente adequado para viverem e cuidarem de seus filhos.

Ahlert, Moreira e Lelys (2020) escrevem que a falta de políticas adequadas para concessão da moradia digna torna-se especialmente mais grave em contextos excepcionais, como é o caso da pandemia. Em tal época, muitas famílias não tiveram onde morar, algumas foram despejadas e passaram a ocupar locais impróprios e, paralelamente a isso, passaram a lutar pelo direito constitucional à moradia digna, que deveria ser honrado pelo Estado.

Os Movimentos Sociais por Moradia não fogem à regra dos Movimentos Sociais em geral, pois nascem a partir do conflito e buscam reverter o cenário de opressão, qual seja o do Estado que possui o aparato para dignificar os indivíduos e, mesmo assim, deixa de prestar o direito, de modo a corroborar com a precariedade social.

Há espaço para todos morarem, - destaque para os dados da Fundação João Pinheiro (2019), o déficit habitacional no Brasil correspondia a 5,8 milhões, enquanto de acordo com o Censo (2010), o país tinha mais de 6,07 milhões de domicílios vagos, incluindo os em construção – o problema é que existem indivíduos excluídos das políticas públicas e essa invisibilização provoca, por parte das vítimas, a necessidade de realizar movimentos sociais para observar mudanças sociais que sejam positivas às suas necessidades.

Há o MST (Movimento Sem Terra), que ocorre na área rural, cujo propósito é promover a Reforma Agrária, visando garantir terra às pessoas que necessitam de um espaço para viver, especialmente de forma digna. A luta pela moradia, portanto, não é só da cidade e nem só do campo: mas de pessoas que almejam locais para fixar residência e conseguir exercerem seus direitos fundamentais.

Almeida, Vieira e Santos (2019) denotam que a mídia hegemônica tem sempre a intenção de apresentar os manifestantes, especialmente os líderes, como criminosos, pessoas de má fé etc. Porém, de forma geral, o que essas pessoas objetivam é o básico e que é, inclusive, respaldado pela CRFB. Sem autoridade legal e representatividade social, esses indivíduos buscam nos movimentos sociais apoio para terem alguma visibilidade em um panorama tendenciado a excluí-los.

Na concepção de Melluci (2001), os movimentos, no Brasil, guardam o objetivo de colocar em evidência temas que são relevantes para o que os seres humanos compreendem como essencial em suas vidas. Exemplo disso é o Direito à Moradia. A disputa por terras advém dos conflitos de interesses, assim como uma luta de classes. Araújo (2020) salienta que a luta de classes é sintetizada como o conflito para alcance de um poder hegemônico traduzido no maior e melhor espaço destinado a alguns às custas da pobreza e marginalização de outros setores sociais, é o caso das imobiliárias, por exemplo.

Santos (2008) chama a atenção para o fato de que uma parcela significativa da população está excluída do mercado imobiliário formal, principalmente devido ao aumento dos preços dos imóveis, tanto para venda quanto para aluguel. Essa exclusão está diretamente ligada ao empobrecimento causado pelos baixos salários e altas taxas de desemprego. Morar em favelas pode servir como uma alternativa, mas não é uma opção viável para todos aqueles que estão excluídos do mercado imobiliário formal.

Em analogia ao contexto de crise que permeia o acesso à terra/moradia digna, entende-se que os melhores espaços ficam para pessoas com alguma influência e poder social, já os que não ostentam as mesmas condições padecem com irregularidades sentidas diariamente. Por essa razão, os movimentos sociais são caminhos escolhidos para reivindicar a estrutura hierarquicamente definida, que concede privilégios a uma classe dominante, sem qualquer preocupação com as classes menos privilegiadas.

Em 1983, na Câmara Municipal de São Paulo, foi criada a Comissão Especial de Melhoria de Vida nas Favelas, com o intuito de abastecer algumas necessidades das pessoas que viviam em condições precárias. A Reforma Urbana, como ficou conhecido o movimento, ambicionava, dentre outras coisas: estimular a função social de terrenos vazios (progressividade do IPTU), construção de habitações populares, conceder o direito de posse aos sem-terra etc. (SANTOS, 2008).

A proposta se centrava em considerar o Direito à Moradia como garantia social, mas depende do poder público para ser efetivado, então uma das formas de conseguir fazer com que o Estado fosse movimentado em prol dessa ambição social é a mobilização da sociedade civil.

Segundo Kohara e Silva (2016), há o Movimento de Defesa do Favelado, que nasceu do inconformismo das pessoas que moravam em favelas e não tinham saneamento básico e outros direitos de máxima importância à vida humana. Por esse motivo, a articulação desses protagonistas com outros atores da sociedade é benéfica para alertar sobre a necessidade de que o poder público se atente no que for imprescindível à qualidade de vida da sua população.

Para Oliveira (1999), os movimentos sociais urbanos possuem a capacidade de fazer com que sejam protagonistas novos atores sociais, a parte oprimida da história. É um convite para a redemocratização, momento esse em que a busca pela igualdade torna-se mais relevante do que a mera reprodução acrítica dos fatores reais de poder.

A forma violenta de instituição do poder, por parte do Estado, na tentativa de manipular a massa, apenas fez brotar, com intensidade crescente, que essa mesma massa buscasse cidadania e representação política, direitos esses, cumpre frisar, que a própria Constituição Federal de 1988 garante, o problema é que o simbolismo se constitui com muito mais influência do que a eficácia da norma (OLIVEIRA, 1999).

Silva, Dusek e Miranda (2021) aduzem que a falta de moradia digna faz com que muitos indivíduos precisem ocupar irregularmente alguns territórios, não por vontade própria, mas por imposição de uma ordem classista que renega o acesso à moradia, ao bem estar e à dignidade.

Por direito à cidade, entende-se, em linhas gerais, na perspectiva de Giacobbo; Hermany, (2019), a prerrogativa de fazer parte dos centros urbanos e influenciar, em larga medida, a forma com a qual o espaço é arquitetado e que seja destinado um local digno para cada um, já que a ausência de moradia digna causa reações em cadeia bem como consequências que podem ser sentidas por várias pessoas.

Na verdade, paradoxalmente, o termo “ausência” de moradia deve ser visto com algumas ressalvas. Existem moradias, sim, muitas nos centros das cidades, moradias essas que poderiam ser habitadas, mas o processo histórico de exclusão é tão eloquente que não consegue dignificar o suficiente para contemplar pessoas que realmente precisam de um espaço para morar.

Araújo e Coura (2018) asseguram que há um conflito quando indivíduos sem teto passam a ocupar propriedades do Estado. Consoante os autores, trata-se de evidenciar que há omissão no tratamento do direito à moradia e que, por isso, as ocupações devem existir, já que as pessoas precisam do básico e isso pressupõe ter um local para viver.

Com base nessas considerações, os movimentos sociais não são atos rebeldes, tampouco podem configurar desobediência civil. Falar sobre movimentos sociais urbanos é falar sobre o cumprimento de direitos protegidos pela Constituição, e os manifestantes buscam alcançá-los. Lutar pelo espaço é lutar pelo direito de usufruir de algo que foi expresso e prometido a todas as pessoas.

Postas essas informações, depreende-se que os movimentos sociais inclinados à garantia do Direito à Moradia têm o escopo de colocar em destaque um relevante problema social, que é a falta de moradia digna para uma significativa parcela da população, enquanto outra é agraciada com locais propícios e aparato abastecido pelo Estado, como saneamento básico, água e esgoto.

1.3 A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NO MOVIMENTO SOCIAL POR MORADIA

A Igreja Católica está presente na vida dos indivíduos e propõe conforto espiritual, bem como, por meio dos seus dogmas, alívio aos corações preocupados e um “norte” aos que precisam saber o que fazer.

Com base nisso, uma parte dos seus princípios tem alguma inclinação social que compreende a DSI (Doutrina Social da Igreja). Em linhas gerais, Solidariedade, Destinação Universal dos Bens, Dignidade Humana e Bem Comum são diretrizes que devem ser observadas para que os Homens ajam conforme Deus gostaria de ver suas atitudes (RIZZI; SILVA; LUIS OREIRO, 2018).

No período da ditadura militar, a Igreja Católica ofereceu apoio institucional aos movimentos populares, por meio de sua ala progressista associada à Teologia da Libertação. Essa atuação foi essencial para permitir que os movimentos se reunissem nos bairros, uma vez que a Igreja disponibilizava seus salões paroquiais e oferecia apoio espiritual e político às classes populares urbanas. A capacidade organizativa da Igreja Católica foi um recurso importante para esses movimentos, que encontraram nela um suporte para suas atividades (SANTOS, 2008).

Nascimento e Silva (2018) declaram que a Propriedade, para a Igreja Católica, também precisa honrar uma “função social”, pois, sim, a Destinação Universal dos Bens é a regra. Nesse sentido, cumpre dizer que em meio à dificuldade que é, para uma relevante parcela da sociedade, encontrar um local digno para morar, também é difícil executar o que a Igreja Católica Progressista tem como prisma de vida.

De todo modo, nota-se que suas ideias convergem ao pensamento de que as terras concentradas nas mãos de poucos não é medida acertada, pois viola o que se entende por solidariedade e destinação universal dos bens. É necessário encontrar um equilíbrio para que todos tenham acesso ao que compreende Dignidade Humana.

A partir disso, capta-se que a Igreja Católica influenciou o movimento social por moradia ao expressar sua doutrina baseada em condições melhores de vida para todos. Para corroborar com esse pensamento, Pontes (2022) expõe que o Papa Francisco, quando participou do encontro com os Movimentos Sociais, ressaltou a importância de lutar por Terra, Teto e Trabalho.

Com base em Pontes (2022), o que a autoridade religiosa quis expressar com isso é que as pessoas devem lutar pelo ideal de observar a dignidade humana respeitada, assim como a solidariedade também. Contudo, para esses dois princípios serem devidamente respeitados, não se pode defender a ideia de terra para alguns, e, outros, sem-terra alguma.

Dessa maneira, uma parte da Igreja Católica pode ser considerada responsável por auxiliar no cumprimento da função social da propriedade, tendo em vista a DSI, e a estimulação da correção de desigualdades sociais a partir da redistribuição de terra, como a Reforma Agrária e políticas públicas que ambicionam tornar o acolhimento uma realidade social.

1.3.1 A Comissão Pastoral da Terra e as Romarias da Terra na Paraíba e seu papel para os movimentos sociais.

Cabe mencionar também a influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Romarias da Terra no fortalecimento dos movimentos sociais na Paraíba. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu em 1975 durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia, em resposta à difícil situação dos trabalhadores

rurais na Amazônia durante a ditadura militar. Inicialmente ligada à Igreja Católica e reforçada pela CNBB, a CPT evoluiu para um caráter ecumênico ao incorporar membros de outras igrejas cristãs.

Criada para servir à causa dos trabalhadores rurais, a CPT ressalta a importância de eles serem os protagonistas de sua própria história, acompanhados com um espírito crítico. A organização se destacou na defesa dos direitos à terra, especialmente dos posseiros e sem-terra, envolvendo-se nas lutas pela Reforma Agrária como meio de superar o latifúndio.

Posteriormente, a CPT revelou a realidade de milhões de famílias sem-terra em busca de um pedaço de terra para sustento, reforçando seu compromisso com a causa dos trabalhadores rurais.³

No Estado da Paraíba, Dom José Maria Pires e Frei Anastácio Ribeiro foram figuras proeminentes na defesa dos direitos dos oprimidos e trabalhadores. Dom José Maria Pires, nascido em Minas Gerais, foi Bispo de Araçai-MG e arcebispo da Paraíba de 1966 a 1995. Ele teve um papel relevante na fundação da CPT Nordeste e na organização da primeira Romaria da Terra na Arquidiocese da Paraíba. Participou ativamente das lutas dos trabalhadores sem-terra no estado, colaborando com Frei Anastácio, Padre João Maria Cauchi e Ir. Albertina. Juntos, lutaram pela desapropriação de terras no litoral sul da Paraíba, enfrentando até mesmo a oposição de pistoleiros durante a celebração de missa em Mucatu, em 1975 (MOREIRA, 1997).

Uma missão importante para a CPT são as Romarias da Terra, representando um marco significativo em seu trabalho junto aos agricultores da diocese. Essa prática simboliza a jornada anual, sendo comparada à caminhada do povo Hebreu em direção à terra prometida de Canaã.

O propósito da Romaria da Terra é fornecer apoio e fortalecer a luta do povo camponês, permitindo-lhes celebrar suas conquistas na agricultura. Essas romarias são fundamentais para estimular a reflexão entre as comunidades rurais na direção da construção de uma consciência concreta do processo social que produz desigualdades. Os participantes buscam palavras no Evangelho para refletir sobre sua situação social, encontrando motivação para persistir na luta pela terra e pela vida comunitária nos assentamentos.

³ Informações retiradas do site da CPT: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>>. Acesso em: jan. 2024.

As primeiras Romarias da Terra no Brasil surgiram em 1978, promovidas e organizadas pela CPT, ocorrendo no Rio Grande do Sul e em Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Com o tempo, essa prática se espalhou por diversas regiões, incluindo a Paraíba, onde as dioceses realizam romarias de diferentes formas e frequências.

A Arquidiocese da Paraíba, por exemplo, realizou sua primeira Romaria da Terra em 1989, organizada pelo arcebispo Dom José Maria Pires, do Conde a Tambaba, como resposta aos conflitos fundiários no litoral sul. A fazenda Tambaba, objeto desses conflitos, foi ocupada em 1986 por 62 famílias de camponeses sem terra, marcando um capítulo importante na luta pela reforma agrária (MOREIRA, 1997).

Nos primeiros 15 anos, a Romaria era uma atividade da Arquidiocese, envolvendo todas as paróquias, pastorais e movimentos. A participação do povo do campo e da cidade sempre foi significativa. Desde 2005, a Romaria tem uma participação mais expressiva do povo camponês. Atualmente se tem registrada na Arquidiocese da Paraíba 34 romarias. A última, que ocorreu em 2023, teve como tema “Terra conquistada, pão partilhado”, celebrando a luta dos trabalhadores rurais pela conquista da terra e melhores condições de vida. Reflete o espírito de união e cooperação das comunidades rurais na busca por terra, reforma agrária e justiça social no estado (GOMES, 2023).

Nesse sentido, a “Romaria da Terra” pode estar associada a movimentos sociais, especialmente àqueles que buscam abordar questões relacionadas à terra, agricultura, reforma agrária e justiça social no meio rural. Alguns movimentos sociais que estão associados à Romaria da Terra incluem: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Na década de 1990, a cidade de João Pessoa vivenciou um cenário social marcado por profundas desigualdades habitacionais. Diante dessa realidade, a Igreja Católica, por meio da Pastoral Social, foi responsável por realizar trabalhos relacionados à habitação e assistência comunitária, além de que, por meio da Pastoral Social, foi essencial no início do movimento social na cidade.

Foi através da Pastoral Social que a Igreja Católica apoiou iniciativas que não só prestaram assistência imediata, mas também trabalharam para compreender as necessidades das comunidades carentes e promover mudanças estruturais para que todos pudessem desfrutar de uma habitação digna e de condições de vida adequadas.

Líderes como Dom José Maria Pires foram fundamentais para o avanço da proteção dos direitos dos mais vulneráveis. No âmbito do seu envolvimento com as questões da habitação em João Pessoa, aceitou projetos de pesquisa e iniciativas que visassem uma melhor compreensão das condições precárias de moradia, e soluções para melhorá-las, através dos esforços colaborativos com a ONG CCFD (LUTAS URBANAS, 2022). Quando serviu como arcebispo da Arquidiocese da Paraíba em João Pessoa, destacou-se por seu engajamento com as causas sociais, a dignidade humana e a inclusão social, que figuravam entre as suas principais prioridades. Sua atuação refletia os valores de solidariedade da Igreja Católica, visando assegurar que os mais necessitados fossem assistidos e seus direitos respeitados.

Em 1993, uma campanha de Fraternidade foi lançada pela igreja Católica, sob o tema “Onde moras?”, visando sensibilizar e conscientizar sobre diversas questões sociais e afirmar o direito à terra e à moradia como condição básica para o desenvolvimento de uma vida plena.⁴

Houve, no entanto, uma evolução significativa no papel da Igreja, com a compreensão de que as questões habitacionais não se limitavam apenas aos católicos, mas abrangiam uma diversidade de pessoas de diferentes crenças e grupos sociais. Assim, o movimento social por moradia em João Pessoa teve início com a criação da Pastoral Social, que posteriormente evoluiu para o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), aspirando atender não apenas católicos, mas todos os indivíduos que necessitavam de moradia. A iniciativa contou com o apoio do bispo Dom Marcelo, que reconheceu a importância de uma abordagem mais inclusiva, e apoiou o desenvolvimento do Movimento, que inicialmente estava limitado apenas ao âmbito estadual (LUTAS URBANAS, 2022).

Além de apoio moral, a igreja cedeu espaço físico para as atividades do movimento. Em uma entrevista ao grupo de extensão “Lutas Urbanas” da UFPB, Beto, coordenador do MNLN, relembrou o momento em que o movimento discutiu com o então bispo Dom Marcelo a transformação da Pastoral em um movimento social. O bispo não apenas apoiou a iniciativa, como também incentivou o movimento a seguir em frente. Essas foram as suas palavras: “Vocês aí fiquem à vontade. Se achar que vocês devem transformar essa Pastoral em um movimento, vocês podem ir

⁴ Informações retiradas do site: <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1993>. Acesso em: jan. 2024.

conversando.” (LUTAS URBANAS, 2022, p. 5). Essa mensagem de apoio e confiança reforçou a convicção do movimento de que estava no caminho certo.

Dom Marcelo Pinto Carvalheira foi um bispo da Igreja Católica que apoiou e orientou o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) em João Pessoa. Sua compreensão da necessidade de expandir o trabalho de moradia permitiu que o MNLN se desenvolvesse e se tornasse mais eficaz nessa luta (LUTAS URBANAS, 2022).

Além disso, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e o Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERURB) surgiram em João Pessoa no mesmo período. Ambos os movimentos tiveram contribuíram na discussão sobre questões de moradia na região, como a oposição aos projetos de condomínios na Zona Sul, propostos na época.

A convergência entre a atuação da Igreja Católica, a Campanha da Fraternidade, líderes como Dom José Maria Pires, bispo Dom Marcelo, o MNLN e o FERURB demonstram a importância da colaboração entre diferentes atores sociais na busca por soluções para as questões habitacionais e urbanas. A relação entre a CPT, as Romarias da Terra e os movimentos de luta por moradia está na essência da luta por justiça social, na defesa dos direitos dos marginalizados e na busca por condições de vida melhores, seja no campo ou na cidade. Essa interseção demonstra a importância da colaboração entre diferentes frentes de luta, unindo forças para enfrentar as desigualdades.

1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE PROPRIEDADE E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

A propriedade é um conceito complexo que tem sido objeto de debate ao longo da história. Em linhas gerais, conforme o Código Civil de 2002, em seu artigo 1.228, é definida como o direito de “usar, gozar e dispor de uma coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem a injustamente a possui ou detenha”. A propriedade tem sido considerada um direito, pois representa a liberdade e a autonomia do indivíduo. No entanto, é importante reconhecer que a propriedade também pode servir como mecanismo de subjugação e disparidade, pois permite a acumulação de riqueza e poder, resultando na exploração dos mais vulneráveis e na consolidação da riqueza.

No contexto individualista, a propriedade passou a ser vista como um direito absoluto, que o proprietário poderia exercer de forma livre, sem se preocupar com o impacto social de suas ações. Essa perspectiva foi influenciada pelo capitalismo, que valoriza a propriedade privada como fonte de lucro.

Tradicionalmente, o direito à propriedade sempre foi considerado como absoluto, permitindo que seu titular o exercesse como melhor o aprovesse, sempre levando em conta, apenas, os seus interesses pessoais.

Com a ascensão da burguesia durante a Revolução Francesa em 1789, o direito à propriedade, especialmente em relação aos bens imóveis, ganhou grande prestígio, culminando no apelido de “código de propriedade” atribuído ao Código Civil Francês de 1804 (LEONETTI, 2000).

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, referendada pela Assembleia Nacional Constituinte francesa em 1789, consagrou, em seu art. 17, a propriedade como um direito sagrado e inviolável, somente admitindo que o titular fosse dela despojado em caso de indiscutível interesse público e após justa indenização. A 5ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos da América, ainda em vigor, e que integra o chamado *Bill of Rights*, também prevê que ninguém será privado de sua propriedade senão para uso público e mediante justa compensação. Percorrendo todo o século XIX, até as primeiras décadas do atual, a propriedade privada foi encarada pelo direito ocidental como um direito quase absoluto, somente cedendo diante das raras hipóteses previstas em lei.

Contudo, com o advento do chamado Estado social, que a doutrina costuma situar na segunda década do século XX, com a promulgação das Constituições do México, de 1917, e da Alemanha, de 1919, mais conhecida como Constituição de Weimar, a situação começou a mudar de forma mais rápida (BORGES, 2016). Sendo assim,

a propriedade deixou de ser o direito subjetivo do indivíduo e tende a se tornar a função social do detentor da riqueza mobiliária e imobiliária; a propriedade implica para todo detentor de uma riqueza a obrigação de utilizá-la para o crescimento da riqueza social e para a interdependência social. Só o proprietário pode executar uma certa tarefa social. Só ele pode aumentar a riqueza geral utilizando a sua própria; a propriedade não é, de modo algum, um direito inatingível e sagrado, mas um direito em contínua mudança que se deve modelar sobre as necessidades sociais às quais deve responder (GOMES, 2012, p. 908).

A propriedade continua a ser um direito individual, mas, em tese, um direito individual condicionado ao bem-estar da comunidade. Dessa forma, observa-se que

o direito à propriedade sofreu um processo de relativização, o exercício do direito de propriedade foi sendo, sucessivamente, condicionado ao bem-estar social ou, ao cumprimento de sua função social.

No Brasil, a observância do direito ao cumprimento de sua função social apenas ganhou *status* constitucional com a Carta de 1934, onde passou-se a conferir maior preocupação com o sentido social da propriedade, por meio de uma intervenção estatal mais rígida sobre a forma de exercício do direito, como deixa entrever seu artigo 113, cujo item 17 enuncia que “é garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar.”

No artigo 147 da Constituição de 1946, o uso da propriedade passou a ser condicionado ao bem-estar social, tendo-se adotado, ainda, o ideal da justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos (LEONETTI, 2000).

No entanto, a Constituição Federal de 1946 restabeleceu a importância do cumprimento da função social da propriedade, restringindo o direito de propriedade em prol do interesse coletivo. Isso implica que a propriedade deve ser empregada de maneira a favorecer a sociedade como um todo. O artigo 147 dessa Constituição enfatiza que “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”.

Entretanto, coube à Constituição da República de 1988 proclamar uma nova visão da propriedade, alargando-se a ideia da sua funcionalização, pela consagração de duas disposições expressamente dirigidas à regulamentação do instituto: numa delas, se garante o direito à propriedade privada (art. 5º, XXII) e, na outra, é condicionado o exercício desse direito à observação do princípio da função social (art. 5º, XXIII). Além disso, ao tratar dos princípios da ordem econômica, “a Constituição Federal, afirma nos artigos 5 e 170 que toda a propriedade tem que cumprir sua função social” (BOULOS, 2012, p. 45).

Diante do panorama traçado, a visão outrora prevalecente, que concedia ao proprietário um direito praticamente absoluto sobre a coisa, é cessada pela Constituição de 1988. Ao proprietário, continua sendo reconhecido o direito ao uso e gozo do bem que lhe pertence, mas o exercício do direito de propriedade somente se considera regular se o seu titular for capaz de balancear seus interesses individuais

com a noção de utilidade social, que não condiz com o uso dos bens para fins puramente especulativos ou egoístas.

Ademais, a Constituição de 1988 cuidou de estabelecer as sanções a que se sujeitam os proprietários de imóveis inertes na concessão da função social à propriedade. Em se tratando da propriedade urbana, elas podem passar pelo parcelamento ou edificação compulsórios, pela imposição do imposto progressivo no tempo e, em última instância, pela desapropriação do bem (consoante o art. 182, parágrafo 4º).

No que tange as propriedades em solo urbano, a desapropriação seguiria esta lógica. Rodrigues (1989, p. 25) afirma para este tipo de propriedade:

[...] nos casos de propriedade sem uso justifica-se a desapropriação do imóvel para fins de interesse social ou utilidade pública, com o pagamento do valor venal do imóvel em títulos de dívida pública, para permitir uma produção do espaço urbano mais justa. Há também propostas que se referem à taxaço progressiva – imposto territorial progressivo – valores mais elevados para as terras ociosas, e instrumentos como a urbanização ou edificação compulsória – obrigar o proprietário a dar um uso efetivo ao imóvel. Estas propostas referem-se às várias formas de induzir a ocupação de terras ociosas, tornar mais próxima do real a função social da propriedade e diminuir os custos dos serviços públicos, concentrando as redes de abastecimento com a eliminação dos vazios.

Nesse contexto, compreende-se que a Constituição Federal deve/ria salvaguardar a propriedade que desempenha sua função social, contribuindo, mesmo que de maneira indireta, para o benefício da sociedade como um todo. Dessa forma, mesmo uma propriedade com uma função predominantemente individual, como uma residência, pode e deve desempenhar contribuir na promoção do bem-estar coletivo, desde que seja efetivamente utilizada para contribuir para o bem comum.

Nessa perspectiva, Boulos (2012, p. 45) aponta:

Toda a propriedade tem que ter algum uso, seja para moradia, produção ou qualquer outro que traga benefício para a sociedade. Os grandes terrenos e prédios vazios, usados para a especulação imobiliária, não tem nenhuma função social. [...] isso significa que, ao deixar as terras ociosas, os proprietários estão agindo de forma ilegal e criminosa.

Dessa maneira, caso um terreno não edificado, localizado em área urbana, consistindo apenas em um lote vago, não apresente nenhuma utilização em conformidade com o Plano Diretor, sua função social não estaria sendo atendida.

De outra forma, a inclusão da função social da propriedade ao lado da propriedade privada no art. 170, (incisos II e III), reforça a ideia da relativização do direito à propriedade particular. Nesse seguimento, Ihering, 2004, p. 87, ressalta:

Os conservadores da constituinte, contudo, insistiram para que a propriedade privada figurasse como um dos princípios da ordem econômica, sem perceber que, com isso, estavam relativizando o conceito de propriedade, porque submetendo-a aos ditames da justiça social, de sorte que se pode dizer que ela só é legítima enquanto cumpra uma função dirigida à justiça social.

Assim, percebe-se que quando verificada a incompatibilidade da utilização da propriedade individual frente ao interesse social, o segundo deve prevalecer.

Nota-se que a função social da propriedade surgiu da necessidade de superar o individualismo. Essa teoria defende que a propriedade não deve ser exercida de forma livre e desregulada, mas sim de forma responsável e socialmente justa. Tal teoria possui a visão da importância do conjunto com a sociedade, para que haja benefício do bem comum sobre o interesse individual, e garantir que a propriedade contribua para o progresso social e não sirva apenas como uma ferramenta para especulação ou acumulação.

Logo, a finalidade da teoria da função social no contexto da propriedade reflete a responsabilidade conferida ao proprietário de utilizar suas propriedades de maneira a atender à função social. Isso implica que o proprietário deve seguir as diretrizes legais e morais estabelecidas para contribuir com o interesse coletivo.

Todavia, em concordância com Rodrigues (2009), embora a função social da propriedade seja considerada fundamental em todas as Constituições, seu valor jurídico é muito maior do que sua necessidade prática. Isso porque o discurso sobre a função social da propriedade tem sido limitado pelas leis menores, que protegem o direito de propriedade. A autora afirma que a proteção da propriedade é protegida de maneira absoluta na prática, mesmo que a utilização não esteja de acordo com a justiça social. Um exemplo citado por ela é a propriedade vazia, que não é utilizada para fins de habitação, trabalho ou outros propósitos sociais, mas é uma fonte de renda para os proprietários. Eles esperam que o valor desses imóveis aumente com o tempo, garantindo uma renda futura.

As leis menores, como o Código Civil e o Estatuto da Cidade, preveem uma série de restrições ao exercício do direito de propriedade, mas estas são, em geral,

de difícil aplicação. Por exemplo, como vimos, o Estatuto da Cidade prevê a possibilidade de aplicação de sanções aos proprietários que não cumprem a função social da propriedade, como o parcelamento ou edificação compulsórios, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e, em última instância, a desapropriação do bem. No entanto, essas sanções são pouco utilizadas na prática.

Isso ocorre, em parte, porque os proprietários de imóveis ociosos têm recursos para se defenderem judicialmente. Além disso, a própria legislação é complexa e difícil de aplicar.

Como resultado, A crescente propagação da propriedade vazia tornou-se um problema crescente nas cidades do Brasil. O IBGE (2022) estima que existe um excesso de 11 milhões de propriedades vagas no país, resultando num desperdício substancial tanto de potencial produtivo quanto social.

A implementação do conceito de função social é frequentemente dificultada por vários obstáculos, apesar das suas nobres intenções. Complicações jurídicas, recursos limitados e uma cultura predominante que valoriza os direitos de propriedade em detrimento dos benefícios sociais resultaram numa disparidade entre o ideal teórico e a realidade vivida.

É importante salientar que a função social da propriedade não deve ser confundida com a sua utilidade ou rentabilidade. Embora uma propriedade possa, de fato, ser útil ou rentável, isso não garante automaticamente que cumprirá a função social. Por exemplo, um imóvel que é utilizado como estacionamento pode ser útil para o proprietário, mas não é útil para a comunidade (RODRIGUES, 2009). Esse imóvel poderia ser utilizado para a construção de moradias, de equipamentos públicos ou de áreas verdes, o que seria mais benéfico para a sociedade como um todo.

Contudo, a suposta “função” social frequentemente se revela essencialmente especulativa, oferecendo benefícios não à sociedade em sua totalidade, mas sim a um grupo restrito de proprietários. No contexto capitalista, a propriedade assume, em muitas ocasiões, uma “função” que transcende a concepção tradicional de atender às necessidades coletivas. Ao invés disso, ela é percebida como um meio de gerar renda para indivíduos dissociados da dinâmica social produtiva da cidade.

1.5 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

O problema da habitação é uma realidade de muitas cidades ao redor do mundo, João Pessoa não é exceção. Há uma realidade crescente de necessidade por moradia adequada para a população de baixa renda na cidade, o que ressalta a importância de entender as demandas, estratégias e desafios dos movimentos sociais.

Em 1964, a política habitacional em João Pessoa foi impulsionada pela criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) durante o regime militar. Isso gerou em investimentos na expansão do tecido urbano, das vias de circulação na cidade, e na construção de conjuntos residenciais, estimulando os setores imobiliários e de construção civil na cidade.

Em 1969, surgiu o conjunto habitacional Castelo Branco, marcando o início da expansão habitacional em direção ao Sudeste. Esse conjunto também foi resultado da política oficial de remoção de favelas, considerada uma solução para a questão da pobreza e da habitação (GONÇALVES *et al*, 1999). No entanto, essa abordagem acabou agravando a pobreza e afastando os moradores de seus locais de trabalho e convivência habitual, mostrando que a remoção não se limita apenas a fornecer casas.

Na década de 1970, o processo de urbanização se intensificou em João Pessoa, evoluiu em um aumento de 160% na área urbana em relação à década anterior (MAIA, 2001). A migração do campo para a cidade levou a um rápido crescimento populacional, gerando bairros, conjuntos habitacionais e ocupações descentralizadas, já que as habitações foram construídas afastadas do centro da cidade.

A década de 1980 continuou caracterizada pela expansão das periferias urbanas, acompanhada da migração da população de alta renda para regiões mais valorizadas da cidade. Enquanto isso, a camada de baixa renda se via obrigada a se estabelecer em áreas carentes de infraestrutura e serviços, resultando em um preocupante quadro de segregação espacial.

Lima (2017) acrescenta que os anos 70 e 80 impactaram o cenário de distribuição socioespacial na cidade. As orlas marítimas, por exemplo, passaram a ser habitadas pelas mais altas camadas da sociedade e elas se sentiam privilegiadas por gozarem não apenas da aparência de um local bonito, mas da segurança que tinham.

O contraste social e, por conseguinte, material e político, fez com que insurgisse uma série de ativismos. Se o poder aquisitivo é que discriminava os espaços bons dos ruins e determinava a ocupação de cada classe, começaram ativismos, protagonizados por “ambulantes”, que queriam poder trabalhar nos centros da cidade (LIMA, 2017).

Em um clima de insatisfação pela forma com a qual o poder público se comportava diante das demandas sociais, outros movimentos surgiram, como os de estudantes, que visavam transportes coletivos de melhor qualidade; pessoas desempregadas, que almejavam ter os seus sustentos garantidos; e moradores sem teto em busca de políticas sociais de habitação (LIMA, 2017).

No início dos anos 1990, a Caritas Arquidiocesana da Paraíba entrou em cena para tentar solucionar o problema através da organização de um programa urbano envolvendo essas famílias, que unidas a outras comunidades da época passaram a agir e lutar em conjunto. Dessa forma, a partir dessas movimentações, em 1993, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) criou a sua primeira ocupação chamada Dois de Maio, reunindo 70 famílias (VALE E GARCIA, 2008). Nessa época (década de 1990), havia dois movimentos urbanos consolidados, o MNLM e o Centro de Movimentos Populares (CMP).

Lima (2017) observa que entre os anos de 1980 e 1990 o fluxo de pessoas que se deslocou do campo para a cidade afetou os problemas sociais já existentes na parte urbana de João Pessoa. Assim sendo, não se experimentou alguma melhoria dos serviços, mas, ao contrário, piorou o que já era precário. A cidade não tinha reais condições de receber, com qualidade, tanta gente e, ainda, garantir uma vida com dignidade aos seus moradores.

A emergência dos movimentos sociais por moradia em João Pessoa pode ser atribuída, em grande parte, à falta de políticas habitacionais efetivas, que são caracterizadas pela produção de moradias em áreas distantes, com casas agrupadas de baixo padrão construtivo, que impactam em um desenvolvimento urbano segregador, e afeta diretamente, e principalmente, a população de baixa renda.

A ausência de programas que ofereçam moradias populares acessíveis tem agravado a crise habitacional na cidade. A escassez de iniciativas governamentais direcionadas à habitação social resulta em dificuldades para a população de baixa renda, que se veem desprovidas de moradias adequadas.

A desigualdade socioeconômica e a falta de acesso a emprego, educação e serviços básicos contribuem para a marginalização dessas comunidades. Essas pessoas não possuem renda suficiente para participar de programas habitacionais, comprar uma casa e também são impossibilitadas de arcar com os altos custos de aluguel. Sem outras alternativas, muitas famílias ocupam terrenos vazios, prédios abandonados e áreas de risco, o que implica na necessidade de organização coletiva para reivindicar o direito à moradia.

Desse modo, as origens dos movimentos urbanos de João Pessoa e seus processos influenciaram diretamente as formas de engajamento social nos debates sobre produção do espaço. Esses movimentos expressam suas práticas com base em valores políticos, sociais e ideológicos (SOUZA JÚNIOR, 2008).

Os movimentos sociais em João Pessoa são fundamentais na luta pelos direitos sociais e pela transformação da realidade urbana. Esses movimentos são compostos por vários grupos e organizações que abordam questões como moradia, trabalho, educação, meio ambiente e igualdade social. Suas ações visam facilitar a conquista de melhores condições de vida, estimular a participação popular, enfrentar desafios e reivindicar mudanças em direção a uma cidade mais igualitária e inclusiva.

Vários movimentos sociais de João Pessoa têm se organizado para lutar por essas questões, principalmente no que se refere ao direito à moradia. Alguns movimentos sociais por moradia se destacam por seus esforços incansáveis em defesa desse direito básico. Entre os movimentos existentes na cidade, podemos citar:

1. Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN): O MNLN é um movimento social que atua em várias cidades brasileiras, incluindo João Pessoa. Ele busca garantir o direito à moradia adequada por meio de ocupações, mobilizações e negociações com as autoridades locais (DO VALE; GARCIA, 2008; SOUZA JÚNIOR, 2008).

2. Movimento Sem Terra (MST/PB): O MST/PB é um movimento nacional que atua tanto na cidade como no campo, lutando pela reforma agrária e pela moradia adequada. O movimento realiza ocupações, manifestações e pressiona o poder público para garantir o direito à terra e à moradia digna (MST, 2022).

3. A Central de Movimentos Populares (CMP) é uma organização que já foi atuante em João Pessoa, Paraíba, e está se organizando novamente. O movimento busca promover a participação popular e defender os direitos das comunidades. A

CMP engaja-se em lutas e mobilizações em prol de moradia digna, acesso a serviços públicos de qualidade, combate à desigualdade e outras demandas sociais. Através de ações coletivas e articulação com outros movimentos sociais, a CMP busca ampliar a conscientização e promover mudanças estruturais na cidade. Sua atuação fortalece a organização da sociedade civil e contribui para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva (SOUZA JUNIOR, 2008).

4. O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) é uma organização presente em João Pessoa, Paraíba, que atua na defesa dos direitos das comunidades de baixa renda, especialmente das pessoas que vivem em bairros periféricos e favelas. O MLB realiza ações de mobilização, organização e luta por moradia digna, acesso a serviços públicos de qualidade, infraestrutura básica, regularização fundiária e combate à violência e às desigualdades sociais. Através de manifestações, ocupações, diálogo com autoridades e pressão política, o MLB busca garantir que as demandas e necessidades das comunidades marginalizadas sejam ouvidas e atendidas, promovendo a justiça social e a inclusão urbana (BRASIL DE FATO PB, 2022; SOUZA JUNIOR, 2008).

5. Movimento de Moradia Mãos Dadas (M.M.M.D): Movimento fundado em 2012, luta por direitos sociais pela conquista da casa própria.

Foi criado em 22 de julho 2012 em uma roda de diálogo no bairro Colinas do Sul, daí em diante começamos um trabalho de construção para que famílias no Jardim das Colinas, depois continuamos a Luta com moradores de rua onde CONTEMPLAMOS 15 FAMÍLIAS para o bairro Vista Alegre e outras famílias moradores de aluguel, estivemos na defesa pela MINHA CASA MINHA VIDA em 2019 estivemos na frente construindo projeto Parceiros de Habitação onde conseguimos juntos com outros movimentos a aprovação na ASSEMBLÉIA e agora continuamos na luta ajudando as famílias (post retirado do *facebook* do movimento, 2020).

De acordo com a pesquisa de Lima (2017), há também o Movimento Terra Livre (MTL), analisado como um protagonista na luta política contra os efeitos da reestruturação produtiva do capital em países semiperiféricos, especialmente nas periferias urbanas do Brasil. Para o MTL, a moradia representa uma das formas mais proeminentes de resistência e insurgência das camadas populacionais subalternizadas.

Esses são alguns dos movimentos sociais por moradia em João Pessoa. É importante ressaltar que esses movimentos trabalham de forma articulada com outros grupos e organizações da sociedade civil, além de estabelecerem diálogo com o poder

público, visando alcançar soluções efetivas para a problemática habitacional na cidade.

Esses movimentos atuam próximo aos órgãos de poder, seja para fiscalizar ou para exigir o cumprimento de determinadas demandas. O objetivo é fazer com que o poder público se dedique a causas que sejam relevantes ao conceito de dignidade humana. Tema pertinente nos movimentos sociais urbanos é a busca pela regularização do direito à propriedade, ou seja, fazer com que os ocupantes tenham segurança em relação ao local em que moram e que com isso tenham um respaldo jurídico (SOUZA JÚNIOR, 2008).

Para Souza Júnior (2008), os movimentos sociais na Paraíba e em João Pessoa em muito foram influenciados pela Doutrina Social da Igreja Católica, conforme já tratado nesta pesquisa, baseados na solidariedade, esperança e dignidade.

Além desses movimentos, existem diversas outras organizações e coletivos que também atuam em prol do direito à moradia em João Pessoa. Esses grupos realizam ações como manifestações, acampamentos, debates e negociações com as autoridades locais, visando sensibilizar a sociedade e pressionar por soluções efetivas.

Há alguns movimentos que não estão diretamente relacionados com a luta por moradia, mas que se unem em lutas por direitos na busca por justiça social, como por exemplo:

Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD): Movimento nacional, criado em 1995, que tem como lema “Direito de Trabalhar, Trabalhar com Direitos!”. O Movimento se organiza em grupos de base e coordenações territoriais nas áreas urbanas, buscando direitos para os trabalhadores. Suas lutas incluem ocupações, marchas, denúncias e eventos culturais nas periferias, além da construção de creches públicas e mais. A formação política no MTD visa debater questões populares e encontrar soluções coletivas, através de estudos, debates e cursos em todo o país e nos territórios de atuação (STEFANO, 2018).

Movimento Olga Benário – PB: Movimento feminista, classista, em luta de uma sociedade mais justa, igualitária e socialista. O movimento surgiu em 2011, na Venezuela. Em 2014, foi o primeiro encontro nacional, na cidade de Recife (informações retiradas do *instagram* do movimento).

Souza Júnior (2008) compreende que os movimentos sociais urbanos, analisados na Paraíba, são divididos em algumas categorias: Luta por Moradia; Central de Movimentos Populares; Luta nos Bairros e Favelas e Núcleo de Defesa da Vida. Cada um desses movimentos tem particularidades e objetivos específicos, exatamente por isso a classificação se faz necessária.

Existe também o Fórum Estadual de Reforma Urbana da Paraíba (FERURB-PB), uma coalizão de diversas organizações que se empenham pela melhoria das cidades. Composto por associações de classe, movimentos sociais, ONGs e instituições de pesquisa, o FERURB-PB surgiu no estado em 1996. Sua atuação concentra-se na promoção da Reforma Urbana e visa criar condições mais propícias para as ações dos movimentos e das entidades que integram esse fórum (PADUA, 2023).

Percebemos que os movimentos sociais por moradia em João Pessoa surgiram como uma resposta organizada à falta de moradia adequada e às condições precárias de habitação. Eles têm se mobilizado para reivindicar o direito à moradia digna, a regularização fundiária, o acesso a serviços básicos e a implementação de políticas públicas efetivas para enfrentar a crise habitacional.

Para alcançar suas demandas, os movimentos sociais por moradia em João Pessoa adotam diversas estratégias de mobilização. Tais como, a organização de protestos e ocupações simbólicas, a realização de assembleias e encontros comunitários, o diálogo com representantes do poder público, a articulação com outras entidades e movimentos sociais, e a utilização dos meios de comunicação e redes sociais para ampliar sua visibilidade e sensibilizar a opinião pública.

Essas demandas sociais refletem as necessidades urgentes das populações de baixa renda em busca de condições de moradia digna na cidade. A compreensão dessas demandas e das estratégias utilizadas sem formulação de estereótipos ou preconceitos é fundamental para promover a reflexão, o diálogo e a busca por soluções justas e inclusivas para a habitação em João Pessoa.

Uma das conquistas dos movimentos sociais foi o acesso a casas no Colinas do Sul⁵, um local que ofereceu moradia aos que estavam limitados quanto à satisfação de serviços básicos como água, esgoto etc. (SOUZA JÚNIOR, 2008).

⁵ A obtenção das casas no Colinas do Sul é considerada uma vitória dos movimentos (MNLM, CMP, MLB), em 2007, em parceria com a prefeitura e o governo federal, por meio do Crédito Solidário. As famílias beneficiadas, antes moravam no acampamento Jorge Luiz, coordenado pelo MNLM.

No entanto, o Colinas do Sul está longe de ser a solução ideal para os problemas habitacionais da cidade. A distância do centro da cidade dificulta o acesso a serviços essenciais como educação, saúde e trabalho. A falta de infraestrutura completa, como transporte público, áreas verdes, lazer e segurança, também compromete a qualidade de vida dos residentes.

É evidente que muitos dos problemas que motivam os movimentos sociais têm cerne na desigualdade espacial, a qual reproduz a disparidade de renda e diversas outras situações que evidenciam a ineficiência do poder público de João Pessoa em garantir a dignidade de seus habitantes. Embora existam alguns avanços, como o caso do Colinas do Sul, ainda está muito aquém de uma realidade ideal. Portanto, é necessário reconhecer que apenas o acesso à moradia não resolve as complexas questões que envolvem a vida urbana com qualidade.

Nascimento (2017) assevera que, antes, o território servia à construção de história, das vivências de cada um. Com o tempo, as pessoas modificaram os espaços sociais para compreender a especulação imobiliária. Mais do que transformar o solo em “espaços para viver”, a dinâmica imposta, agressivamente, pelo capitalismo, fez distinções claras entre as áreas destinadas às pessoas com elevado poder aquisitivo e as que não possuíam condições financeiras de morar adequadamente.

Nascimento (2017) afirma que o uso do solo, nessa configuração, apenas reproduziu uma dinâmica das relações sociais. O homem que busca ter mais poder e influência do que o outro utiliza o solo a seu favor e, para isso, constrói, reconstrói e destrói, quantas vezes forem necessárias.

Valadão, Regis e Ayres (2022) se dedicam a explicar as bases do fetichismo da mercadoria, processo esse que se dá em virtude do “poder” que determinados objetos exalam em relação às pessoas. Isso posto, muitas vezes, o consumo não recai sob o bem em si, mas o que realmente causa fascínio é a sua marca ou o que ele é capaz de provocar no indivíduo.

Essa perspectiva de exaltação ao “ter” em detrimento do “ser” alimentada pelo fetichismo pode ser interpretada quando analisada a utilização do solo em João Pessoa. A especulação, que valorizou áreas e colocou outras de uma forma subalterna, fez com que o preço tenha se tornado elevado. Conseqüentemente, as melhores casas, os melhores serviços etc. passaram a se concentrar ao redor dos locais mais caros. É esse tipo de situação que causa ainda mais revolta e inconformidade aos que se sentem sem direitos sociais.

Nesse contexto, os movimentos sociais trazem à tona a realidade das carências enfrentadas pela população, como o acesso limitado a bens e serviços essenciais. Ao denunciar as contradições do sistema e lutar por direitos básicos, revelam as falhas do modelo capitalista vigente.

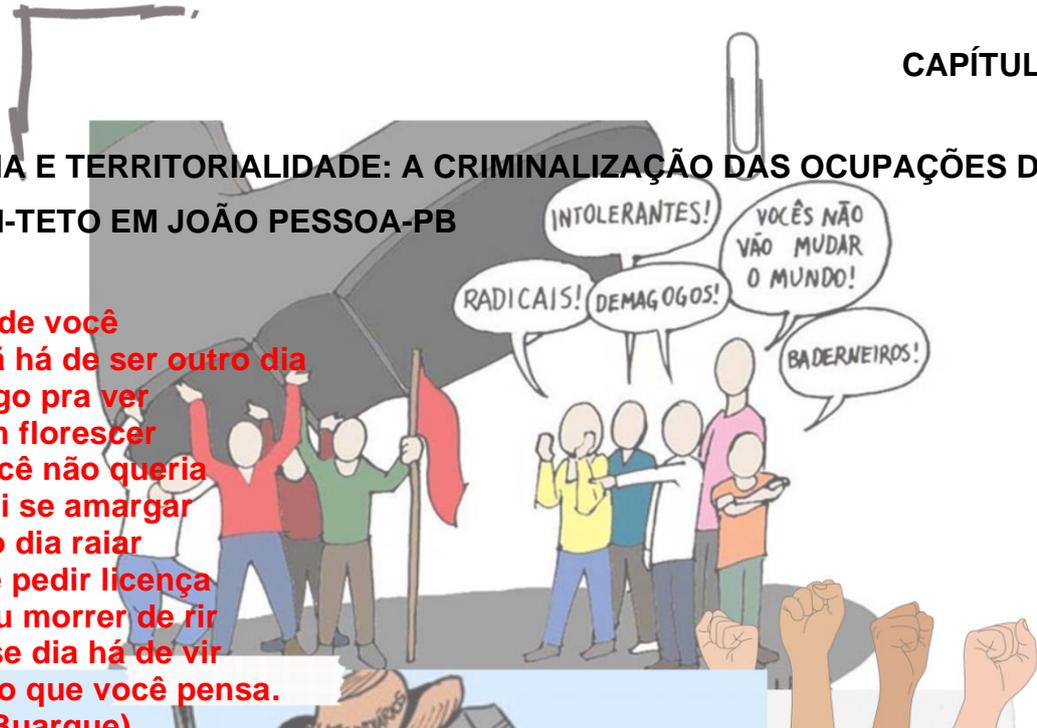
Essa exposição das contradições não é bem aceita por todos os setores da sociedade. A mídia, em conjunto com o Estado, frequentemente estigmatiza os movimentos sociais, retratando-os como ameaças à ordem pública em vez de legítimos defensores de direitos. Essa estigmatização serve para deslegitimar as demandas dos movimentos e justificar a repressão estatal, dificultando ainda mais a luta por justiça.

Em seguida, analisaremos como a mídia local contribui para a perpetuação da narrativa hegemônica de criminalização dos movimentos. Isso será observado através de publicações em sites de notícias, que retratam as ações e relatos associados às ocupações dos sem-teto em João Pessoa-PB, bem como as principais características atribuídas a esses grupos. Dessa forma, fizemos uma breve contextualização sobre território e territorialidade, relacionamos mídia e território, entendendo a mídia como uma relação de poder.

CAPÍTULO 2

MÍDIA E TERRITORIALIDADE: A CRIMINALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DOS SEM-TETO EM JOÃO PESSOA-PB

Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Inda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria
Você vai se amargar
Vendo o dia raiar
Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
Que esse dia há de vir
Antes do que você pensa.
(Chico Buarque)



Ocupar é resistir.

De acordo com Raffestin (1993), o território é resultado das relações sociais de poder (controle e dominação) expressa em um determinado espaço. O espaço é entendido aqui como o que antecede o território, como sua “matéria-prima”. O autor esclarece que a política não existe apenas no Estado, pois o poder político existe em toda forma de organização. O conceito de território é utilizado justamente por ser a categoria que engloba as mais diversas esferas de poder.

No território usado para a produção e disseminação da informação em João Pessoa, verifica-se que as pessoas estão “conectadas” a um determinado meio de comunicação, os sites de notícias locais, que vamos apontar como uma forma de poder. Pois, os espaços digitais, informatizam e tomam “os meios de comunicação não como instrumentos de organização das dinâmicas cotidianas, mas como parte da estruturação do social e das relações de poder inerentes a sociedades” (GOMES, 2017, p. 55).

A mídia ganha cada vez mais espaço na divulgação de informação. Em relação à luta por moradia que afeta a cidade de João Pessoa, é importante examinar como ela apresenta e contextualiza a situação das ocupações na cidade. Conforme citado por Almeida,

A intensificação do uso da Internet tem possibilitado múltiplas interações, o que facilita gradativamente as manifestações da mídia na internet e a possibilidade dos veículos de informação obter diversos patrocínios que influenciem na publicação de notícias, criando imagens e estereótipos acerca dos problemas que abatem o país, o que não é diferente no que se refere à questão da habitação (ALMEIDA, 2018, p. 151).

Diante disso, buscaremos compreender como a mídia local, em publicações digitais, noticia ações e temas relacionados às ocupações em João Pessoa-PB e aos movimentos que os organiza.

2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Percebe-se que falar em território requer falar em poder. Geograficamente, esse poder se imprime no espaço. O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da

realidade inicial dada, que é o espaço. Segundo Raffestin: “Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (1993, p.144).

Essa produção do espaço envolve múltiplas relações, o que se constitui é um arranjo de relações denominado “campo de poder”, ou “território de luta, resultante do entrelaçamento espacial de poderes que permanentemente disputam posições que possibilitam não a conquista definitiva, mas o exercício provisório ou instável do poder territorial” (AMBROZIO, 2013, p.3).

Ao afirmar que o território é uma produção a partir do espaço, Raffestin (1993) enfatiza que os atores delimitam, constroem, destroem, alteram os territórios sempre em função de alguma intenção. Sendo assim, se o território é o espaço vivido e se dá pela ação de atores numa dada relação de poder, dentro de uma arena de conflitos e disputas, essa ação se denomina territorialidade.

Com isso, a territorialidade pode ser compreendida como um fenômeno associado à organização e produção do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes. A territorialidade, “se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

De acordo com Borges (2005), a territorialidade humana é, muitas vezes concebida através de aspectos e, um deles, traz que a territorialidade pode ser o domínio de indivíduos ou grupos sociais. Territorialidade envolve a necessidade e o motivo de defender e controlar uma determinada parte do espaço. A territorialidade é uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas. Assim, a territorialidade deve ser entendida como a intenção de um indivíduo ou grupo de influenciar ou controlar uma população, e exercer um controle sobre um espaço geográfico. Ou seja, “é a espacialização do poder realizada pela capacidade de um indivíduo e/ou grupo delimitar e controlar, não sem conflitos, o espaço necessário para o seu reconhecimento enquanto uma sociedade específica” (IDEM, 2005, p. 2165).

Tendo em vista que alguns conceitos nos aproximam das questões territoriais, cabe indagar sobre possíveis conexões entre esses conceitos e a mídia. “Nas suas diversas escalas espaciais, as mídias se justapõem e sobrepõem formando elas

mesmas uma territorialidade que incide fortemente sobre outras e sobre nosso cotidiano” (REIS, 2017, p. 24).

Muitas vezes servindo como instrumento de outros atores, a mídia pode tanto inspirar e sustentar o discurso político quanto formar e disseminar opiniões, ideologias, nacionalismo e até mesmo proselitismo. As dinâmicas econômicas e políticas que orientam a territorialização das organizações midiáticas moldam os produtos discursivos que elas produzem. Mesmo em uma era de ampla penetração da internet e aparente democratização das comunicações, a negação do acesso aos meios de produção informacional continua sendo uma forma de isolamento territorial e de afirmação de poder por parte de líderes locais. (BARROS, 2020; SCORSSATO, 2022).

A mídia tem como proposta informar a população e assumir compromisso ético. Mas, na prática, apesar de alguns veículos de comunicação deixarem claro seu posicionamento ético, verifica-se a omissão de fatos de interesse público. Dado a responsabilidade da mídia na informação da população, cabe destacar que a complexidade das relações de poder e os consequentes processos de territorialização ocorrem para atender a diferentes interesses e atores.

No que diz respeito aos textos noticiosos, espera-se um certo grau de objetividade na produção e divulgação da informação, com base no princípio da neutralidade ou imparcialidade, que orienta a boa prática jornalística. Porém, ocorre que no discurso jornalístico o sentido pode ser ocultado ou silenciado por meio de um processo de seleção e edição que orienta os leitores segundo a perspectiva seletiva de interesse por trás do processo de edição (SOUZA, 2019).

Assim como a Expressão e Reunião, a Constituição Federal (1988) também tutela a Liberdade de Imprensa como um dos corolários do princípio democrático. O artigo 220 prescreve: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 1988).

Depreende-se que, como regra, a mídia deve transmitir informações, notícias e tudo que for necessário para informar e alimentar a ideia de “sociedade da informação” e/ou “sociedade bem-informada”.

Feitosa e Chaves (2021) dialogam que a Liberdade de Imprensa frequentemente entra em conflito com os direitos de imagem e privacidade. O objetivo

daquele primeiro direito é tornar público assuntos que possuem algum relevo para a vida das pessoas e para a construção da história de um povo, por exemplo.

Niaradi (2022) argumenta que a veiculação de notícias com embasamento jornalístico faz com que os telespectadores tenham condições de formar suas convicções a respeito de alguns temas relevantes. Em vista disso, é necessário firmar o compromisso em informar, mas com seriedade e responsabilidade sociais, pois os meios de comunicação propagam informações muito rapidamente.

Nesse sentido, a mídia é responsável não apenas pela produção e circulação de conteúdos informativos, mas, também, por disseminar posicionamentos de sujeitos e influenciar na formação de opinião. A mídia aparece como mediadora legítima de conflitos, no entanto, como veremos, através de suas ações, incorpora a criminalização dos ocupantes e dos movimentos sociais, atuando como reprodutora das desigualdades.

Através de levantamentos em sites de notícias locais, identificamos notícias sobre as ocupações pelos sem-teto em João Pessoa-PB. Alguns elementos procurados foram: 1) invasão e seus derivados (invasores, invadido); 2) ocupação de terreno; 3) ocupação sem-teto; 4) invasão sem-teto 5) ocupações urbanas (não achamos esse termo em nenhum dos sites procurados). Vejamos os exemplos de trechos de algumas notícias publicadas em sites:

Tabela 01: Levantamento de trechos de notícias.

Site de notícias	Descrição
Jornal da Paraíba	Um grupo de 408 famílias remanescentes da invasão da comunidade Dubai, em área de mata atlântica na zona sul de João Pessoa, vão receber um benefício auxílio-moradia [...] Ao determinar o benefício, Cícero destaca que existe um grupo específico atualmente recebendo tal benefício denominado comunidade remanescente da invasão Dubai (2022). Disponível em: < https://jornaldaparaiba.com.br/politica/conversa-politica/familias-da-comunidade-dubai-va-receber-auxilio-moradia-de-r-400/ >
	O prefeito Luciano Cartaxo (PSD) esteve no local para acompanhar a retirada dos móveis e o lacre do imóvel, ocupado desde abril de 2013 por sem tetos , para evitar novas invasões (2016). Disponível em: < https://jornaldaparaiba.com.br/cotidiano/vidaurbana/familias-de-sem-teto-sao-retiradas-do-antigo-hotel-tropicana >
	Cerca de 40 famílias ocuparam o Edifício Nações Unidas, em frente ao Ponto de Cem Réis, em João Pessoa, na madrugada desta terça-feira (5). O prédio foi desapropriado pela Prefeitura em 2019 para abrigar um shopping popular, mas, até agora, nada foi feito no local. A invasão foi conduzida pelo

	<p>MLB [...] (2022). Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/conversa-politica/familias-ocupam-predio-ponto-de-cem-reis-joao-pessoa/></p> <p>Em João Pessoa, pelo menos 79 famílias vivem atualmente em prédios abandonados ou em barracos construídos em terrenos invadidos, segundo estimativa da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município [...], (2015). Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/vida_urbana/desabrigados-ocupam-predios-abandonados/></p>
Portal Correio	<p>Inquérito civil apura situação de 'Dubai'. O acompanhamento da invasão da área de preservação está sendo feito por meio de inquérito civil instaurado pelo 43º promotor de Justiça de João Pessoa [...] (2021). Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/apos-prisao-de-trafficante-orgaos-cumprem-mandado-de-reintegracao-de-posse-na-comunidade-dubai/></p> <p>Apurou-se a situação de devastação ambiental provocada mediante a prática de desmatamento sob o pretexto aparente de implantação de moradias irregulares. A ação ilícita afetou área pública [...] dessa forma, apurou-se que a invasão não teria sido motivada apenas por questão social ligada ao direito à moradia [...] (2021). Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/apos-prisao-de-trafficante-orgaos-cumprem-mandado-de-reintegracao-de-posse-na-comunidade-dubai/></p> <p>No primeiro confronto registrado em janeiro deste ano, cinco trabalhadores foram presos ao resistirem à ação de despejo realizada pela Polícia Militar. O despejo das famílias aconteceu no dia 15 de janeiro, num terreno invadido por dezenas de pessoas na região metropolitana de João Pessoa (2014). Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/para-mst-2014-ser-de-confronto-e-resistencia-a-latifundios-na-pb-j-so-15-mil-acampados/></p> <p>Centenas de pessoas invadiram um terreno pertencente ao Estado, por trás do Centro de Convenções de João Pessoa, sob a alegação de que a área seria utilizada para a construção de moradias do programa 'Minha Casa, Minha Vida' [...] o juiz Antônio Carneiro de Paiva Júnior, titular da 4ª Vara da Fazenda de João Pessoa, realizou inspeção judicial, no terreno localizado por trás do Centro de Convenções da Capital, para verificar in loco a invasão [...] Ele adiantou que pretende realizar audiência de conciliação envolvendo representantes do Governo do Estado e dos invasores [...] (2014). Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/sem-teto-invadem-terrenos-por-trs-do-centro-de-convenes-de-joo-pessoa/></p>
Wscorn	<p>A propriedade, denominada "Ribeira", foi invadida no dia 9 de junho de 2018 por cerca de 60 pessoas e, hoje, estaria sendo ocupada por duas mil pessoas [...] Sustentada os autores da ação que, a despeito de diversas tentativas de retirada pacífica, não lograram êxito, permanecendo a invasão. Em 18 de junho de 2018 foi deferida medida liminar para a reintegração, decisão esta não cumprida pelos invasores [...] (2019). Disponível em: <https://wscorn.com.br/reintegracao-de-posse-mais-de-100-familias-sao-retiradas-de-terreno-na-zona-sul-de-jp/></p> <p>Movimento Sem Teto invade "Nações Unidas, laudo aponta risco de desabamento e prédio está em vias de moradia pela</p>

	<p>PMJP [...] Secretaria de Habitação da PMJP negocia até quarta-feira solução aos invasores [...] A gestão da Secretaria de Habitação está agindo há meses com o Ministério Público para adaptar e construir moradias dignas na área invadida [...] (2022). Disponível em: https://wscom.com.br/movimento-sem-teto-invade-nacoes-unidas-laudo-aponta-risco-de-desabamento-e-predio-esta-em-vias-de-moradia-pela-pmjp/></p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Percebemos que a mídia enfrenta relutâncias ao reconhecer as ocupações como legais, sendo utilizada na maioria das vezes a palavra “invasão”, no lugar de “ocupação”, apontando postura de criminalização dos ocupantes. As notícias utilizam “invasão” por muitas vezes ao longo de toda a construção textual, mas nem sempre esse termo aparece no título (ver Figura 03). Nesse sentido, a própria mídia produz confusões ao utilizar em uma mesma notícia “invasão” e “ocupação”, criando uma interpretação ambígua e até distorcida.

Figura 03: Título em Jornal da Paraíba.

Jornal da Paraíba Paraibano 2023 Qual é a Boa? Not

Início | Vida Urbana | Matéria

15 de agosto de 2012 | 06:00

Desabrigados ocupam prédios abandonados

Estimativas da Seds mostram que pelo menos 79 famílias vivem atualmente em prédios abandonados ou em barracos na capital.

Em João Pessoa, pelo menos 79 famílias vivem atualmente em prédios abandonados ou em barracos construídos em terrenos invadidos, segundo estimativa da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município (Sedes). Como cada família possui, em média, quatro membros, isso significa que há, no mínimo, 316 pessoas em situação precária de moradia.

Fonte: Jornal da Paraíba (2012).

É importante compreender que a criminalização consiste no ato de tornar determinado comportamento ilícito e, portanto, contrário ao que a Lei determina. Na perspectiva de Braun e Nogueira (2020), nos movimentos sociais do campo, normalmente os que são travados em luta por terra, a mídia é aliada daqueles que detém o capital e transmite que os manifestantes são, na verdade, criminosos, pois quererem o que não lhes pertence.

Ressalta-se, nesse contexto, que a atuação da mídia é em estigmatizar e rotular os manifestantes, além de não compreender o real significado de suas lutas

por igualdade e participação, pois, normalmente, são esses os ideais pretendidos por meio das manifestações sociais.

Seles e Ferreira (2019), ao comentarem sobre a criminalização dos movimentos sociais, garantem que essa medida configura retrocesso no que tange ao objetivo de respeito e concretização aos direitos sociais. Diante da ineficácia estatal em prestá-los adequadamente, são as lutas e movimentos sociais que trazem direitos sociais ao protagonismo e revelam-se necessários para o adequado funcionamento da sociedade.

Criminalizar isso, em outras palavras, significa mascarar uma série de problemas na realidade social que o Estado não consegue dar conta e nem quer que as pessoas se manifestem para virem resolvida. Silenciar vozes e criminalizar esse comportamento é o mesmo que sentenciar a continuidade do descaso (SELES; FERREIRA, 2019).

As reivindicações dos movimentos sociais possuem grande parcela de contribuição para a efetivação do direito fundamental à moradia, o que é desconsiderado no tratamento dado a estes pela mídia. Ao pesquisar alguns elementos citados anteriormente, notamos que as notícias se preocupam, majoritariamente, em relatar reintegrações de posse, e retratar as manifestações realizadas pelos sem-teto, como por exemplo, os bloqueios de avenidas, atrapalhando o trânsito (Figura 04).

Figura 04: Título em Portal Correio.

Início > Geral

Manifestantes protestam por moradia, ocupam Caixa e fecham avenidas de João Pessoa

Redação

📅 15/04/2015 ⌚ 08:55



Um ato público bloqueou parte da avenida Eptácio Pessoa, na capital paraibana, na manhã desta quarta-feira (15). O movimento organizado pela União Nacional Por Moradia Popular na Paraíba também ocupou a sede da Caixa Econômica Federal por volta das 10h. Os manifestantes se reuniram com a superintendência da CEF e só liberaram a avenida após a audiência por volta 14h.

Fonte: Portal Correio (2015).

Muitas dessas notícias aproveitam para promover ações atravessadas de difamação, chamam atenção para o crime, associado às drogas e também supostos crimes cometidos por lideranças sem-teto e moradores de ocupações, contribuindo para a formação de estereótipos (Figura 05).

Figura 05: Título em G1 Paraíba.

Drogas são apreendidas e homem é preso durante desocupação na comunidade 'Dubai', em João Pessoa

Desocupação teve início na madrugada desta terça-feira (23), após decisão judicial. Mais de 400 famílias moravam no local, segundo Polícia Militar.

Por g1 PB
23/11/2021 08h41 · Atualizado há um ano

Fonte: G1 Paraíba (2021).

Entretanto, as ocupações não são lugares de crimes, como as notícias estipulam. As mídias jornalísticas não se preocupam em noticiar ou em trazer discussões a respeito dos motivos que levam às ações de ocupações, não explicam que as ocupações só acontecem quando o terreno ou imóvel urbano não cumprem a função social da propriedade e que o acesso à moradia é um direito garantido na Constituição Federal (1988).

A mídia também tende a criminalizar os movimentos sociais de luta pela moradia, responsáveis pela organização de ocupações. Como um caso acontecido na cidade de João Pessoa, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), em dezembro de 2022 o realizou a campanha “Natal Sem Fome e Sem miséria”, com o objetivo de reivindicar doações de cestas básicas. Ao pesquisar as notícias sobre o acontecido, observamos que a mídia age de maneira tendenciosa, dando ênfase à estigmatização de condutas criminosas ao movimento social, relatando que pessoas

foram presas, desconsiderando as razões que os levaram a realizar a campanha. Como pode ser visto na Figura 06.

Figura 06: Trecho de notícia em site.

Petistas e integrantes do MLB são detidos após invadir supermercado em João Pessoa e exigir doação de cestas básicas

Por Redação - Além do Fato em 19/12/2022 às 00:49:38



Três pessoas foram detidas na manhã deste sábado (17), em João Pessoa, após um protesto em um supermercado nos Bancários. Segundo a organização do Movimento de Luta nos Bairros (MLB), responsável pela ação, o objetivo era reivindicar doação de cestas básicas para famílias. O ato faz parte da campanha Natal Sem Fome e Sem Miséria, que o movimento realiza há mais de 10 anos.

As pessoas detidas foram encaminhadas para a Central de Polícia de João Pessoa. O Além do Fato entrou em contato por telefone com a Polícia Civil, em busca de mais informações sobre a situação dos detidos, mas não conseguiu outros detalhes. Já o movimento divulgou que, todos os manifestantes detidos foram liberados.

Segundo a Polícia Militar, cerca de 20 pessoas entraram e tumultuaram o estabelecimento. Em vídeos, divulgados pelo movimento, os manifestantes carregavam cartazes contra a fome e pediam, utilizando um microfone, doações para as famílias que fazem parte do MLB.

Fonte: Além do Fato (2022).

A postura da mídia, frente ao posicionamento dos movimentos sociais e dos ocupantes, influencia os leitores a terem uma imagem negativa do movimento, e os estimula a propagar o discurso de ódio.

Os comentários deixados nessas notícias representam opiniões pessoais, em oposição à ação do movimento, marcados pela desqualificação e pelo uso de adjetivos pejorativos para descrever os manifestantes. A mídia deveria ser responsabilizada pelos meios que utilizam na estruturação da notícia, pois, quando um indivíduo lê a notícia, se depara com a informação de que manifestantes foram presos, ou que moradores “invadiram” terrenos, ou ainda que bloquearam avenidas, o que cria uma imagem negativa do movimento e dos manifestantes.

Quando analisamos as notícias selecionadas, podemos observar que a mídia assume uma postura tendenciosa, atribuindo uma postura de criminalização dos ocupantes sem-teto e dos movimentos sociais de luta por moradia. O termo “invasão”

é comum quando se refere à ocupação dos sem-teto, pois é por meio desse termo que o leitor é levado a entender a ocupação – seja de terrenos ou imóveis vazios – como um crime. Além de que as notícias não se preocupam em esclarecer ao leitor o motivo de suas ações, inviabilizando suas lutas e resistências.

Dessa forma, entendemos que a mídia está relacionada ao poder e a territorialidade, detendo não só a força da informação, mas também a manipulação de indivíduos, como no caso dos comentários deixados pelos leitores. Pois, como citado anteriormente, a territorialidade é uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas.

Além de que, por serem detentoras de poder, qualquer organização que trate de questões que contradigam a hegemonia dessas mídias, será evidenciada pela violência e criminalização. É o caso dos movimentos sociais e dos ocupantes, quando estão no noticiário, dificilmente suas reivindicações são expostas, pois a ênfase de suas ações sempre é colocada de acordo com o ponto de vista dessas mídias.

2.2 RESSIGNIFICAÇÃO MIDIÁTICA NA LUTA POR RECONHECIMENTO E JUSTIÇA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA EM JOÃO PESSOA

A compreensão dessas notícias é de fato fundamental não apenas para uma análise abrangente dos movimentos sociais por moradia em João Pessoa, mas também para identificar a necessidade de estratégias de ressignificação dos discursos midiáticos acerca desses movimentos. Como vimos, a mídia modela as representações e percepções sociais, e frequentemente reproduz estereótipos e visões distorcidas dos movimentos sociais por moradia.

A criminalização das ocupações e a deslegitimação dos pleitos e demandas dos movimentos são frequentemente veiculadas pelos meios de comunicação, reforçando estigmas e preconceitos. Nesse sentido, a busca por estratégias de contra narrativas se torna fundamental para desarticular essas representações negativas.

As estratégias de contra narrativas envolvem a criação e disseminação de discursos alternativos destinados a desafiar a narrativa dominante e apresentar uma perspectiva mais autêntica e abrangente. Isso pode ser feito por meio de diversos meios e canais de comunicação, como produção de conteúdo original, parceria com

veículos comprometidos com a imparcialidade e utilização das redes sociais como espaços de diálogo e mobilização.

Além disso, a ressignificação dos discursos midiáticos acerca dos movimentos sociais por moradia visa redefinir os termos e conceitos utilizados, desafiando a linguagem estigmatizante e promovendo uma visão mais empática e solidária. Isso implica em dar voz aos protagonistas dos movimentos, compartilhar histórias de luta e superação, apresentar as conquistas e impactos positivos dessas iniciativas e evidenciar a importância do direito à moradia como um direito humano fundamental.

Ao adotar essas estratégias de ressignificação dos discursos midiáticos, os movimentos sociais por moradia em João Pessoa podem fortalecer sua visibilidade, legitimidade e apoio público, além de desafiar os estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade. Dessa forma, contribuem para uma maior compreensão e reconhecimento das demandas por moradia adequada e para a promoção de políticas públicas mais justas e inclusivas no âmbito habitacional.

Na visão de Demarchi (2017), as mídias sociais proporcionam colocar em foco movimentos sociais a fim de dar visibilidade a algumas lutas sociais. Nesse aspecto, consegue-se mais adeptos a causas que tenham alguma relevância para grupos específicos, bem como incentiva-se a necessidade de expressão e comunicação.

Acredita-se que a divulgação de determinadas reuniões sob o motivo de Movimento Social possa influenciar novos pensamentos, ideias, além de pessoas engajadas na transformação social que os movimentos sociais impulsionam.

Ditas essas coisas, contra o povo está a mídia, a Lei, e o Estado capitalista, mas a favor dele também pode estar a Mídia Alternativa Progressista, que se dedica a colocar em destaque temas sociais relevantes.

A Imprensa Alternativa, que foi estimulada no período ditatorial, consistiu em um espaço para abordar temas importantes para a vida em sociedade, como por exemplo o feminismo. O objetivo de garantir igualdade entre homens e mulheres, respeito, reconhecimento profissional etc., fez com que as ativistas do movimento feminista buscassem divulgar seus pensamentos para formar uma cadeia de defensores e atuantes (MARTINS; NUNES, 2020).

Com base nos fundamentos expostos, tem-se que a mídia também pode servir para abastecer os movimentos, como os que buscam colocar em evidências grupos sociais pouco destacados no âmbito democrático, mas que também possuem

importância. Assim, encarar a mídia apenas como informação é um pensamento limitado.

Durante a Ditadura Militar no Brasil, as mídias alternativas foram essenciais na denúncia da censura e repressão do regime, buscando a restauração da democracia e garantindo a liberdade de expressão.

Assim como no passado, estas mídias posicionam-se como defensoras da democracia e dos direitos humanos, opondo-se ativamente à autoridade ideológica prevalecente. No âmbito da luta dos movimentos sociais, os meios de comunicação alternativos servem como forma de desafiar a narrativa predominante propagada pelos meios de comunicação tradicionais, o que frequentemente envolve a criminalização e a estigmatização destes movimentos, como já observamos anteriormente.

A grande mídia tem tendência a silenciar e ignorar comunidades marginalizadas e minorias, tornando-os invisíveis. Por outro lado, os meios de comunicação alternativos esforçam-se por retratar a verdadeira realidade destes movimentos, oferecem uma oportunidade de serem ouvidos, permitindo-lhes articular as suas demandas, perspectivas e realidades vividas.

Nos últimos anos, os meios de comunicação alternativos progressistas, como pequenas redações independentes e estações de rádio comunitárias, têm vindo a ganhar cada vez mais visibilidade e a expandir a sua presença, graças ao aumento da utilização da Internet. Isso inclui plataformas como canais do YouTube, blogs, podcasts e perfis de redes sociais. Com a transformação do processo de produção pela Internet, agora permitindo que todos se dirijam a todos, a comunicação e a participação social expandiram-se. Neste contexto, os movimentos sociais aproveitam as oportunidades proporcionadas pelos novos meios de mídia digitais, dando origem a expressões de militância e ativismo em diversas plataformas online.

A mídia alternativa, como “não tradicional”, pode ser a definição mais comum, porém não é tão simples de definir, devido ao seu amplo escopo e generalidade. O princípio deve ser selecionar e divulgar os fatos sob a perspectiva, os interesses e os ideais dos movimentos sociais e orientar a sociedade a se posicionar. No entanto, é o melhor meio de comunicação dos movimentos sociais, pois os privilegia em relação às instituições. Os meios de comunicação alternativos, por sua vez, visam sensibilizar e promover mudanças políticas, lutar pelos direitos civis, apontar as causas dos problemas políticos e indicar possíveis ações, soluções e decisões (VOLANIN, 2007).

A resistência contra a hegemonia é um foco central dos movimentos sociais, que utilizam técnicas de enquadramento para moldar conversas e angariar apoio. Embora a grande mídia muitas vezes ignore ou evite determinados tópicos, a mídia alternativa se dedica a abordar questões negligenciadas, como dinâmica étnica, preocupações LGBTQI+ e saúde pública. Ao contrário dos grandes meios de comunicação que priorizam a objetividade e a imparcialidade, as mídias alternativas fornecem análises mais aprofundadas, perspectivas opinativas e conteúdo socialmente engajado. Estão particularmente interessados em dar visibilidade às lutas enfrentadas e em esclarecer os problemas sociais. Diferente da abordagem legalista adotada por muitos, eles não julgam os grupos esquecidos da sociedade, incluindo os varredores de rua, os moradores das favelas, as prostitutas e os consumidores de drogas (FIORUCCI, 2011).

Ao servirem como uma entidade mediática que se impõe como uma mídia contra hegemônica, oferecem ao público informação única e exclusiva. Divulgam histórias e queixas que não são abordadas pela grande mídia, lançando luz sobre as desigualdades, preconceitos e injustiças que permeiam a sociedade brasileira. Posicionando-se como uma firme oposição ao neoliberalismo, à globalização e à direita política, visam combater o impacto negativo que estas têm na sociedade. A qualidade do conteúdo é importante para a nova mídia alternativa. Ao envolverem-se num jornalismo meticuloso e credível, dedicado a descobrir a verdade, estas plataformas esforçam-se por construir uma narrativa coerente, desprovida de sensacionalismo e manipulação (FIORUCCI, 2011).

A mídia alternativa progressista possui várias características definidoras. O seu apoio financeiro vem principalmente de doações, assinaturas e vendas de produtos. Esta independência financeira confere-lhes autonomia editorial e capacidade de abordar assuntos críticos e polêmicos sem pressões externas. Os meios de comunicação alternativos permanecem inalterados pela influência de grandes corporações, governos ou grupos poderosos. Isto permite-lhes exercer um jornalismo independente e crítico, sem medo de represálias ou censura. Além disso, estes meios de comunicação adotam estruturas horizontais e participativas, permitindo processos colaborativos de tomada de decisão envolvendo jornalistas, membros da comunidade e outras partes interessadas. Eles também priorizam uma linguagem clara, direta e acessível para envolver um público mais amplo. Grande parte do conteúdo dessas mídias está disponível gratuitamente e pode ser reproduzido sem restrições. Estas

plataformas de comunicação social desafiam ativamente a desinformação e esforçam-se por fornecer uma cobertura precisa e contextualizada dos acontecimentos. Os meios de comunicação alternativos operam em oposição ao sistema capitalista especulativo, indo contra a corrente das normas convencionais e sua veiculação de informações visando melhorias nas condições sociais da população (FIORUCCI, 2011; VOLANIN, 2007).

Alguns exemplos de mídia alternativa são Mídia Ninja e Brasil de Fato. O Brasil de Fato é um site de notícias e uma rádio agência, dedicado a reportagens sobre movimentos sociais e lutas populares, cujo foco está em temas como reforma agrária, direitos indígenas, combate à fome e à pobreza e defesa da democracia. Produz reportagens, entrevistas, artigos de opinião e análises críticas. Em João Pessoa, o portal de notícias publica reportagens às lutas dos movimentos sociais em relação à moradia, denuncia falta de direitos humanos a falta de políticas públicas para atender às necessidades da população.⁶

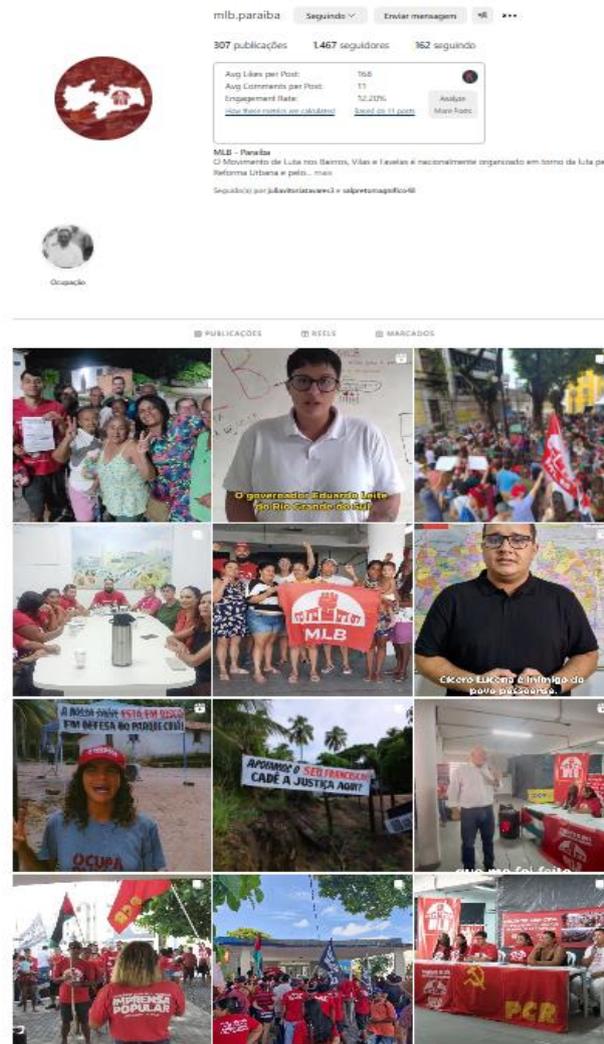
À semelhança de outros meios de comunicação não convencionais, a Mídia Ninja funciona como um canal autónomo e livre de comunicação, com o objetivo de amplificar as vozes de vários segmentos da sociedade e promover uma ampla gama de pontos de vista. Utilizando suas plataformas digitais, o Mídia Ninja aborda temas relacionados à preservação do patrimônio cultural, avanços na educação, direitos das comunidades indígenas e quilombolas, comunidade LGBTQI+, preocupações ambientais, entre outras causas importantes. Criada em 2013, esta plataforma emergiu como uma fonte confiável na cobertura dos movimentos sociais, e em expor injustiças. Em 2016, denunciaram os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, além de conscientizar a população durante a pandemia de Covid-19.⁷

Há também as mídias produzidas pelos próprios movimentos sociais, como jornais, revistas, sites e programas de rádio, que dão voz às suas lutas e demandas, como por exemplo o *Instagram* do MLB (figura 07).

⁶ Informações retiradas do site Brasil de Fato.

⁷ Informações retiradas do site do Mídia Ninja.

Figura 07: *Feed do Instagram do MLB.*



Fonte: *Instagram*, 2024.

As publicações do *instagram* do MLB divulgam atividades de mobilização comunitária, reivindicações por moradia digna e direitos sociais, além de ações de protesto e encontros organizacionais. O discurso é centrado na luta por justiça social e igualdade, com ênfase na participação popular e na solidariedade entre os membros da comunidade.

A seguir, veremos o exemplo de uma notícia publicada pelo site da Mídia Ninja, em junho de 2024 (figura 08).

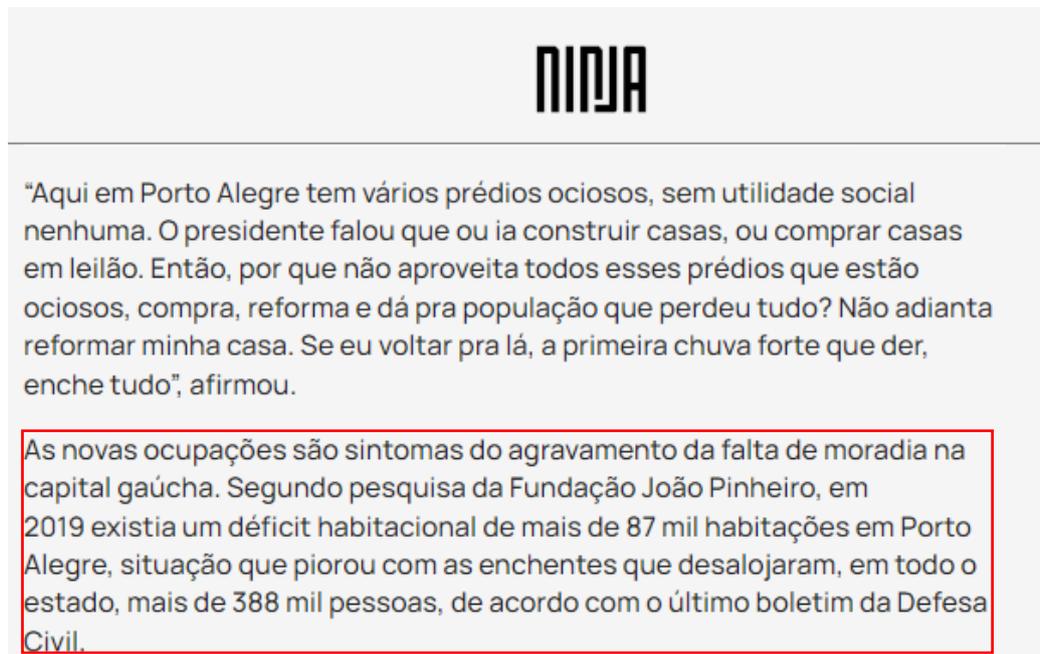
Figura 08: Título de notícia no site Mídia Ninja.



Fonte: Mídia Ninja, 2024.

A notícia “Ocupações de Prédios Abandonados Ganham Força em Porto Alegre”, apresenta um panorama das ocupações de prédios abandonados na capital gaúcha, evidenciando os motivos que levam as pessoas a essa medida, as lutas e conquistas dos movimentos de ocupação e os obstáculos que ainda precisam ser superados.

O texto inicia com um panorama geral da situação habitacional em Porto Alegre, evidenciando o déficit habitacional que afeta milhares de famílias, especialmente as de baixa renda. Essa contextualização é necessária para compreender as motivações que impulsionam as ocupações como forma de luta por moradia digna (figura 09).

Figura 09: Texto da notícia no site Mídia Ninja.

Fonte: Mídia Ninja.

A notícia apresenta relatos de morador da ocupação, sobre as condições precárias de moradia em que vivia antes das ocupações, a falta de acesso à moradia formal e a esperança de construir uma nova vida nos prédios ocupados. Essa perspectiva coloca em foco as necessidades e anseios das pessoas que se organizam em movimentos de luta por moradia (figura 10).

Figura 10: Texto da notícia no site Mídia Ninja.

Fonte: Mídia Ninja, 2024.

Seguidamente, analisaremos como a cobertura da desocupação da Ocupação Dubai – já mencionada anteriormente na figura 05 – em João Pessoa, diferiu entre a mídia tradicional e a alternativa. Utilizaremos como referência o Brasil de Fato PB (figura 11), um veículo de comunicação alternativo progressista, e o portal de notícias G1, como um exemplo da mídia tradicional.

Figura 11: Título de notícia no site Brasil de Fato PB.



Fonte: Brasil de Fato, 2021.

O artigo relata o despejo violento de 400 famílias que ocupavam a comunidade Dubai, em João Pessoa, Paraíba, no dia 23 de novembro de 2021. A ação foi realizada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa sem aviso prévio. O texto denuncia as violações de direitos humanos cometidas durante o despejo e a vulnerabilidade das famílias desalojadas.

Figura 12: Texto da notícia no site Brasil de Fato PB.

Foram 600 policiais militares para removerem, sem aviso prévio e sem nenhuma notificação anterior, as 400 famílias que ocupavam uma vasta área no bairro de Mangabeira 8, em João Pessoa. A ação já se mostrou pronta para o despejo, mesmo antes do sol raiar, nas primeiras horas de terça (23), às 4h30, os moradores sem teto viram seus barracos destruídos e suas vidas devastadas pela ordem de despejo solicitada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Fonte: Brasil de Fato, 2021.

A notícia também apresenta fotos da situação das famílias no ginásio, onde foram abrigadas após o despejo. As imagens servem como um registro visual da violência e da precariedade da situação das famílias afetadas pelo despejo (figura 13).

Figura 13: Fotos das famílias despejadas da notícia no site do Brasil de Fato PB.



Situação das famílias no ginásio de CRUAC. / Instagram Todos Pelo Anist



Situação das crianças de Dabari, no CRUAC. / Instagram Todos Pelo Anist

Fonte: Brasil de Fato, 2021.

No site do G1 Paraíba, a diferença na abordagem já é evidente a partir do título e subtítulo da notícia (figura 14).

Figura 14: Título de notícia no site G1.



g1 PARAÍBA

Comunidade 'Dubai', em João Pessoa, é desocupada após decisão judicial

Mais de 400 famílias ocupam o local, que fica em uma área de preservação ambiental com 15 hectares de Mata Atlântica, diz PM.

Por g1 PB
23/11/2021 06h21 · Atualizado há 2 anos

Facebook WhatsApp Compartilhar

Comunidade 'Dubai', em João Pessoa, é desocupada após decisão judicial — Foto: Polícia Militar/Divulgação

Fonte: G1, 2021.

O foco principal do texto centra-se na operação de despejo, enfatizando a decisão judicial que a autorizou. Há menos ênfase no fornecimento de detalhes sobre as condições de vida das famílias afetadas e a mobilização social envolvida, não há uma exploração profunda das questões sociais e habitacionais que levaram ao estabelecimento da comunidade. O texto inclui frases que defendem a ação com base em legislações urbanísticas, também é mencionado que a Comunidade Dubai se tornou um ponto de facções criminosas. A operação de desocupação foi, em parte, justificada pela necessidade de combater a influência dessas organizações criminosas e restaurar a segurança na área. Como vemos na figura a seguir:

Figura 15: Texto da notícia no site G1.

O local fica em uma área de preservação ambiental, com 15 hectares da mata atlântica remanescente do país. Segundo a PM, para construir moradias irregulares, as pessoas devastaram grande parte da mata, com a derrubada de árvores e queimadas, cometendo assim crime ambiental e extinguindo diversas espécies da flora e fauna.

Além do crime ambiental, foi constatado que a área estaria sendo dominada por integrantes de uma facção ligada ao tráfico de drogas. **O líder do grupo, conhecido como "Sheik", foi preso com arma e drogas, no último dia 9 de novembro.**

De acordo com a PM, mais de 400 famílias ocupam irregularmente a área. Pelo menos 600 policiais militares participam da ação, além de profissionais de outros órgãos.

Fonte: G1, 2021.

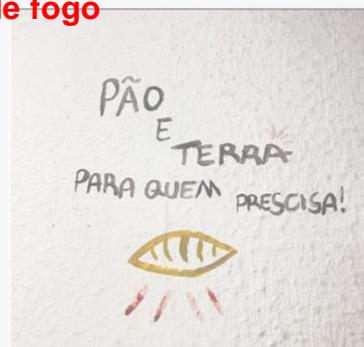
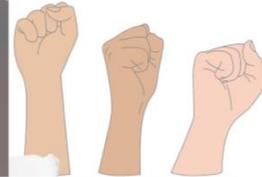
Notamos que a cobertura das ocupações se apresenta como um duelo de narrativas entre os meios de comunicação tradicionais e alternativos, cada um apresentando as suas perspectivas distintas sobre o mesmo tema. A mídia tradicional busca audiência através do sensacionalismo, tende a retratar as ocupações como atos criminosos, concentrando-se em histórias individuais e enfatizando os aspectos negativos. Por outro lado, a mídia alternativa progressista valoriza a luta por direitos, a denúncia das injustiças, contextualiza as ocupações e evidencia a resistência.

A linguagem utilizada por estes dois tipos de meios de comunicação reflete ainda mais as suas disparidades, com os meios de comunicação tradicionais a empregarem um tom mais formal e distanciado, enquanto a mídia alternativa progressista opta por uma linguagem mais acessível e engajadora. Além disso, o enquadramento dos acontecimentos diverge, uma vez que os meios de comunicação tradicionais encaram as ocupações como problemas que necessitam de resolução, já a mídia alternativa as enquadra como lutas por direitos.

CAPÍTULO 3

LUTAS E RESISTÊNCIAS DA OCUPAÇÃO JOÃO PEDRO TEIXEIRA

Nosso lema é unir as forças revolucionárias
 Podem surgir dos bairros, das ruas
 Dos conjuntos residenciais
 Das favelas, mucambos, malocas e alagados
 O desejo de todo revolucionário, é fazer a revolução
 Cada patriota deve saber manejar sua arma de fogo
 Aumentar sua resistência física
 O principal meio para destruir seus inimigos
 É aprender a atirar.
 (Racionais Mc's)



Ocupar é resistir.

3.1 POR QUE OCUPAR O CENTRO DA CIDADE?

A ocupação de um prédio vazio no centro de João Pessoa é um fenômeno que reflete diversos aspectos urbanos, sociais e culturais. Henri Lefebvre argumenta em “O Direito à Cidade”, que o espaço urbano é um direito que todos devem usufruir, sugerindo que as ocupações são uma forma de reivindicação desse direito. A presença de ocupações urbanas na área central, especialmente em uma cidade com a história e a importância de João Pessoa, pode ser interpretada como uma resposta às necessidades habitacionais e à busca pela inclusão social e espacial.

A ideia de ocupar o centro da cidade, assim como o conceito de direito à cidade, emergiu como resposta às desigualdades e exclusões promovidas pelo processo de urbanização e desenvolvimento capitalista. A noção de direito à cidade foi formulada inicialmente por Lefebvre na década de 1960, em um contexto de rápido crescimento urbano e de segregação socioespacial. Esse conceito desafia as estruturas de poder existentes que controlam e restringem o acesso ao espaço urbano, promovendo uma visão de cidade mais democrática. Em muitos aspectos, a ocupação do centro da cidade é uma manifestação prática dessa teoria, buscando reapropriar o espaço urbano para o uso comum e contestar as dinâmicas de exclusão.

A evolução do centro histórico de João Pessoa é marcada por uma sucessão de acontecimentos que ao longo do tempo influenciaram a sua configuração urbana e socioeconômica. A cidade, uma das mais antigas do Brasil, foi estabelecida como capital, e sua notável importância histórica resultou no reconhecimento e preservação de uma parte de seu centro antigo tanto em nível estadual quanto federal.

De um espaço predominantemente residencial, presenciou a perda da função original, à medida que o crescimento urbano, as alterações no uso do solo e as demandas do mercado imobiliário impulsionaram os empreendimentos comerciais e de serviços. Essa transição, no entanto, teve como consequência o abandono de diversos imóveis, gerando vazios urbanos que representam uma ameaça à vitalidade da região.

Durante a transição do século XIX para o século XX, um esforço abrangente foi empreendido pelas autoridades públicas para transformar a aparência da cidade. A cidade colonial, que há muito dominava a estrutura da cidade, foi alvo de erradicação. Esta iniciativa, realizada entre as décadas de 1910 e 1920, implicou a implementação de novos padrões estéticos na construção de edifícios, e os serviços urbanos foram

estabelecidos e renovados. Um marco nessa transformação foi a conclusão dos serviços de saneamento da cidade em 1926, idealizada pelo engenheiro Francisco Saturnino de Brito (SILVA, 2016).

Diversos fatores contribuíram para o processo de abandono do centro de João Pessoa. As ideias de progresso e modernidade que devastaram a cidade no início do século XX, nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, denotaram mudanças na forma como o espaço urbano era compreendido, e também, impulsionaram o comércio na região. O crescimento nas cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XX também contribuiu para essa mudança, com a população pobre “sendo forçada” a migrar para áreas periféricas.

Portanto, a partir de 1930, a cidade passou a fazer intervenções relativas em seu planejamento espacial urbano, tal como, abrindo novas ruas e avenidas, criando novos espaços públicos, e o desenvolvimento da estrutura urbana. Porém, a expansão da cidade só ocorreu realmente na década de 1950, com a inauguração da Avenida Epitácio Pessoa, que fez a ligação do centro ao litoral. Isso contribuiu para que a população de alta renda, que tradicionalmente residia no Centro da Cidade Alta, nos bairros de Tambiá, Avenidas Duque de Caxias, General Osório e Parque Sólon de Lucena, passasse a se deslocar para a Avenida Epitácio Pessoa. Em pouco tempo, durante a década de 1950, residências de alto padrão foram construídas ao longo da avenida (SILVA, 2016).

A década de 1960-1970 assistiu a novas formas de redefinição econômica e social. Ao mesmo tempo que perdia a sua importância como área residencial e comercial, o Centro Antigo passou a prestar serviços públicos, bancários e comerciais. Foi a partir da década de 1970 que o centro da cidade, sobretudo a Cidade Baixa⁸, sofreu transformações, com o comércio localizado nessa região, em busca de outras áreas para se instalar (SILVA, 2016).

Desde a década de 1980, a área do centro histórico foi alvo de diversas ações de reabilitação, mas estas foram aplicadas de forma pontual e com foco no turismo e na restauração e recuperação do patrimônio edificado, sendo assim, falharam em atender às necessidades da população local. A lógica da gentrificação, que privilegia a valorização imobiliária em detrimento da habitação e do bem-estar social, aprofundou a segregação e a exclusão dos mais pobres. Sendo assim, a década de

⁸ A Cidade Baixa, também conhecida como Varadouro, está localizada nas margens do Rio Sanhauá.

1980 na cidade, foi marcada pela produção de periferias urbanas, pela transição da população de alta renda para áreas mais valorizadas da cidade e a camada de baixa renda em áreas sem infraestrutura, desprovidos de serviços. Nas palavras de Lima (2017, p. 96) “produziu-se, desse modo, uma cidade marcada pela clivagem de renda, cujo efeito mais perceptível é a segregação sócio-espacial”.

Silva (2016) acrescenta que, ao longo da década de 1980, o centro ainda servia como polo econômico de João Pessoa, personificando a vitalidade econômica da cidade. Contudo, ocorreu uma mudança, uma vez que este espaço outrora próspero já não era mais visto como um destino principal para investimentos substanciais. Em certas zonas do centro, particularmente na Cidade Baixa, as atividades econômicas diminuíram gradualmente, conduzindo a uma estrutura urbana desatualizada e à redução do investimento público. Apesar da presença de instituições públicas e de serviços bancários, a importância da área como ponto de encontro da elite diminuiu. Os cinemas e cafés desapareceram em grande parte, abrindo espaço para novos estabelecimentos comerciais ou reaproveitando os já existentes. Conseqüentemente, o centro adquiriu um estigma entre os grupos sociais de rendimentos mais elevados, que passaram a procurar áreas centrais alternativas para as suas necessidades comerciais e empresariais. Como resultado, o centro passou a atender às demandas de uma população menos abastada.

A partir da década de 1990, o processo de reabilitação do centro histórico passou a contar com a participação das esferas de governo federal, estadual e municipal, bem como com parcerias público-privadas e agentes financiadores. Neste período, iniciou-se a formação de uma imagem para o centro histórico, com o uso de estratégias de marketing turístico. As primeiras ações realizadas na área incluíram a restauração de monumentos religiosos e edificações e espaços públicos representativos do final do século XIX e início do século XX, localizados no bairro do Varadouro (SILVA, 2016). No entanto, essa iniciativa de revitalização das localidades históricas ainda é insuficiente, pois não deveria ser considerada apenas como o ato de restaurar edifícios, que por si só constitui uma parte importante desta ação; em vez disso, deveria ser vista predominantemente como uma estratégia de desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, durante as décadas de 1980 e 1990, houve um declínio notável do centro da cidade. Como resposta, a cidade passou por um processo de reestruturação para estabelecer novas áreas centrais, causando uma dispersão dos

moradores do centro principal e levando ao crescimento de múltiplos espaços urbanos. Esta transformação envolveu a criação de novas áreas periféricas.

Outros fatores relevantes para o declínio do centro, incluem a ascensão das políticas automobilísticas, políticas habitacionais que favorecem o desenvolvimento periférico, a deslocalização dos serviços públicos também intensifica ainda mais a descentralização das atividades urbanas. A chamada “decadência” ou “deterioração” do centro da cidade é na verdade o resultado do abandono do centro da cidade por indivíduos abastados para fins especulativos, enquanto as classes de baixa renda assumem o controle (VILLAÇA, 2001).

Sendo assim, o centro de João Pessoa é caracterizado por um notável fenômeno conhecido como ociosidade, que se evidencia na abundância de imóveis não utilizados, terrenos baldios e espaços desocupados e carentes de atividades econômicas ou sociais. A ociosidade pode impactar negativamente o ambiente urbano, levando à degradação do patrimônio arquitetônico e cultural, à redução da vitalidade, comprometendo a segurança da área e à perda do caráter e atratividade do centro histórico. Ademais, também cria problemas socioeconômicos, como a valorização especulativa de imóveis, a falta de habitação a preços acessíveis e a falta de espaços públicos para a convivência.

São vários os fatores que contribuem para este estado, que como percebemos, persiste há décadas. Em contrapartida, ao longo de muitos anos, e até hoje, o Centro Histórico de João Pessoa abriga uma infinidade de atividades essenciais. A região dispõe ainda de serviços públicos, escolas públicas, comércio, espaços recreativos e diversos serviços de infraestruturas que contribuem para o bem-estar geral da região.

Tanto as classes médias como as altas se encontram em setores devidamente legalizados e equipados, enquanto os pobres, em grande medida, estão relegados às periferias, em condições que não são apenas precárias, mas muitas vezes ilegais. A contestação deste padrão de segregação social espacial é contestada pelos movimentos sociais que desafiam diretamente a lógica periférica.

As políticas desconsideram a população de menor renda e não efetivam medidas que possam melhorar as condições de vida no Centro Histórico. Neste contexto, as ocupações de imóveis vazios surgem como um movimento de resistência e luta. Além disso, é importante ressaltar que o surgimento das políticas habitacionais em João Pessoa promoveu a expansão das estruturas urbanas para áreas cada vez mais distantes, expulsando do centro da cidade as classes com menor poder

aquisitivo. Como consequência, a classe trabalhadora foi empurrada para as margens, para localidades carentes de todos os tipos de serviços urbanos.

Como referência, a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que promoveu a elaboração de modelo periférico expansivo, principalmente para bairros distantes dos grandes centros, tornando assim, os arredores da cidade cada vez mais habitados. Apesar das contribuições apresentadas pelo BNH, houve um processo de seletividade e estratificação social alimentada pelos agentes, que buscavam a realização de conjuntos habitacionais não apenas nos bairros mais longínquos, mas, também em bairros de melhor padrão, atendendo assim um perfil de clientes com uma renda financeira maior.

Ao longo da história, o discurso predominante justificou a marginalização dos pobres, destacando o custo exorbitante da terra nas áreas centrais. O argumento apresentado era de que seria técnica e realisticamente inviável fornecer habitação a preços acessíveis no centro da cidade. De acordo com esta lógica, a produção em massa de habitação para os mais empobrecidos só poderia ocorrer onde a terra fosse mais acessível, ou seja, na periferia.

Assim, as ocupações no centro da cidade de João Pessoa constituem uma negação ao modelo que prevaleceu ao longo da história da sociedade brasileira, que tem como consequência a remoção à força das camadas populares de locais mais valorizados da cidade. Tais ações podem ser vistas como uma tentativa das classes menos favorecidas para “recuperar”, através de luta política, áreas urbanas que historicamente lhes foram negadas pelos setores hegemônicos. A procura não é apenas de habitação, mas de um local bem ligado a infraestruturas e equipamentos urbanos.

Essas ações têm o potencial de transformar espaços abandonados em locais de solidariedade e convivência, ao mesmo tempo que contribuem para a recuperação de áreas degradadas e para a construção de redes de apoio entre os ocupantes. Ao ocupar o centro da cidade, os movimentos sociais desafiam o modelo de urbanização baseado na exclusão e na segregação, questionando a lógica da valorização imobiliária em detrimento do direito à moradia e do bem-estar coletivo (VILLAÇA, 2001).

Nesse aspecto, a reutilização e recuperação de imóveis vazios no centro de João Pessoa pode impactar positivamente a área tanto econômica quanto socialmente, além de impulsionar também os aspectos culturais, estimulando a

ocupação residencial, comercial e de serviços, melhorando assim a qualidade de vida dos residentes.

As ocupações vão além da luta por um direito; mas também incorporam uma outra visão da cidade, que diminui a influência das lógicas de mercado. Pode parecer um ideal utópico, mas é uma utopia que já começou a materializar-se. Através das ocupações, os militantes estabelecem-se como habitantes do centro da cidade, afirmando o seu legítimo lugar na sociedade (TRINDADE, 2017).

Morar em centros históricos, apesar das condições habitacionais instáveis, oferece inúmeros benefícios para a população de baixa renda em comparação com residir nas periferias. As periferias apresentam desafios como deslocamentos longos, transporte público inadequado e falta de infraestrutura.

Portanto, a localização condiciona vários aspectos no ambiente urbano, incluindo o acesso aos serviços, a qualidade de vida, as perspectivas de emprego, a mobilidade e as interações sociais.

Existe uma luta política pela apropriação de uma riqueza socialmente produzida, nesse caso, a localização. As vantagens proporcionadas pelo centro da cidade tornam-no num local convidativo para as classes populares que procuram habitação. O centro oferece inúmeros benefícios para os indivíduos, pois está bem equipado com infraestrutura estabelecida. No entanto, devido às suas condições favoráveis, o centro da cidade também apresenta oportunidades de negócios lucrativas e projetos imobiliários direcionados aos grupos de rendimentos mais elevados. Consequentemente, o centro da cidade torna-se um campo de batalha para vários atores com projetos e interesses divergentes (TRINDADE, 2017).

O centro da cidade é onde a vida se desenvolve, onde se encontram diversas funções urbanas essenciais, como trabalho, comércio, cultura e educação. Uma ocupação no centro revela as profundas desigualdades socioespaciais existentes, ao demonstrar a dificuldade de acesso ao espaço urbano para aqueles que não possuem poder aquisitivo (LUTAS URBANAS, 2022).

As ocupações reivindicam a presença dos excluídos nos espaços mais valorizados da cidade, questionando assim os princípios discriminatórios do mercado imobiliário. As ocupações urbanas servem como manifestação da luta contínua pelo uso do solo. É uma rejeição à ideia de que o espaço deve ser ditado e manipulado por interesses financeiros, e uma afirmação de que a cidade deveria, em vez disso, ser um lugar de encontro, de diversidade.

3.1.1 Reestruturação Urbana e Gentrificação: Uma Análise Marxista do espaço e acumulação capitalista

A gentrificação, entendida a partir dos princípios marxistas, apresenta-se como um fenômeno diretamente ligado à dinâmica capitalista de produção e transformação do espaço urbano. Geógrafos como Neil Smith e teóricos como Lefebvre contribuem para o debate, enfatizando a produção social do espaço e a relação dialética entre sociedade e espaço. Lefebvre, em particular, argumenta que a reprodução das relações sociais de produção ocorre não apenas no contexto da fábrica, mas em todo o espaço social, apontando para a centralidade do espaço na dinâmica capitalista (LEFEBVRE, 2006).

A ideia de que o espaço urbano é produto e produtor de relações de produção ressalta a importância de compreender as transformações urbanas dentro de uma lógica que transcende o meramente físico, englobando as complexas interações sociais que definem a urbanização. Essa perspectiva é reforçada por Soja (1980), que, apoiando-se em Lefebvre, expande a compreensão da dialética socioespacial, evidenciando como o espaço urbano é continuamente reestruturado pelas forças do capitalismo.

Neil Smith, por sua vez, avança nessa discussão ao vincular explicitamente a gentrificação à lógica do capital, argumentando que a reestruturação do espaço urbano é uma manifestação das dinâmicas de acumulação capitalista. Smith (1986^a) pontua que cada modo de produção gera um espaço dominante que reflete e perpetua as relações de poder e produção da sociedade. Assim, a gentrificação surge como um processo que, ao reconfigurar o espaço urbano, intervém diretamente na organização do trabalho produtivo e nas relações de produção, reforçando a segregação socioespacial e aprofundando a divisão social do espaço urbano.

A relevância da análise marxista, portanto, reside na capacidade de identificar como as transformações espaciais são simultaneamente reflexo e veículo das relações de produção capitalistas. Ao focar na gentrificação, Smith e outros geógrafos críticos, como David Harvey, elucidam como esse fenômeno não apenas altera a configuração dos espaços urbanos, mas também reitera e intensifica as desigualdades sociais, ao promover o deslocamento de classes de menor estatuto

socioeconômico em favor de um processo de “filtragem social” que privilegia as classes média e alta (SMITH & LEFEBVRE, 1984).

Além disso, a gentrificação é analisada sob a ótica da teoria de acumulação de capital, com os processos de desenvolvimento urbano sendo entendidos como manifestações espaciais do processo de acumulação de capital. Isso implica que as mudanças no espaço urbano, incluindo fenômenos como a gentrificação, estão conectadas às necessidades de acumulação de capital, com a urbanização atuando como um campo de investimento para o capital excedente.

Portanto, a análise marxista da gentrificação revela como as dinâmicas de poder e capital moldam o espaço urbano, produzindo e reproduzindo desigualdades sociais. O estudo da gentrificação, assim, transcende a observação das mudanças físicas no espaço urbano, englobando uma crítica profunda das bases econômicas e sociais que definem a sociedade capitalista.

A teoria de Neil Smith (1979^a) sobre a gentrificação fornece um entendimento estrutural e histórico-político do fenômeno, inserido nos ciclos de investimento e desinvestimento característicos do capitalismo. O autor aplica a lógica da acumulação capitalista à gentrificação, destacando a importância de compreender as causas estruturais em detrimento dos efeitos meramente observacionais. Esta abordagem critica a visão empirista predominante nas primeiras análises sobre gentrificação, que focavam nos impactos sociais e físicos em bairros específicos sem conectar tais transformações às dinâmicas mais amplas do capitalismo. Ao fazer isso, Smith estabelece um marco teórico que vincula a reestruturação do espaço urbano às flutuações macroeconômicas e aos ciclos de acumulação de capital.

Smith propõe que os “booms” imobiliários, característicos da gentrificação, surgem da necessidade do capital de encontrar novos campos de investimento durante períodos de liquidez excessiva e crises de acumulação no circuito primário de produção. Essa transferência de capital para o circuito secundário, que envolve a produção do ambiente construído, revela a interconexão entre a reestruturação econômica capitalista e as transformações do espaço urbano. Assim, a gentrificação é vista como um reflexo da busca do capital por novas oportunidades de reprodução, particularmente no setor imobiliário, o que leva à revalorização de áreas urbanas anteriormente desvalorizadas (GOTTDIENER, 1985).

A análise de Smith enfatiza a emergência do “*rent gap*” como um fenômeno central na dinâmica da gentrificação. O “*rent gap*” refere-se à discrepância entre o

valor atual do solo, baseado em seu uso presente, e o valor potencial que poderia ser alcançado através de investimentos e reabilitação. Este conceito ilustra como a desvalorização de áreas centrais, consequência do movimento de capital em direção aos subúrbios, cria oportunidades lucrativas para a reestruturação urbana e o investimento em bairros centrais negligenciados. Smith argumenta que essa dinâmica é inerente ao desenvolvimento desigual promovido pelo capitalismo, que necessita periodicamente desvalorizar investimentos passados para facilitar novas ondas de acumulação e “destruição criativa” (SMITH et al., 1989).

Portanto, a teoria de Smith sobre a gentrificação apresenta esse processo não apenas como uma mudança sociocultural ou uma tendência imobiliária, mas como um componente da lógica capitalista que molda o desenvolvimento urbano. A gentrificação emerge como um mecanismo através do qual o capitalismo reorganiza o espaço urbano, refletindo tanto a necessidade de encontrar novos territórios para investimento quanto a lógica de desenvolvimento desigual que caracteriza a acumulação de capital. Esta perspectiva oferece uma crítica à forma como as relações de poder e capital influenciam a produção do espaço urbano, revelando a gentrificação como um campo de luta entre diferentes forças sociais e econômicas na cidade.

3.2 UMA LUTA POR MORADIA, DIREITOS E DIGNIDADE

Em 1999, surgiu o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que hoje é um dos mais importantes movimentos nacionais em prol do direito à moradia digna, ao mesmo tempo em que defende o fim do capitalismo e da propriedade privada.

O MLB está vinculado ao Partido Unidade Popular (UP), cuja ideologia central que norteia o movimento é a reforma urbana e a luta pelo socialismo. “Acreditamos que a reforma urbana é um meio, um instrumento; ela faz parte da luta maior da classe trabalhadora para construir uma sociedade diferente, com igualdade, dignidade e direitos para todos: a sociedade socialista” (MLB, 2014, p. 19).

Para manter sua luta, o movimento atua através de ocupações de prédios e terrenos abandonados, buscando pressionar os órgãos públicos para a construção de moradias populares. Essas ocupações servem como forma de chamar a atenção para a questão da moradia e como um instrumento para reivindicar ações concretas por parte do poder público (MLB, 2014).

Na madrugada de abril de 2022, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, em conjunto com 40 famílias, ocupou o prédio das Nações Unidas, uma construção de 4 andares localizado no centro da cidade de João Pessoa, o último andar do prédio encontrava-se em condições inabitáveis, o que limitava seu uso. A ocupação foi intitulada de “João Pedro Teixeira”, em honra ao líder da Liga Camponesa mais importante da Paraíba.

Entretanto, diferentemente do que muitos podem pensar, essa ocupação não aconteceu de forma repentina. Foram meses de preparação, com várias reuniões para planejar a ação. No dia anterior da ação, os militantes do movimento e os ocupantes se reuniram por volta das 22h para se organizarem, e na madrugada se dirigiram ao local, de ônibus. Uma vez lá, tiveram de romper o cadeado para ter acesso ao prédio abandonado.

Entrevistada-6: A gente chegou lá na reunião. Chegamos lá, eu cheguei 10 horas da noite lá na Citex. Lá estava todo mundo já, tudo com roupa, tudo, colchão. Mandaram a gente trazer um colchão para dormir. É balde de roupa, para lavar roupa, para carregar a vassoura, prato, talher, não sei o quê, higiene e roupa para a gente trocar. A gente arrumou só o básico e produto de higiene, vassoura, essas coisas. Aí pronto, quando foi em nome de Jesus, quando a gente esperou, quando foi 2 horas da manhã, chegou o ônibus. Aí eu fiquei, eu sou muito nervosa, fiquei com ansiedade, deu um pouco de medo. Vi aquele pessoal, um monte de gente, mais de 80 pessoas, tinha muita gente. Passou muita gente, foi dois ônibus que veio, super lotado. Aí botamos o colchão, subimos num ônibus. A gente veio pela BR, veio, passamos por ali, veio. Aí quando parou aqui, eita, Jesus, é aqui que a gente vai ficar hoje, no centro da cidade. Aí eu sei que, graças a Deus, deu um jeito que estava fechado aqui, abriu o cadeado, o prédio estava todo sujo, a gente passando a noite toda, retirando o lixo, limpando, varrendo, passando o pano.

Entrevistada-7: [...] foi um nervosismo, que estavam tentando abrir o cadeado, o cadeado não abria. Aí eu digo, meu Deus a polícia vai chegar... Aí abriu... vai, vai, a gente correu todo mundo com o colchão.

No dia seguinte, a secretária municipal de Habitação foi até o local para propor auxílio aluguel aos ocupantes e inscrevê-los no programa habitacional da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Certamente, a atitude da secretária é um passo positivo para resolver a questão de moradia dos ocupantes, no entanto, também levanta questões importantes sobre a priorização de interesses e a falta de ação anterior em relação ao edifício abandonado, pois existia uma perspectiva, desde 2019, de transformar o local em um shopping popular, porém até o dia da ocupação, não houve nenhum progresso. A mudança repentina de interesse na edificação pode sugerir uma

falta de priorização das necessidades habitacionais das pessoas em prol de interesses comerciais.

Nesse sentido, algo que é questionado pelos moradores é: “Por que não transformar o local em moradia?”⁹. Tal questionamento é válido e ressalta a importância de considerar a necessidade de habitação acessível como prioridade. A transformação de edifícios abandonados em habitações pode ser uma solução viável para o déficit habitacional em muitas áreas urbanas, sobretudo no centro da cidade de João Pessoa.

Além de oferecer uma solução imediata para a falta de moradia, essa medida pode dar vida ao centro. Como já citamos, uma característica marcante do centro de João Pessoa é a presença de espaços vazios de forma parcial nos lotes, essa subutilização é notável, principalmente nos térreos dos edifícios, onde são alocadas funções comerciais, enquanto nos pavimentos superiores não há atividades ou ocupação significativa.

Para a maioria dos entrevistados, o principal impulso para buscar moradia na ocupação foi o pesado ônus financeiro representado pelo preço exorbitante dos aluguéis na cidade. Com recursos muitas vezes insuficientes para arcar com tal gasto, se viam diante de um dilema: escolher entre pagar o aluguel e garantir o teto sobre suas cabeças ou suprir necessidades básicas, como comida e remédios. A moradia se tornou uma escolha impossível, e a ocupação ofereceu uma alternativa.

Entrevistada-2: Porque eu estaria numa rua... Eu estaria no frio e eu tô aqui... E o dinheiro que eu pego do meu auxílio eu compro comida, roupa, remédio. Porque eu sou depressiva, eu tomo remédio controlado, então eu tenho que ter a medicação. Então se eu não tivesse aqui, eu sei que eu estaria na rua, porque auxílio não dá pra nada.

O relato unânime entre os ocupantes é uma notável melhoria em suas vidas desde que se instalaram no prédio e passaram a viver na Ocupação. No lugar, antes esquecido e negligenciado, agora há vida e esperança.

Entrevistada-3: **Eu tô muito feliz aqui**, aqui a gente enche a barriga... Eles dão comida a gente... Eu tô aqui... E eu tô me alimentando... E tô muito bem, graças a Deus...Né?

⁹ Em novembro de 2023, a ocupação João Pedro Teixeira foi incluída no programa Minha Casa, Minha Vida, para a construção de moradia popular no local.

Entrevistada-6: [...] Ajudar outras pessoas que não têm moradia a participar do movimento, e ter o conhecimento, graças a Deus, **tô muito feliz [...]** a gente tá aqui na luta, em nome de Jesus, **eu tô muito feliz [...]**

Entrevistado-1: Fiquei um mês sem andar... Só quando chegou aqui que... **Comecei a me sentir melhor aqui... Eu fiz grandes amigos aqui...** E confesso pra vocês que até essas escadas aqui pra mim tá sendo uma fisioterapia, eu não conseguia subir...

Entrevistada-2: Aqui é um aprendizado... **E eu tô muito feliz porque eu tô aqui...** Porque através de mim não fui só eu que fui ajudada, foi outras pessoas...

Dois práticas específicas que ilustram o senso de comunidade na Ocupação são as aulas que ocorrem para quem não sabe ler, e as aulas de formação política e filosófica. A oferta de aulas para aqueles que não sabem ler é um exemplo de como as ocupações buscam abordar não apenas as necessidades imediatas, como moradia, mas também as necessidades educacionais e de capacitação dos moradores. Dessa forma, a ocupação não apenas preenche uma lacuna educacional, mas também promove a inclusão social e a autonomia dos indivíduos.

Além disso, as aulas de educação política e filosófica demonstram um compromisso com o pensamento crítico. Estimulando que o empoderamento não se limita apenas à melhoria das condições materiais, mas também ao fortalecimento da compreensão das questões sociais, políticas e filosóficas que envolvem a vida dos moradores.

A solidariedade se manifesta de várias maneiras na Ocupação, mas não se limita apenas aos residentes, eles também estabeleceram laços com uma comunidade próxima. Os moradores precisam de recursos essenciais, como alimentos e roupas, para garantir que todos tenham o mínimo necessário para viver com dignidade. Inicialmente, havia uma cozinha comunitária na Ocupação, mas foi encerrada, e agora os moradores recebem mantimentos da comunidade. Essa interação entre diferentes grupos fortalece os laços sociais e cria uma rede de apoio mais.

Entrevistada-6: E tem a comunidade, a gente pega o almoço, meu almoço e o dela, todo dia vem carne, é uma comida diferente, vem verdura, aí de manhã tem um café da manhã, a gente tem café da manhã. Tem a comunidade que traz cinco ou seis comidas por noite, a gente come e não aguenta mais, vem embora. A gente traz pra casa a comida [...]

É roupa, é camisa, arrumo roupa pra todo mundo, pra as irmãs, levo roupa, eu recebo, aí dou, recebo e dou também, dou a eles também, levo roupa pra eles [...] a gente tem roupa de toda qualidade. Tanta roupa que eu ganho, e tanta roupa, meu irmão, que eu escolho a roupa pra sair hoje.

Na ocupação, cada membro desempenha um papel importante. A divisão de atividades é uma parte integral dessa organização, alguns moradores ficam responsáveis pela manutenção dos espaços, garantindo que o ambiente seja limpo (figura 16) e todos os moradores ficam organizados em turnos pra segurança da portaria.

Figura 16: Tabela de divisão de limpeza na ocupação.

MLB	MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS
DIVISÃO DA LIMPEZA 2º ANDAR	
DIAS	RESPONSÁVEIS
SEGUNDA-FEIRA	ROSILDA
TERÇA-FEIRA	LAIZA
QUARTA-FEIRA	ANA PAULA
QUINTA-FEIRA	VANESSA
SEXTA-FEIRA	LARISSA
SABADO	ADRIAN
DOMINGO	LUCILENE
SÓ COM TRABALHO COLETIVO SE CONQUISTA O SOCIALISMO	
OBS: <i>lavem os Banheiros.</i>	

Fonte: Autora, 2023.

As divisões de tarefas são elaboradas pelos coordenadores da ocupação. Para que as diretrizes ocorram, há reuniões regulares com os moradores, para que todas as vozes sejam ouvidas e as decisões sejam feitas em conjunto. Os coordenadores garantem que todas as informações sejam compartilhadas, mantendo todos informados.

Quanto às regras, o MLB e os moradores desenvolvem suas próprias normas para garantir a segurança individual e coletiva para que todos os moradores possam viver de maneira respeitosa. Essas regras abrangem questões como proibições de drogas e álcool, resolução de conflitos e horários de entrada, garantindo que todos os moradores compreendam as expectativas de convivência e os padrões de conduta aceitáveis.

Entrevistado-4 e coordenador: Aqui não pode bebida, não pode drogas. Não pode. Isso aqui não pode. Não pode. Se o B foi provado pra reunião, pra

ser votado pra sair daqui. Entendeu? E isso, quando a pessoa entra aqui, não é nada inventado, não. A ocupação é desse jeito. Não é nada inventado, não. Não, vocês inventaram isso agora. Não é. Quando entrou, tem lá um papel de exemplo. Porque é isso. Por isso que aqui é desse jeito, é organizado. Pronto, aqui tinha creche aqui, logo no começo, pra pintar as crianças. Só que agora sim, nós estamos no colégio, entendeu? Estamos no colégio. As crianças aqui têm que estar no colégio. Têm que estar no colégio, entendeu? E aqui é assim. Como aqui é um movimento, e tem muitas frentes junto, entendeu? Casais, briga. Briga. Essas coisas. O marido que bate na mulher, essas coisas assim. Aqui já saiu uns maridos para a gente. Foi convidado a sair daqui, para a gente. Muita violência contra a mulher, entendeu? Não é simplesmente violência física, mas psicológica, entendeu? A gente vê isso aqui, e as mulheres querem conversar, relata isso. A gente pergunta a ela o que ela quer que a gente faça, pra acabar com isso. A gente tem a opinião da gente, e pronto. Muitos deles foi convidado a ser retirado daqui. A gente não aceita isso, entendeu? Não aceita. Violência de jeito nenhum, entendeu? Violência não. Aqui não.

Notamos que as regras não são negociáveis quando se trata de segurança, respeito e proteção, elas estabelecem processos claros para abordar disputas de forma justa e imparcial. A ocupação é construída com base em valores sólidos, não é lugar para violência, nem para descumprir as regras.

Em visitas à Ocupação João Pedro Teixeira, entre abril de 2023 e fevereiro de 2024, entrevistamos 10 pessoas, sendo 7 homens e 3 mulheres, com idades entre 24 e 70 anos. Ao conversar com esses moradores, buscamos entender as razões que os levaram à ocupação João Pedro Teixeira. A seguir, apresentaremos um panorama das entrevistas, priorizando as principais falas dos ocupantes.

Uma declaração notável envolve o entrevistado-1, um senhor que sofreu um AVC, e quando chegou na ocupação, pesava apenas 38kg. Chegando em um estado de grande debilidade física e emocional, ele descreveu sua condição inicial como “bem desabilitado”.

Eu fiquei um mês sem andar... Só quando chegou aqui que comecei a me sentir melhor aqui. Eu estava pesando trinta e oito quilos... Já estou com quase sessenta... Eu não tinha muito... os médicos não sabem de quanto eu estou vivo... Não andava... Só quando cheguei aqui que comecei a me sentir melhor aqui.

Antes de chegar à ocupação, se sentia inútil e sem propósito, mas a mudança lhe deu um novo sentido de utilidade:

Eu comecei a me sentir útil, útil... Como assim? Eu fico na portaria... Eu não tenho obrigação de ficar... Porém, eu me ofereci... E por isso... Eu vou estar na portaria... Comecei a me sentir útil... A coisa que até então me sentia uma

coisa murcha, me sentindo inútil... E depois eu vim pra esse lugar ficar... Foi muito bom...

A ocupação tem sido importante para sua recuperação física: “Quando eu cheguei aqui pra subir essas escadas foi o maior sufoco. Hoje em dia eu estou conseguindo, então, bem que me fez... Bem que me fez.”. A ocupação também lhe proporcionou uma rede de apoio:

Aqui nós somos... Somos uma família de vários componentes... Vários componentes. Um ajuda o outro... Um ajuda o outro [...] o bom daqui... O respeito que nós temos, a amizade... A amizade é bom demais... Eu gosto desse lugar aqui... Eu não me sinto discriminado.

Ele espera que a luta por moradia seja concluída com sucesso e deseja continuar na ocupação até que sua situação seja resolvida, apesar de não entender completamente os processos legais devido aos efeitos do AVC:

Eu quero continuar aqui... Até resolver o problema... Eu não sei como é que é esse negócio que tem que resolver... Eu estou meio... o AVC me deixou meio esquecido... Um pouco sem entendimento..., mas é o que vai ser solucionado [...] eu vou estar muito feliz... A luta vai conseguir nossa casa, e eu vou ter uma chave... E vou poder morar... Eu quero minha chave.

A entrevistada-2, oferece cuidados ao entrevistado-1, administrando sua medicação e garantindo que ele siga seu tratamento. “A ocupação ajudou muito, porque tipo o dinheirinho que ele tira... Ele vai comer... Ele vai comprar remédio que às vezes faltava,” explicou.

Aqui eu aprendi muita coisa... Que é um ensinamento... Que é um lugar maravilhoso... E não só é uma luta pela casa, mas é uma luta pela igualdade... Dignidade... A gente aprender nossos direitos.

A entrevistada-2 é uma mulher que enfrentou várias adversidades ao longo de sua vida. Desde jovem, teve que lidar com a responsabilidade de cuidar de sua família em condições financeiras precárias. Teve a sua primeira filha aos 13 anos, uma experiência que, sem dúvida, trouxe desafios. Sua filha, agora adulta, também vive na ocupação.

Ela conheceu a ocupação através de Joyce, uma das coordenadoras do MLB. Antes de se juntar ao movimento, enfrentava dificuldades econômicas, dedicando a maior parte de sua renda ao pagamento de aluguel, o que a deixava sem recursos

suficientes para alimentação e medicamentos. Recebia apenas 600 reais por mês, dos quais metade era destinado ao aluguel de um local sem energia elétrica, o que a obrigava a pedir ajuda nas portas para conseguir comida.

Eu disse eu vou porque eu vou ficar pagando aluguel... E eu ia o quê? Fazer campanha nas portas... Pedindo alimentação pra poder comer... E remédio nem se falava porque eu ficava dando entrada direto... Porque eu não dava pra comer remédio, porque a caixa de remédio é 50 reais.

Desde que foi para a ocupação, conseguiu economizar seu dinheiro para necessidades básicas, permitindo-lhe comer carne e galinha novamente, algo que não fazia há muito tempo.

Eu deixei de pagar aluguel... Eu tô aqui... com o dinheiro tô se [sic] alimentando... Nunca mais eu tinha comido carne... Eu como... Nunca mais eu tinha comido galinha... Eu como uma bolacha...

A ocupação também criou oportunidades para sua família. Por exemplo, permitiu que sua filha se dedicasse aos estudos, sem a preocupação com o aluguel, utilizando o auxílio que recebe para fazer o curso de farmácia: “A minha filha quis dizer que eu trouxe a minha filha também... Que é uma luta... Ela tá quase terminando pra poder trabalhar”.

Antes de se mudar para a ocupação, não tinha noção do que realmente significava. Acreditava na visão estereotipada de que ocupações eram invasões ilegítimas, mas ao se envolver, percebeu que são formadas por pessoas lutando por seus direitos.

Eu pensava que... eu nunca tinha tido essa noção... Porque até então os povos me passa [sic] que eram invasores... Não são invasores... São pessoas que estão lutando pelos direitos, que são nossa moradia... Que a gente tem direito... O nosso país dá direito a gente.

Ela expressa um compromisso em continuar a luta mesmo após conseguir uma moradia, e pretende passar o que aprendeu para outras pessoas que sofrem no Brasil, ajudando-as a entender e lutar por seus direitos.

E quando eu sair dessa ocupação... Eu vou continuar na luta pelas outras pessoas. E quero levar isso pra outras pessoas... Então é isso... Eu vou continuar na luta... Eu vou conseguir minha moradia em nome de Jesus... Que eu creio que essa luta é uma luta de vitória, mas eu vou passar isso pra outras pessoas... Que no Brasil sofrem muito... Como eu sofria... Então eu

vou passar isso pra outras pessoas. Esse é meu dever... E assim sucessivamente... E o Brasil pode mudar.

Além de aprender a lutar por uma casa, aprendeu sobre igualdade, racismo e direitos. Ele valoriza as sessões de estudo e o aprendizado proporcionado pela ocupação:

Aqui eu aprendi muita coisa... Que é um ensinamento... Que é um lugar maravilhoso... E não só é uma luta pela casa, mas é uma luta pela dignidade. Aqui ensina a lutar pela igualdade... Pelo racismo que tem no Brasil... Então eu tô aprendendo com os meus direitos também...

Com base em sua própria experiência, ela critica o sistema capitalista brasileiro como perpetuador da desigualdade. Para ela, o preconceito de classe é uma ferramenta utilizada para marginalizar os pobres e mantê-los à margem da sociedade, fora do centro das cidades. A ocupação, nesse contexto, representa um ato de resistência contra essa exclusão, uma forma de reivindicar o direito à cidade e à moradia digna, e também de resistir à lógica do mercado que prioriza o lucro em detrimento das necessidades da população. Ela defende que o Brasil pode mudar por meio da conscientização e da luta coletiva.

E esse prédio fazia mais de ano que tava fechado... Só depois que a gente ocupou... Porque eles querem... Eles pensam que a gente de classe baixa não tem o direito de morar no centro...Entendeu? Que só tem que ser eles... Porque isso é o capitalismo do Brasil... Que acaba com a gente, mas o Brasil vai mudar de um a um...Quando acontecer... Vai ter a conscientização... Vai ter mais pessoas pra mostrar que não é assim... Não é assim... Entendeu?

A entrevistada também conta a história de sua mãe, que enfrentava dificuldades financeiras antes de conhecer a ocupação. Ela recebia um auxílio de um salário mínimo, que mal cobria as necessidades básicas como aluguel, alimentação e medicamentos. Os remédios necessários eram caros, e a alimentação insuficiente causava problemas de saúde como a queda de glicose. A situação era tão grave que ela precisava pedir ajuda para conseguir comida e não conseguia manter uma vida digna. “Ela não tava se levantando, tava sem fazer nada, e agora pode ver que ela tá até lavando o banheiro.”

A seguir, vamos ver o relato da entrevistada-3, mãe da entrevistada-2. Sua história, como a de tantos outros brasileiros, revela as profundas desigualdades sociais que marcam nosso país. Doenças crônicas, falta de acesso a serviços de saúde de qualidade e privações financeiras são apenas alguns dos problemas

enfrentados por ela. Originária do interior da Paraíba, especificamente de Belém, uma região onde as condições de vida eram extremamente difíceis. Ela cresceu em um ambiente onde à educação e os recursos eram limitados. Sua vida na roça envolvia trabalho duro para conseguir comida, mas frequentemente ela enfrentava fome e carência. A saúde frágil, a luta pela sobrevivência e a busca por um lugar para chamar de lar foram companheiras constantes em sua trajetória.

Eu sou da Paraíba, eu nasci no interior, de Belém... Nunca tive estudo... Era só na roça... A gente não tem recurso de nada, sabe... Tem que fazer um roçado... Para comer... E a lavoura a gente come... E que não der... Aí a gente passa fome.

Ela mencionou que, no passado, ficou morando na casa de uma das filhas quando não conseguia pagar o aluguel, devido a impossibilidade de sustentar-se com o pouco dinheiro que tinha: “Por que a gente paga aluguel? A gente não come. Só basta o remédio... Que é caro, 200 contos uma receita... Acreditam?”. Antes de ir para a ocupação, dependia da ajuda dos outros para se alimentar e cuidar da saúde: “Eu fazia campanha nas portas... Pedindo alimentação pra poder comer... E remédio nem se falava”. Além da luta para sustentar seus filhos e netos com o pouco que recebia.

Ela enfrentou problemas de saúde graves, incluindo pressão alta e episódios de desmaio. Relatou que chegou a um estado crítico de saúde, a ponto de ter que fazer empréstimos para pagar exames médicos. Os exames revelaram que sua principal condição era a fome.

Todos os exames estão aí... tão caros... Eu fiz um empréstimo pra fazer esses exames... eu fui no hospital, chegando lá, fizeram exame, aí acusaram que era fome... Verdade... Eu tava morta... Aí eu me levantei.

Com pressão alta e problemas cardíacos, enfatizou a importância da alimentação regular fornecida pela ocupação:

Aqui a gente enche a barriga... Eles dão comida a gente... Eu tô me alimentando... E tô muito bem, graças a Deus [...] é muito bom. Tem tudo pra gente lá embaixo, comida. Tem jantar, tem almoço, tem o café da manhã e ainda tem o manguzá.

A ocupação também proporcionou uma oportunidade de estudar, o que ela considera uma grande conquista, já que ela foi privada da educação formal: “Até estudar eu tô estudando... É, tô estudando. As minhas provas estão aí.”

Além da melhoria na alimentação e saúde, há também o apoio que encontrou na ocupação. Ela se sente parte de uma grande família:

Essa aqui é uma família, uma família grande. E grande, os pessoal [sic] são tudo bons. Tudo bons aqui [...] aí os velhinhos, que é eu, os outros, eles ficam na frente. E as crianças também. Eles têm respeito da gente. Respeito dos mais velhos. Eu adorei, né? A gente tem saúde, força, energia.

Ela expressou sua gratidão por estar na ocupação e por todas as bênçãos que recebeu, acreditando que foi a intervenção divina que a trouxe para esse lugar de apoio e segurança. A fé em Deus é uma constante em seu discurso: “Eu pergunto em Deus... Tem um Jesus que está dando esse sol pra mim. E Jesus botou eu aqui pra eu ter o meu almoço... Tem um Jesus que está dando esse sol pra mim...”

A saúde frágil foi um tema recorrente na conversa. As dores e os problemas de saúde a acompanham há muito tempo: “Eu sou uma pessoa que eu sofri demais... Eu sofri muito... De doença, de fome”.

Ainda assim, gratidão pela vida e pela oportunidade de estar na ocupação também é evidente em suas palavras. Após uma vida marcada por adversidades, a possibilidade de ter um quarto próprio, com televisão e cama confortável para descansar e cuidar da saúde é motivo de bastante satisfação.

Você acredita que eu prefiro estar aqui? Eu sei que as minhas filhas são amáveis... Eu amo meus filhos..., mas eu prefiro estar aqui... Deita aí... Tem uma televisão ali... Os travesseiros... Ali é para as minhas costas.

Ela passou de uma situação de extrema necessidade e saúde debilitada para um estado de maior estabilidade e esperança. Ao narrar sua trajetória, percebemos como a ocupação representa mais do que moradia; mas também um local de acolhimento, de resistência e aprendizado.

A história do entrevistado-4 é um reflexo da realidade de milhares que lutam por um lugar para chamar de lar. Ele nasceu em São Lourenço da Mata, Pernambuco, e desde muito jovem enfrentou circunstâncias adversas. Sua infância foi tumultuada, marcada por traumas e abusos.

Desde pequeno enfrentou violência e negligência, e seu pai o forçou a viver uma vida de crime, envolvendo exploração e pequenos furtos. “Meu pai dava bebida a gente, entendeu? Meu pai fazia a gente roubar. Era pequeno, a gente roubava. Milho, plantação, cacho de banana dos outros”. A descoberta de sua

homossexualidade agravou ainda mais a situação, resultando em agressões físicas e psicológicas por parte do pai.

Ele roubava isso, mandava a gente roubar de muito dos outros, entendeu? A gente pequeno, nove anos de idade. Quando é isso, ele trabalhava na usina lá em Pernambuco. Ele pegava bronze, esse de bronze que é valioso, bronze, cobre, essas coisas, botava pra fora no lixo da usina e mandava a gente pegar, dizia no lugar e a gente pegava. Isso era roubo.

Meu pai fez muito, apanhei muito, era de ficar roxo, quando ele descobriu que eu era homossexual... Quando ele descobriu que eu era homossexual pequeno, ele deu uma surra em mim, gente, deu uma surra em mim. E deixou eu na porta de casa de joelho, de mão pra cima, todo roxo. E jogou ainda uma bacia de água, muita coisa aconteceu comigo. Aí, meu pai, minha mãe perdi muito, ela tinha 43 anos, quando minha mãe morreu. Eu fiquei com 9 anos. Pronto, a partir do momento que minha mãe morreu, enterrou minha mãe, meu pai saiu embora de casa, deixou a gente tudo, pra você ver quem foi meu pai. Abandonou a gente.

A perda de sua mãe, quando ele tinha apenas nove anos, e o abandono subsequente por parte de seu pai, transformou sua vida. Ele e seus irmãos mais velhos enfrentaram uma luta para sobreviver e superar os traumas deixados pelo pai abusivo e tiveram que se virar sozinhos.

Após a morte de seu pai, vítima de um AVC, enfrentou uma nova etapa de adversidades. A herança deixada por seu pai, a casa em São Lourenço da Mata, se tornou uma disputa familiar, ele decidiu não se apegar à briga pela propriedade e optou por um novo começo.

Se vendesse, eu não tinha o dinheiro, eu não dava pra comprar um quartinho pra mim. Aí ficou aquela briga toda e eu disse, quer saber? Isso foi mais de 3 anos atrás. Eu disse, quer saber? Vamos fazer um negócio. Fica aí com a casa, fica com tudo aí, vende, dá a meu sobrinho dinheiro, que eu vou embora pra vida.

Ele partiu para o Centro de Recife, buscando uma vida em um ambiente urbano que oferecesse mais possibilidades. “Aí vim embora, fui pro Centro de Recife.” Após um período na cidade, decidiu ir para João Pessoa. “E depois vim pra cá, que faz 1 ano e 1 ano e 4 meses que eu tô aqui.”

Chegando em João Pessoa, o Banco do Brasil no Centro foi, na maior parte do tempo, sua casa temporária, onde ele passava as noites.

Há três anos que eu estava morando na rua. Mais de três anos que estava morando na rua. Eu dormia no Banco do Brasil. Dormi na Caixa Econômica. Dormia ali na igreja, perto do colégio.

Ele passou a maior parte de seu tempo preocupado com onde iria dormir a cada noite e como iria se alimentar no dia seguinte. A realidade dura da rua o levou a buscar alternativas, como alugar um pequeno “barraco” no baixo Roger.

Eu comecei, já tinha três meses daqui. Eu vi quando os ônibus começaram a chegar aqui. Eu vi porque minha casa era o Banco do Brasil, que ficava nessa rua. Eu dormia lá, morava lá...Era uma hora da manhã quando os ônibus chegaram aqui e eu vi aquela zoadá. Eu estava dormindo no Banco do Brasil. Eu vim até aqui, vi um ônibus entrando e, então, voltei e fui dormir. Foi nesse período que eu peguei um barraco alugado lá no baixo Roger, um barraquinho por R\$350. Eu ainda pagava a luz, aí, depois eu saí, passei só dois meses lá porque era bem pagar o aluguel lá ou bem comer.

A impossibilidade de conciliar aluguel e necessidades básicas fez com que ele retornasse à rua:

Eu voltei pro Banco do Brasil, entendeu? Mas antes disso, dormi na Caixa Econômica, na igreja perto do colégio. Quando cheguei pra cá, eu não conhecia nada aqui. Aí vi pra cá, aí voltei do aluguel, saí do aluguel, fui pro Banco do Brasil de novo. Aí com mais ou menos uma semana eu vim aqui, falar com o pessoal aqui.

Ela lembra claramente do momento em que viu os ônibus chegando à área da ocupação, o som barulhento o despertou de seu sono improvisado no Banco do Brasil. Após alguns dias, procurou informações sobre como se juntar à luta e foi orientado a comparecer a uma reunião.

O centro todo tava sabendo. Tava sabendo. Aí disse, tá entrando gente lá, novos moradores, tal, tal. Eu disse, eu vou lá. Aí vim na portaria, falei com Joyce. Eu já sabia o nome do cara que todo mundo sabia. [Perguntei] o que tem de fazer pra poder entrar aqui nessa luta com vocês do MLB.

Joyce explicou os passos necessários para ingressar na ocupação, e ele se comprometeu a comparecer à reunião. “Ela fez, companheiro, veja só. Vai ter reunião hoje. Ela falou, vai ter reunião hoje vem hoje, de 5 horas.” Então, ele pegou um ônibus às 5 horas da tarde e foi até a reunião. “Eu peguei o ônibus de 5 horas. Botei a minha bolsa, porque morador de rua, eu ando com a bolsa mesmo. Ela só e uma roupa só. Pronto, vim.”

Após a reunião, recebeu uma resposta positiva sobre sua entrada na ocupação: “Aí tive a reunião outro dia com Joyce, outro dia contando a situação, tal, tal.” Joyce informou que havia espaço disponível e que ele poderia se instalar. “Aí ela disse: “Tá bom. Você pode ficar aqui. Tem o quarto aqui. Você pode ficar.”

Ele descreve sua nova casa como um “palácio”, comparado ao que tinha vivido antes. A mudança de viver na rua para ter um colchão e um espaço trouxe uma nova perspectiva. “Eu durmo na rua, aqui é um palácio pra mim. Aí, pronto, eu tinha colchão, não tinha nada. Do mesmo jeito que eu dormia na rua, com um colchão dormia aqui”. Ele relata sobre o acolhimento que recebeu:

E tô aqui na luta, entendeu? Uma turma aqui, fui bem recebido aqui, tudinho, tranquilo aqui, de boas [sic], pessoal, tudo gente boa aqui [...] faz um ano e quatro meses que estou aqui. Eu tô muito feliz de estar aqui, velho. Agradeço a seu João, a Joyce, entendeu?

Quando finalmente conseguiu juntar um pouco de dinheiro, comprou uma cama por 50 reais. “Aí o que aconteceu, não aí não coube a cama aqui. Ela não subia aqui, aí eu tive que cortar ela no meio. Eu cortei ela no meio e aqui botaram o parafuso e tá aí.” Graças a essa improvisação, ele conseguiu montar a cama e ter um conforto que não tinha há anos. “Eu tô dormindo numa cama. Graças a Deus mais três anos sem dormir numa cama, só no chão, entendeu?” Essa conquista, por mais simples que possa parecer, representa uma vitória em sua trajetória.

Ele compartilhou que, apesar das dificuldades, nunca se envolveu com drogas ou bebidas, algo que ele acredita que poderia tê-lo levado por um caminho ainda mais perigoso. “Eu acho, né, se não tivesse muita cabeça. Eu acho que era pra estar morto, era pra estar roubando aí, vício de droga eu não tenho, bebida eu não tenho, entendeu?”, disse, refletindo sobre os desafios de manter-se fora de problemas maiores enquanto vivia nas ruas.

Ele encontrou um propósito na ocupação, se envolveu com o Movimento de Luta pela Moradia (MLB) e atualmente é um dos coordenadores da ocupação.

Seu João disse: “a gente tava pensando aí, você vai ser o coordenador da ocupação”. Aí eu fiz: é o quê?
Não, você vai ser o coordenador...
É muita responsabilidade. É muita responsabilidade, é muitas cabeças, muitas cabeças, muitas coisas para resolver, entendeu?

Embora hesitante no início devido à responsabilidade, aceitou o compromisso. Como coordenador, se envolve em tarefas de organizar a limpeza, supervisionar a portaria, coordenação das assembleias, e garantir que todos sigam as regras estabelecidas.

É falar dos banheiros, é falar da portaria, de todo especificado, entendeu? Tem a lista de limpeza [...] a limpeza da marquise, hoje eu vou ter que limpar o pegador daqui de trás, entendeu? É isso aí, entendeu? A gente tem de organizar tudo isso, entendeu? As faixas lá da frente, ele vai botar outra, aquelas dali eu tirei pra... Descer na portaria. Aí, as faixas lá da frente, ele vai tirar, vai botar outra, porque aquelas dali eu lavei, faz mais ou menos um mês que eu lavei elas, tirei e lavei, aí vai botar outra faixa lá, entendeu? É isso, o coordenador é isso, coordenar as coisas.

Assembleias são realizadas regularmente para discutir e resolver problemas. “Tem assembleia, assim, quase toda semana pra falar dos problemas aqui,” ele valoriza a participação e a opinião de todos, e sempre consulta os outros, especialmente João, antes de tomar decisões importantes.

Aqui, ninguém decide nada, assim, eu não decido nada aqui, coisas mais graves, eu converso logo com o seu João primeiro, pra depois eu resolver as coisas. Porque não sai da minha boca, entendeu? Eu dou minha opinião. Tenho minha opinião. É válida, entendeu? É isso. Aí eu quero escutar eles primeiro pra poder fazer uma coisa, entendeu?

Ele compartilhou a importância da organização e educação dentro da ocupação. “Por isso que aqui é desse jeito, é organizado”. No início, havia uma creche para as crianças, mas agora todas estão matriculadas no colégio. “Todas as crianças aqui têm que estar no colégio”. A educação não se limita às crianças. Também há aulas diárias para os adultos. “Tem aula também para os adultos aqui, viu gente? Todo dia, viu? Tem lá em cima,” uma das moradoras atua como professora e dedica-se a ensinar todos os dias.

Além das aulas regulares, os estudos promovidos pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) são essenciais para a conscientização política dos moradores. “Ensinando a gente a entrar na luta, essas coisas assim. Normal. Tem que ter, entendeu?” Ele lidera um grupo de sete a oito pessoas, com quem se reúne semanalmente para ler e discutir temas relevantes.

A leitura de jornais também é uma prática comum, há um jornal específico que sai a cada seis meses, abordando diversas ocupações pelo Brasil, suas conquistas e

lutas. “A gente lê esse jornal, entendeu? Esse jornal aí sai de seis meses, entendeu? Falando das ocupações que tem no Brasil.” Além disso, eles leem o jornal “A Verdade,” que é publicado quinzenalmente. “A gente também faz a leitura dele também. Nós fazemos a união de núcleo, a gente faz a leitura dele pra só entender como é que tá uma das metades das ocupações por aí, a luta da gente.”

Ele enfatiza que o MLB está envolvido em várias frentes de luta, desde a resolução de problemas habitacionais até a garantia de acesso a serviços essenciais. Ele acredita que a casa é apenas uma consequência das lutas maiores que o movimento enfrenta. O objetivo é transformar a realidade de todos os que estão em situação de vulnerabilidade. “A tendência é não parar. Simplesmente ajudar o povo.”

Ele vê o movimento não apenas como uma oportunidade para garantir uma moradia, mas como uma plataforma para lutar por direitos e apoiar outros que enfrentam desafios semelhantes, desde fechar ruas em protesto até consertar muros caídos e lutar pelo acesso a postos de saúde. “A casa é uma consequência das nossas lutas”. Ele fala sobre a importância de continuar lutando mesmo após conseguir as próprias casas, para que outras pessoas também possam ter a mesma oportunidade:

E outra, e se caso, vir a casa, se Deus quiser, a gente conseguir as nossas casas, né? A gente vai ficar na luta por outras pessoas, porque a gente ganhou e a gente vai mostrar pra essas pessoas que dá certo pra elas também, que precisam de uma moradia, entendeu? De uma moradia, de uma coisa, porque tem gente que tá nesse mundo aí, sem ter o que fazer, sem nada, entra pro movimento desse, parece que renasce, entendeu? Renasce, porque aí sim, você olha de ajudar as outras pessoas, entendeu?

Porque é muita gente sofrendo nesse mundo, e a gente quer isso, entendeu? Não adianta eu pegar um terreno meu, fazer cinquenta mil casas pra dar aqui pra João Pessoa e as outras pessoas dos estados, nada. O que é que adianta? O que foi que eu fiz? Ajudei só aqui, não adianta. Eu não quero ajudar só aquele pouquinho de pessoa, quero ajudar todo mundo, poxa, que merece, e é o que tá na constituição, direito do povo ter moradia, entendeu?

Quando perguntado sobre seus sonhos e perspectivas para o futuro, ele foi claro: “Eu quero... minha casa. Quero trabalhar e viver bem, entendeu? E ajudar o povo, velho.” Ele conta como se apaixonou pela causa de ajudar o próximo, motivado por seu próprio sofrimento e pela vontade de evitar que outros passem pelo mesmo. “Porque eu sofri tanto e não quero que ninguém sofra que nem eu não, velho.”

O futuro da ocupação ainda enfrentava incertezas, no entanto, ele e os demais moradores permaneceram resilientes e esperançosos, acreditando que as promessas

feitas pela prefeitura em relação ao auxílio e à construção de novas moradias irão se concretizar. A perspectiva é de que a ocupação continue a lutar pelos direitos de seus moradores.

Ao integrar-se na luta por moradia, ele encontrou um propósito, demonstrando como as ocupações urbanas se configuram como espaços de construção de novas realidades.

Na conversa com a entrevistada-5, uma jovem de 24 anos que atualmente reside e trabalha em uma ocupação, ficou evidente o seu comprometimento com a educação. A moradora cursa Arqueologia na UEPB e dá aulas para jovens e adultos da ocupação.

Anteriormente residente no João Paulo com sua mãe, enfrentou uma situação econômica e emocional difícil após a morte de seu pai. Embora trabalhasse vendendo diversos itens para ajudar a família, a realidade da moradia e do sustento tornou-se inviável. A decisão, então, de se mudar para a ocupação foi motivada principalmente pela necessidade de ajudar sua mãe após o falecimento de seu pai. Com apenas 22 anos na época, sentiu a necessidade de assumir responsabilidades adultas e percebeu que não tinha condições de pagar aluguel, o que a levou a buscar uma alternativa na ocupação.

Porque assim, depois que meu pai morreu, mesmo eu trabalhando vendendo, porque antes eu vendia umas coisinhas assim, trufa, salgado, doce [...] não tinha condição de eu ficar lá, mesmo eu dando dinheiro e tal, mas não estava sustentável ficar lá com ela. E até minha irmã que mora aqui também, ela também ia comer lá, sendo que quando a gente veio para cá, facilitou mais para a minha mãe [...]

A oportunidade de se mudar para a ocupação surgiu quando ela foi abordada por Joyce, que a convidou para participar de reuniões e se inscrever na ocupação. À princípio, desconhecia o conceito de ocupações e tinha uma visão negativa, associando-as à ideia de invasão. Inicialmente cética e desinformada, começou a frequentar as reuniões organizadas pelo movimento, sem saber muito sobre a localização ou os detalhes da ocupação. A mudança de perspectiva foi gradual; enquanto no início ela tinha uma visão limitada, sua perspectiva mudou ao ver a realidade do movimento. Quanto à questão da habitação, ainda não estava inscrita em programas antes de se mudar para a ocupação.

Ela passou a se engajar no movimento, e com o tempo, tornou-se coordenadora e assumiu várias responsabilidades, desde a organização de tarefas diárias até a mediação de conflitos. Ela gosta de sua função como coordenadora e reconhece a responsabilidade que isso acarreta. Considera a experiência gratificante, mas não ignora as dificuldades que enfrenta. Às vezes, as pessoas não estão dispostas a ouvir ou seguir orientações, mas ela acredita no poder da conversa e da negociação para resolver conflitos e situações difíceis.

Eu faço a tabela ali, a tabela da limpeza. Se tem algum comunicado, eu dou. Aí, além disso, quando tem alguma intriga que não é muito comum, aí tem alguma coisa a resolver, a gente vai lá, vai de frente [...] eu gosto, eu acho uma responsabilidade muito grande. É legal, mas assim, tem as dificuldades. Às vezes a pessoa não quer ouvir a gente, não sei, mas aí, assim, com a conversa, aí a gente consegue resolver.

Sua experiência na ocupação também a fez perceber a intersecção entre política e a luta por direitos sociais, algo que antes a desinteressava. Além do seu envolvimento na ocupação, também participa do Olga Benário (movimento de mulheres associado ao MLB).

[...] mas depois que eu realmente conheci, eu me agradei. Tinha coisa de política, essas coisas. Eu digo que eu não gosto de política, eu não quero saber. Não quero saber dessas reuniões, de nada. Aí depois que eu vim, que conheci, a política está tudo envolvida, tá tudo envolvida. Aí não tem como não gostar que ela, tipo, tudo que a gente fala, faz, é tudo envolvido. É uma coisa de política.

Também mencionou como a vida na ocupação a tornou mais independente e responsável. A experiência a ajudou a questionar e redefinir sua relação com sua mãe e a perceber que precisava viver sua própria vida de acordo com suas próprias decisões.

Eu me tornei mais independente, porque eu era muito dependente da minha mãe. Teve até uma pequena discussão com ela. Porque assim, tudo que eu via dela, eu achava certo, tudo era certo, mas quando eu vi as coisas, aí eu vi que nem tudo que ela fazia era certo, e que nem tudo era para eu fazer de acordo com o que ela quer, porque eu tenho que viver minha própria vida.

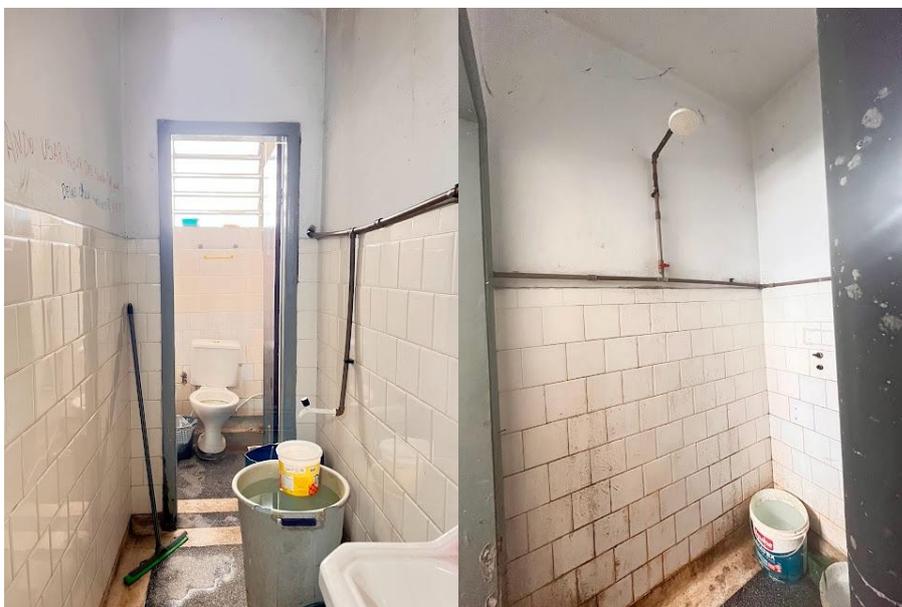
Quanto às aulas, há reuniões com os professores para definir os planos de aula, as aulas ocorrem de segunda a quinta-feira. As sextas-feiras são reservadas para reuniões de coordenação. Cada aula dura cerca de duas horas e meia, totalizando uma carga horária de dez horas semanais. As aulas são divididas em três

níveis: elementar, para aqueles que não sabem ler nem escrever; intermediário, para aqueles que sabem ler ou escrever, mas não ambos; e avançado, para aqueles que sabem ler e escrever, mas têm limitações em interpretação de textos, pontuação e uso de vírgulas. Nem todos participam das aulas, mas aqueles que têm grandes dificuldades são incentivados a fazê-lo.

Além das aulas regulares, há outros tipos de atividades educacionais, como as aulas de núcleo e de filosofia. As aulas de núcleo envolvem a leitura de jornais e debates. O curso de filosofia é oferecido no Sintricom, uma instituição com a qual estão vinculados, e é voltado para aqueles mais envolvidos com o partido e o movimento.

Quanto aos obstáculos na ocupação, para ela, o principal, no início, era a falta de água nos banheiros, o que os obrigava a encher baldes (ver figura 17), mas agora isso foi solucionado, pelo menos parcialmente. No entanto, ainda não há água em todos os quartos, o que continua a ser um problema. Além disso, outra dificuldade é garantir que todos cumpram suas responsabilidades, como a limpeza, mas isso geralmente é resolvido através de conversas.

Figura 17: Realidade dos banheiros da ocupação.



Fonte: Autora, 2024.

A entrevistada-6 é uma mulher de 50 anos. Ela nos conta como suas circunstâncias a levaram para a ocupação, revelando suas motivações, desafios e a transformação que essa mudança trouxe para sua vida e de sua filha.

Anteriormente morava em uma vila, onde pagava R\$ 250 de aluguel. Ela descreve que, mesmo tendo um emprego, as condições eram difíceis. “Era muito difícil, além do aluguel, tinha que pagar gás, água, energia elétrica e alimentação. Meu dinheiro não dava para tudo.” Ainda que tinha que cobrir as despesas com outros gastos, e cuidar de seus sete gatos. A perspectiva de viver na rua, dependente de doações para sobreviver, era uma preocupação frequente: “Eu ia morar o quê? Na rua, com a minha filha, só pra ganhar um aluguel e a comida... Eu ia comer o quê? Me alimentar de quê?”

Possuía eletrodomésticos antigos que contribuíam para altas contas de energia, o que agravava ainda mais a situação financeira. “Até mesmo a energia era alta porque a geladeira era antiga, e eu não tinha como comprar uma nova.” Ela chegou a comprar uma TV para sua filha, um item que para muitos pode parecer básico.

Eu morava em uma vila que eu pagava 250. Eu tinha comprado uma TV. Eu tinha feito até um primeiro emprego para pagar uma TV. Eu sei lá, para a minha filha, uma TV milhózinha [sic] dessa que pega internet. Eu pagava 250, eu pagava gás, pagava água, que era cara.

Sua principal motivação para se juntar à ocupação foi a busca por uma moradia estável e a possibilidade de sair do aluguel: “Moradia, moradia, minha moradia, que é sair do aluguel”. A decisão foi impulsionada por problemas financeiros adicionais, como empréstimos mal sucedidos e a redução de sua renda. Em seu relato, ela conta que já morou em lugares onde pagava 350 reais, em outros 400 reais. Ela tentou melhorar a situação por meio de um empréstimo de 16 mil reais, entretanto, a mulher que realizou o empréstimo transferiu o dinheiro para a própria conta, deixando a entrevistada com apenas 4 ou 5 reais, enquanto o banco descontava 100 reais.

Sem condições de pagar o primeiro empréstimo, ela viu seu dinheiro ser roubado e, devido ao uso contínuo de medicamentos controlados, enfrentou crises que a levaram ao hospital. Em uma tentativa desesperada de sobreviver, vendeu sua TV por um preço baixo. Com uma criança e sete gatos para cuidar, além das contas, viver com 4 ou 5 reais por dia era inviável. Também houve uma época em que a situação financeira estava muito difícil, a ponto de não conseguir comprar seus medicamentos e ter que depender da ajuda de uma vizinha para alimentação, que preparava feijão para a semana.

[...] um dinheiro aí de 16 mil, aí a mulher foi o empreste [sic] que fazia do meu patrão, fui fazer esse empreste, minha irmã, fiquei recebendo 4, 5 reais, onde é que eu sobrevivia, que o banco descontou de 100, o primeiro empreste ela não pagou, roubou meu dinheiro, transferiu pra conta dela [...] que eu tô no remédio controlado, muito remédio, passei até 4 remédios agora que eu tô tendo reação externa no meu juízo, aí eu, sempre eu baixo hospital, sabe, desde quando eu tenho uma crise eu vou pro tratamento, aí eu volto pra casa, aí ela roubou o dinheiro que era pra pagar o primeiro empreste que eu tinha comprado, sei lá, e a TV, que eu tô até sem ela, quebrou, eu vendi barato, precisando de dinheiro, vendi, aí pronto, eu fui outro empreste de 16 mil, ela fez mais de dois empreste de mil, de 2 mil reais na minha conta, aí quando eu fiquei recebendo 4, 5 reais, onde é que eu ia sobreviver, irmã, com 4, 5 reais, com a criança, com sete gatos, entendeu, com água, com luz, aí devido à escola da minha filha eu fiquei um tempo morando na Beira Rio lá, com 4, 5 reais.

A decisão de ir para a ocupação também foi motivada pela frustração com a falta de resposta dos órgãos públicos e o processo de obtenção de moradia através de programas governamentais. Ela estava inscrita há mais de 20 anos em programas como a Minha Casa Minha Vida e nunca foi contatada.

[...] minha casa, a minha vida, há mais de 20 anos, nunca me ligaram, nunca me chamaram na prefeitura, já tá há muitos anos, irmã, inscrito há muitos anos, mais de 20 anos, nunca ligaram pra mim, e eu todo ano ia renovar na SEAP, [...] muitos papel tinha na minha bolsa guardado, até perdi, que nunca me chamaram, a peça acabou, entendeu, e nunca me chamaram, eu já tenho cadastro lá [...]

Ela também foi apresentada ao movimento por Joyce, que visitou a vila onde morava: “Eu conheci através de Joyce, foi lá visitar a gente na vila [...], aí ela pegou, fez meu cadastramento.” Participou de todas as reuniões por oito a nove meses antes de se mudar para a ocupação, contribuindo para a compra de utensílios para a cozinha comunitária, como panelas e caldeirões. Durante esse período, ela acompanhou palestras e vídeos que explicavam o movimento.

Na noite da ocupação, ela e sua filha se prepararam com o básico: colchão, balde de roupa, produtos de higiene, vassoura, pratos e talheres. Chegaram ao ponto de encontro às 10 da noite, onde já havia muitas pessoas. Às 2 da manhã, o ônibus chegou para leva-los até o edifício, que estava em condições precárias, sujo e com lixo espalhado “[...] ninguém tinha dormido, nem dormido de dia nem de noite, na luta, limpando, a gente limpando [...]

Ela considera que a vida melhorou no centro da cidade. O acesso a hospitais e outros serviços é mais fácil, há a possibilidade de se locomover a pé para vários lugares, economizando com transporte.

[...] melhorou, que eu estou no centro, tenho acesso a hospitais, mais perto, daqui eu ando pra todo mundo de pé, pra qualquer bairro, eu saio em qualquer canto, entendeu, não precisa às vezes nem pegar passagem [...] aqui pra mim é uma bênção.

No entanto, há a dificuldade em encontrar uma escola para sua filha, que está em tratamento no CAPS e necessita de acompanhamento.

[...] aí só a única dificuldade que eu achei foi achar vaga pra ela, que eu andei em 2 colégios, 3 colégios, muito longe ali [...] fui com os papéis todos pra matricular minha filha, aí o CAPS agora tá encarregado, que acompanha ela, de arrumar a escola dela, e o ônibus de escola lá que eu pedi à prefeitura, esse ônibus não chegou aqui, entendeu, pra transportar ela.

A entrevistada e sua filha compartilham a necessidade de medicação contínua. A filha, com diagnóstico psicológico, recebe tratamento gratuito no CAPS. Já a entrevistada relata que sua saúde mental é fortemente impactada pela medicação que toma. Sem eles, ela passa por perda de controle, isolamento social e limitações na comunicação. Os custos com medicamentos são altos, totalizando mais de duzentos reais. No entanto, o fato de não ter que se preocupar com a conta de água e luz, somado ao recebimento de alimentos e roupas, permitiu que ela concentrasse seus esforços em cuidar de sua saúde e da filha.

Agora eu tô com condição de comprar meu medicamento, que realmente dá mais duzentos e poucos reais por mês.

Se não fosse esse movimento, onde é que eu estaria, irmão? Passando necessidade, sem medicamento, minha filha chorando por lá pedindo comida, sem poder dar uma comida, sem poder dar uma roupa, sem ter conforto nenhum. E aqui eu tenho conforto. Aqui tem um suporte todo mundo. Não pago água, não pago água. Tenho energia, tenho alimento. Eu recebo alimento. Isso ajuda.

Ela participa ativamente do movimento, ajudando os moradores de rua e doando roupas para aqueles em necessidade, também ajuda na venda de jornais para divulgar a causa e obter apoio:

Participo da venda de jornais para divulgar o trabalho do movimento e conseguir apoio. É uma forma de mostrar às pessoas a importância da nossa luta.

É a primeira vez que eu tô num movimento de luta, que eu tenho fé em Deus, esse movimento vai aumentar mais ainda, e a única coisa que eu posso fazer pelo movimento que eu tenho muito conhecimento é divulgar o jornal, eu tô na luta do jornal, entendeu, deu certo, tô vendendo, tô conquistando o povo e tô na luta.

O MLB realiza diversas atividades, como fechar ruas e protestar em supermercados e postos, para chamar a atenção para a falta de moradia e pressionar por mudanças. O movimento promove reuniões para preparar o acesso ao aluguel e, eventualmente, a obtenção de moradias definitivas. “Aí a gente faz reuniões, faz reuniões constantes, porque a gente tá no projeto de receber as nossas moradias, entendeu?” Ela explica que o processo é gradual: “Você tem que ter o acesso de aluguel primeiro, depois vem as moradias, entendeu?” Para ela, ao conseguirem suas casas, o movimento se tornará um exemplo para outros que ainda lutam por uma moradia: “A gente vai ser exemplo pra essas pessoas, que elas vão ver, a gente ganhou porque elas não podem ganhar.”

Ela está determinada a lutar por mais moradias, não só para si mesma, mas para todos que ainda enfrentam as mesmas desigualdades que ela enfrentou. “Então, vamos com todos e vamos pra luta, pra conquistar mais moradia pro povo, porque enquanto eu viver, o que eu puder fazer pelo esse movimento, eu dou até meus próprios sangue [sic], pra falar a verdade.”

A moradora também menciona que o movimento tem atraído a atenção de quem não conhecia a causa, o que tem resultado em um aumento na participação e interesse. Muitas pessoas estão se aproximando para conhecer melhor, incluindo aquelas que compram os jornais.

Ela expressou suas orações e desejos de força para todos os envolvidos no movimento. A trajetória para chegar à ocupação não foi fácil, e o processo de adaptação à nova vida e às novas pessoas também trouxe desafios. A convivência com pessoas diferentes nem sempre foi simples, especialmente devido à falta de vínculo e à chegada em um ambiente novo. Todavia, em sua visão, lidar com focos e pequenas desavenças é parte do processo, mas não deve desviar a atenção dos objetivos mais importantes. A gratidão dela pelo movimento é evidente:

Eu tô chorando de emoção, viu? Porque a situação que eu venho passando, o que aconteceu com o meio desse fruto aí que tá resolvendo, tá em nome de Deus, em nome do delegado aí, entendeu?

Aí, pra mim, é uma satisfação muito feliz, assim, pessoas maravilhosas aqui, graças a Deus, todo mundo me respeita, todo mundo, entendeu? Vivendo em paz, em união.

Essa união encontrada na ocupação contrasta com as dificuldades que enfrentava anteriormente, exercendo trabalho exaustivo e mal remunerado, como costurar e fazer faxinas. Ela descreve com alívio que não precisa mais se preocupar com aluguel e contas: “Temos alimento, temos nossa moradia, temos nosso dinheirinho que a gente pode gastar, comprar o que a gente quer, sem se preocupar, é, em aluguel todo mês.” Esse relato reforça a importância das ocupações urbanas como uma alternativa viável e necessária para aqueles que, como a entrevistada, não encontram apoio em outras formas de assistência social ou oportunidades de trabalho.

O entrevistado-7 é um jovem venezuelano que iniciou sua jornada para o Brasil atravessando a fronteira em uma travessia que incluiu longas distâncias percorridas a pé, passando por vários estados brasileiros. “Fui a Boa Vista, a Manaus. De Manaus a Santarém de Pará. De Santarém fui a Brasília. De Brasília fui a São Paulo. De São Paulo fui a Recife. Y después llegué aquí.”

Ele enfrentou problemas econômicos, sendo forçado a trabalhar em empregos informais e mal remunerados. Isso criou uma situação financeira instável, dificultando a obtenção de uma moradia permanente.

A travessia pela Amazônia foi marcada por longas caminhadas e dificuldades para encontrar trabalho. “La mayor parte a pé Yo llegué desde Pacaraima hasta Boa Vista, a unos 150 kilómetros. Porque esta zona es muy extranjera. Pero ahí para conseguir trabajar es difícil.”

Em busca de novas oportunidades, após passar pela Amazônia, ele prosseguiu para outras cidades, incluindo Florianópolis e Presidente Figueiredo, com a tentativa de se estabelecer e ajustar seus documentos para conseguir um trabalho formal.

As dificuldades continuaram em Manaus, onde ele permaneceu por apenas sete dias devido à falta de oportunidades de trabalho. “En Manaus solo tuve 7 días porque ahí también es Manaus muy grande y el trabajo es poco.” A grandeza da cidade e a escassez de oportunidades de trabalho o forçaram a procurar outras alternativas.

Em Santarém, no Pará, passou um mês dormindo ao ar livre e trabalhando em reformas de um hotel. “Ahí dormí. Al otro día un cara a mí me recomendó para ir a trabajar en un hotel. Estaba haciendo reformas de un hospital para un hotel.”

São Paulo, com seu clima frio e ambiente hostil, não foi o destino ideal para ele, ““São Paulo es más frío que eso. Yo dije, aquí no me quedo.” Logo, decidiu partir para Recife, apenas para encontrar novas decepções. “Recife no es de Tramvales. El peor canto que hay en Brasil yo creo que es Recife.” Sem encontrar as condições desejadas, ele decidiu se deslocar novamente.

Após um tempo, o entrevistado decidiu mudar-se para Mangabeira, em João Pessoa, onde começou a trabalhar e pagar aluguel. “Yo pagaba 400 de alquiler.” Ele descreve o alto custo de vida e as responsabilidades que teve que assumir para manter sua casa: “Yo tenía que prácticamente cubrir todo. Aluguel, luz, água, carro, gasolina.”

O entrevistado ia para Mangabeira, apenas para dormir, enquanto continuava a trabalhar em outro local. “Yo comencé a morir não Mangabeira. Ahí salí de Mangabeira porque el alquiler era muy caro.”

O carro era sua principal ferramenta de trabalho. No entanto, os custos de manutenção e combustível estavam se tornando insustentáveis. Decidiu vendê-lo para garantir a subsistência de sua filha. Sem o carro, sua rotina se tornou mais difícil.

As dificuldades o forçaram a dormir em locais improvisados ou públicos: “Pasé meses não la calle [...] dormí não el banco de Brasil.” Ele evitava dormir junto com outras pessoas na rua devido ao medo de perder seus pertences.

Foi durante esse período que ele conheceu o entrevistado-4, que o convidou a conhecer a ocupação João Pedro Teixeira. Ele admitiu que, ao chegar, não tinha conhecimento de que estava se integrando a um contexto de ocupação, pois estava focado em encontrar trabalho e sustentar-se.

Ele expressa uma sensação de distanciamento em relação ao processo de ocupação, afirmando que, embora participe e realize as tarefas diárias, como trabalhar na portaria, sente-se desconectado. “Porque tipo así, yo estoy aquí, pero no digo nada. Yo estoy aquí, prácticamente, llevo a dormir [...] Hago tareas como todos... la portaria... pero siento que esto no es para mí.” Apesar de participar, ele mantém uma postura reservada, sem grandes expectativas, reconhecendo que a burocracia pode ser um obstáculo para muitos, inclusive para ele, que como estrangeiro, enfrenta barreiras adicionais para acessar oportunidades. Isso inclui as restrições de conseguir

uma casa própria e a sensação de ser excluído no processo de seleção para moradias.

Yo creo que no es que no es para mí. Sí, se da la casa por mí. Pero las posibilidades de yo ganar una casa, de yo ganar aquí una casa, son difíciles.

Yo no me puedo emocionar que va a dar suerte para después ir de su casa. A veces, a veces, el extranjero es más fácil de ganhar. Pero tipo así, yo no me puedo emocionar” “Yo estoy 50-50. Si da como. Si no da, está bueno.

Ele também acredita que o processo de seleção para as casas pode ser complicado, com possíveis erros em documentos, como CPF, afetando a chance de ser contemplado. Essa situação é agravada pela falta de apoio governamental e a dificuldade de conseguir trabalho formal. “No, para mí, las ayudas brasileñas nunca se hicieron, no. Yo nunca tuve ayuda de nadie, no.” Ele expressa um sentimento de desilusão em relação às políticas de assistência no Brasil, afirmando que nunca recebeu ajuda significativa.

Sua decisão de se juntar à ocupação foi motivada pela necessidade urgente de abrigo. Apesar de se sentir deslocado e enfrentar a sensação de desesperança em relação à possibilidade de obter uma moradia definitiva, a ocupação ainda proporciona um espaço que lhe permite viver com um mínimo de dignidade. Se não fosse a ocupação, a situação poderia ser mais difícil, ele provavelmente continuaria vivendo na rua, lidando com as condições de vulnerabilidade que já experimentou, como a falta de segurança e conforto. A ocupação é uma resposta dialética às falhas do sistema, oferecendo uma alternativa que, embora imperfeita, tenta superar as limitações estruturais enfrentadas por pessoas como o entrevistado.

O entrevistado, ao viver na ocupação, está em um estado de transformação. Ele saiu de um espaço formal (um bairro onde pagava aluguel) para um espaço produzido pela luta coletiva (a ocupação). Essa transição reflete a contradição entre o espaço produzido para o lucro (como as áreas de aluguel caro) e o espaço que as pessoas tentam apropriar para satisfazer suas necessidades básicas de moradia.

A entrevistada-8 de 24 anos, desde cedo, enfrentou a dura realidade da perda e da necessidade. Aos 9 anos, já sentia o peso da responsabilidade ao cuidar de si mesma e de seus irmãos. Aos 13 anos, tornou-se mãe, e depois de um relacionamento difícil e de trabalhar na agricultura, foi morar na casa da madrinha de seu filho.

Anteriormente, ela residia no Conde, onde exercia a profissão de agricultora. Migrou para a ocupação através da indicação de João (coordenador do MLB), que é padrinho de sua filha. Decidiu se mudar para a ocupação principalmente para sair da

casa de outras pessoas e proporcionar um lar próprio para seus filhos. Na casa onde morava, ela enfrentava situações como a falta de autonomia e humilhações sofridas pelos filhos ao dependerem dos recursos dos outros. Nas suas palavras:

É muito ruim você morar dentro da casa dos outros, sabe? Morava com muita gente. Morava com a madrinha do meu filho. E é ruim você ver seu filho pedir uma coisa. E você não tem condição de dar, né? Na hora que o meu filho quiser comer, ele vai na geladeira e ele pode pegar. Na casa dos outros ele não podia. Eu já vi meu filho levando piada por causa do danone que ele pegou. E hoje eu posso comprar pra eles o que eles não podia ter antes. Aí aqui mudou muito.

A possibilidade de morar em um espaço próprio proporciona aos seus filhos a liberdade para se alimentarem e brincarem. Seu maior objetivo é garantir um teto seguro para os três filhos, e ela sente que só poderá descansar quando alcançar essa meta. “Eu só vou descansar um dia que eu dê um teto pra todos os três. Aí eu fico livre.”

Para o lazer, ela e os filhos utilizam a lagoa, onde há brinquedos para as crianças. A ocupação permite que os filhos brinquem e se divirtam no corredor do prédio, algo que não era possível na moradia anterior. “Mas aqui também, aqui a gente fica no corredor brincando, brinca de bola, assiste. Pra eles, é uma diversão completa.”

Em relação à educação, ela encontrou oportunidades educacionais disponíveis perto da ocupação, embora tenha enfrentado dificuldades iniciais devido à falta de vagas. No entanto, conseguiu inserir seus filhos na escola e creche, e eles estão se adaptando bem. “Eles estudam na creche, meu menino estuda na escola. A pequenininha não botei ainda [...] pra minha menina foi mais fácil, que é aqui embaixo.”

A entrevistada não tinha participado de movimentos habitacionais anteriormente, mas já tinha algum contato com movimentos como o Sem Terra devido ao seu trabalho na agricultura. De início, desconhecia o que era uma ocupação e tinha uma visão negativa, associando-a a atividades criminosas. Contudo, ao vivenciar a realidade da ocupação, ela percebeu que é um espaço onde vivem pessoas comuns, incluindo muitas famílias com crianças e idosos. A ocupação, inclusive, realiza eventos comunitários, como celebrações de Natal e São João.

Eu não sabia, entendeu? Assim, quando ele [João] me apresentou aqui, aí ele foi explicando, né? Como era. Como ia ser. Que você tinha que batalhar pra conquistar.

Pra mim a ocupação era um negócio de bandido, né? Aí eu não sabia. Pra mim na cabeça era isso [...] é diferente porque você vê que tem idoso, tem

criança, né? Você diz que ali só tem bandido, mas não é. Tem criança, tem idoso. E você vê que quando é natal, em São João, sempre o povo comemora aqui dentro, entendeu? É divertido.

Há regras claras dentro da ocupação, como a manutenção da limpeza e a proibição do uso de drogas e bebidas alcoólicas, o que contribui para a organização do lugar. Essa estrutura trouxe uma percepção de segurança maior do que ela tinha anteriormente. “Tem a regra de você ter um prédio limpo, entendeu? Não pode usar droga aqui dentro, bebida não entra, entendeu? É bem organizado”. Essa sensação de segurança se estende às relações interpessoais, como poder contar com a ajuda dos outros moradores e a possibilidade de desabafar e compartilhar problemas com outras pessoas na mesma situação.

Aqui até uma parte é bom, quer ver você tá com a cabeça pesada. Você chega ali, você chega ali pra conversar com ela, com qualquer pessoa. Você desabafa, entendeu? Você tá dentro da sua casa, mesmo tempo. Tem uma pessoa que você pode conversar, pode desabafar. É o contrário de você estar dentro da casa dos outros, que ali você só tá se pesando, você tá vendo seu filho sofrido. Aqui não, aqui você tá vendo seu filho brincando, feliz. Aí tá a parte aí que tá mais motivando a sua parte aí, entendeu?

Ao contrário de quando vivia na casa de outras pessoas, onde se sentia sobrecarregada e impotente, na ocupação ela se sente fortalecida e mais capaz de proporcionar uma vida melhor para seus filhos. Vê-los felizes e brincando em um ambiente onde eles têm mais liberdade e segurança é o que mais a motiva a persistir na luta por uma moradia definitiva, onde possam viver com a qualidade de vida que ela sempre quis proporcionar a eles.

A entrevistada-9 morava com seu filho em uma casa construída, separada em um terreno. Segunda ela: “meu filho ocupou um terreno, como se fosse uma invasão dos Sem Terra, mas não era da gente.”

Diante das dificuldades em sua antiga residência, incluindo desavenças com outros residentes e a falta de controle sobre seu próprio espaço, decidiu, então, buscar um local onde pudesse ter mais autonomia. Enquanto na antiga moradia se sentia pressionada pelos conflitos, na ocupação ela encontrou a tranquilidade que almejava. Assim, ela valoriza a possibilidade de ter um espaço onde possa viver de acordo com sua própria individualidade, sem as tensões que eram comuns na sua moradia anterior.

A gente viver no que é dos outros, aí tinha gente que brigava. Ela dizia que... Aqui não é teu, aqui é meu [...] uma coisa muito chata [...] é diferente viver no que é da gente, sai chega a hora que quer, tudo tranquilo, uma maravilha.

Apesar das dificuldades, especialmente relacionadas à sua saúde e à infraestrutura, ela encontrou conforto e uma sensação de “casa” (figura 18) na ocupação. Ela descreve o ambiente como “tranquilo” e que “a gente já se sente dentro da nossa casa.”

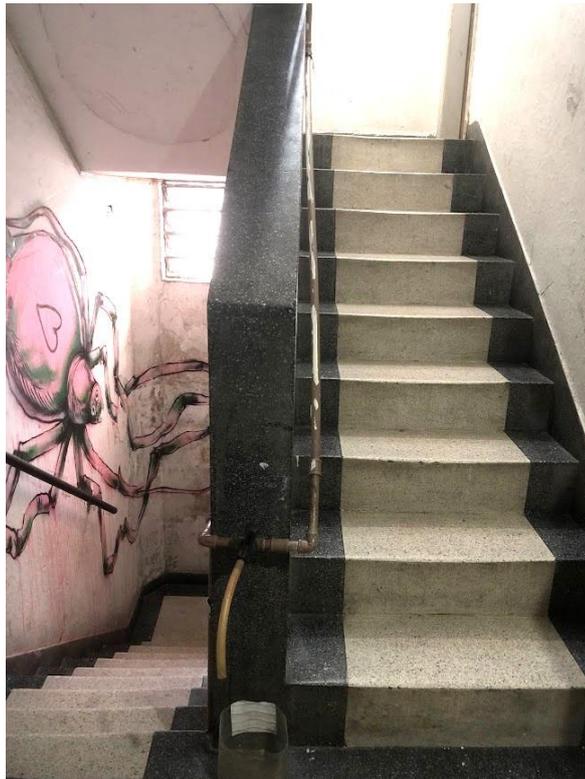
Figura 18: Casa da entrevistada-9.



Fonte: Autora, 2024.

A escada, por exemplo, é um obstáculo. “O que tem mais dificuldade pra mim aqui é porque eu tenho problema de saúde, né, a escada. E mais quando eu desço e subo, tou sem ar”. Outro desafio é a ausência de água dentro das unidades habitacionais (figura 19), uma questão que ela e outros moradores precisam gerenciar, ainda assim, ela acrescenta, que, fora isso “aqui é muito bom”.

Figura 19: Escadas estreitas da ocupação e encanamento feito pelos próprios moradores.



Fonte: Autora, 2023.

A moradora participa ativamente da vida na ocupação, o que contribui para seu bem-estar. Ela compartilha: “Participo de tudo. Cozinho com o pessoal aqui. Participo em reunião todas segundas, viajo com eles, é muito bom.” A proximidade com outras pessoas na ocupação e a interação é um grande conforto para ela, que enfrenta problemas de saúde.

A entrevistada-10 nasceu no Conde, mas anteriormente residia em uma casa no Alto do Mateus. Decidiu se mudar para a ocupação após ser incentivada por sua sobrinha e a irmã, que já participavam do movimento, mas principalmente por causa da sua sobrinha, que estava grávida na época e morava na casa da mãe. Elas passaram por um dilema:

A gente ficou naquele jogo eu e ela. Se tu for eu vou, se tu for eu vou, se a senhora for eu vou, se você for eu vou. E a gente ficou naquele jogo no dia de se reunir todo mundo junto. Aí a gente ficou naquela briga eu e ela. Aí a gente disse, mas se a gente não for, a gente vai se arrepender. Então é melhor a gente ir, então vamos.

A oportunidade de participar do movimento foi vista como uma chance de melhorar suas condições e a de sua família. Sua irmã, casada com o coordenador João Batista, já era ativa no movimento e havia conquistado um apartamento no Bairro das Indústrias, através de uma luta semelhante, o que serviu de incentivo para que ela também participasse, principalmente por causa de seus filhos. “Eu vi que realmente vale a pena, né?”

Sua compreensão sobre o conceito de uma ocupação era superficial. Em suas próprias palavras, ela explicou: “Na verdade, eu comecei a conhecer assim, aos poucos, através da minha irmã e da minha mãe também, porque minha mãe já vem de essas lutas há muitos anos.” No entanto, ela passou a se familiarizar com o conceito à medida que se envolveu com o movimento e participou das atividades e reuniões relacionadas à ocupação, o que mudou sua percepção sobre as lutas por habitação. Ela não acreditava que essas ações pudessem realmente resultar em conquistas concretas, todavia, ao ver a irmã alcançar seu objetivo, ela reconheceu o valor da luta e decidiu se engajar mais.

Então assim, quando eu comecei a acompanhar a luta da minha irmã nesse apartamento, e quando eu vi, porque assim, mesmo eu morando longe, mas eu sempre tava presente com ela, como ela precisava, eu sempre tava presente com o movimento querendo ou não, porque quando tem um movimento assim, que tem que fazer almoço, sempre que vai é eu, minha mãe e ela, né? E assim, eu fui acompanhando a luta dela pra conquistar o canto dela, porque também criou o filho sozinha, e sempre tava na casa de um, na casa de outro. Então assim, eu acompanhei a luta dela, entendeu? Quando eu vi que ela realmente conseguia o canto dela, eu fiquei, se ela ficou feliz, eu fiquei mais ainda, porque eu ainda ajudei na mudança com ela, tudo, fiz a limpeza do apartamento. Então assim, eu vi que realmente vale a pena, né? E foi muito tempo que ela passou lá, mas, independente do tempo, eu vi que ela conseguiu, e eu fiquei muito feliz por ela, até hoje. Às vezes ela fica falando, eu digo, mais graças a Deus você, depois de tanta luta, você conseguiu o seu canto, tá lá, é seu e ninguém toma. Então eu realmente vi que realmente, só com luta mesmo a gente conquista, né?

Ela nunca havia sido inscrita em nenhum programa de habitação do governo antes, e essa é a primeira vez que participa de algo do tipo: “Mas eu nunca tinha sido inscrita. Nunca tinha sido, não. Essa é a primeira vez.”

Desde o início na ocupação, a moradora esteve envolvida, embora no começo não estivesse sempre presente devido ao seu casamento, mas participava ativamente das reuniões e atividades do movimento, dividindo seu tempo entre a antiga residência e a ocupação. Com o fim do casamento, ela passou a viver definitivamente na João Pedro Teixeira.

Eu estou aqui desde que a gente entrou aqui. Só que eu, como estava casada, eu não vinha sempre, não estava aqui. Eu vinha nas reuniões. Sempre que tinha reuniões, aí eu... Que era de noite, de seis horas. Aí eu vinha e dormia aqui. Às vezes eu ia para casa. Mas eu sempre participava.

Ela morava em uma casa onde, apesar de casada, havia tensões na convivência, especialmente por ter filhos de um casamento anterior:

Porque querendo ou não ser na casa dos outros. Você está sempre... Apesar de que a gente era casado. Mas sempre escutava uma coisa aqui. Outra coisinha ali. E mais quando você tem filho de outro casamento. Aí fica mais difícil.

Agora, vivendo na ocupação, ela conquistou independência: “Depois que eu vim para cá, graças a Deus não tive mais problema com isso. É eu e eles e o trabalho. Para me manter, manter eles. Sem precisar estar dependendo de ninguém. Sem precisar estar levando xingada de ninguém.”

Sobre as dificuldades que enfrenta morando na ocupação, ela afirma que, até o momento, não teve grandes problemas: “Eu não acho que não. Até o momento eu não tenho dificuldades.” Apenas que, inicialmente, seu quarto era em um auditório, mas, devido a problemas de goteira e ao calor, ela decidiu mudar para outro dormitório mais arejado.

A edificação, por estar localizada próxima à opções de lazer, contribuiu para melhorar a qualidade de vida dos filhos. Ela frequentemente leva seus filhos para brincar na Bica. “Eu vou ali no parque da bica com eles. Eu vou aqui da lagoa pra eles brincar. Aqui mesmo que eles amam brincar aqui nessa praça de noite.” Além disso, a ocupação por ser um espaço fechado e exigir autorização pra sair, proporciona mais segurança aos filhos. “Aí só sai com autorização. Aí melhorou pra mim e pra eles, né?”

Apesar da mudança para o Centro, seus filhos continuam estudando no Alto do Mateus. Ela optou por mantê-los na mesma escola, devido ao apoio que o filho mais velho recebeu durante um momento difícil: “Meu filho mais velho... Ele começou a ter

um problema na escola. E assim, a única escola que eu achei que abraçou ele, que cuidou... Foi a de lá.” Vendo a melhora dele, decidi que era melhor não o tirar de lá.

Suas expectativas para o futuro da ocupação é que se transforme em um projeto habitacional formal.

A expectativa é ganhar realmente o nosso cantinho. É mais estruturado. Porque querendo ou não aqui a gente fica assim... tem um banheiro ali, mas é para todo mundo. É compartilhado. Nada se compara a você ter o seu próprio banheiro dentro de casa.

Ela espera que todos os residentes tenham seu próprio espaço, com moradias mais estruturadas, pois, apesar das melhorias já conquistadas, a privacidade ainda é uma meta a ser alcançada. Através da ocupação, ela encontrou uma oportunidade de reconstruir sua vida, apoiar sua família e, ao mesmo tempo, contribuir para um movimento coletivo. Assim, a busca por moradias mais estruturadas é parte integrante dos esforços contínuos para garantir um futuro melhor para todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visou explorar as dinâmicas das ocupações urbanas e a resistência dos movimentos sociais na luta pelo direito à cidade, utilizando como estudo de caso a Ocupação João Pedro Teixeira, situada no centro da cidade de João Pessoa. As entrevistas realizadas com os moradores e a análise das condições de vida na ocupação revelaram tanto as motivações individuais que levaram as pessoas a se unirem ao movimento, quanto as transformações que essa experiência trouxe para suas vidas.

Percebemos que as motivações que levaram os entrevistados a se juntarem à ocupação estão profundamente enraizadas nas contradições do sistema capitalista, que cria e perpetua desigualdades socioeconômicas. Os ocupantes, em sua maioria, relataram histórias de vida marcadas por privações. Essa situação é resultado de um processo histórico de segregação socioespacial, onde a cidade é moldada para servir aos interesses do capital imobiliário, relegando os pobres às periferias ou à invisibilidade.

A escassez de emprego formal, a informalidade dos trabalhos com rendas insuficientes, o aumento dos aluguéis e a precariedade das condições habitacionais foram alguns dos fatores que os impeliram a buscar uma alternativa através da ocupação. Com a subsistência familiar como prioridade, a renda dessa população mais pobre é majoritariamente destinada à alimentação, bem como à medicamentos, o que torna inviável o custeio das despesas com moradia.

A precariedade das condições de vida, combinada com a falta de oportunidades econômicas, criou um ambiente de extrema vulnerabilidade para essas pessoas. Essa vulnerabilidade não era apenas material, mas também psicológica, sendo a

desesperança um sentimento comum entre os entrevistados antes de se unirem à ocupação.

Os relatos dos moradores demonstram a importância da ocupação como um espaço de acolhimento. Relatos como o do senhor que, após sofrer um AVC, encontrou na ocupação não só um lugar para viver, mas também uma nova razão para se sentir útil, exemplificam o impacto positivo deste movimento.

O ato de ocupar é também um ato de reivindicação de seus direitos, um espaço onde encontram forças para continuar lutando. A crítica ao sistema capitalista, presente em suas falas, revela uma compreensão de como a desigualdade e a exclusão são perpetuadas e de como a ocupação é uma forma de resistir a essa lógica.

A ocupação se transforma, então, em um espaço de resistência onde o poder do capital é contestado, e novas formas de solidariedade e comunidade são criadas. Essa resistência não busca a simples reforma do sistema existente, mas sua superação. Assim, a ocupação nos ensina que a mudança real só virá quando os oprimidos se organizarem e tomarem para si o que lhes é de direito.

As aulas de alfabetização e formação política e filosófica são exemplos de como a ocupação é um espaço de empoderamento e resistência, onde se constroem novos sujeitos políticos conscientes de seus direitos e de seu papel na luta. Mostrando que, apesar das inúmeras adversidades, as pessoas podem se organizar e lutar contra um sistema que busca mantê-las submissas e invisíveis.

É significativo notar o compromisso dos moradores em continuar a luta por moradia mesmo após garantirem suas próprias casas. Este compromisso com a continuidade da luta reflete uma consciência coletiva sobre a importância de transformar não apenas suas próprias vidas, mas também as condições de vida de outras pessoas que ainda sofrem.

As falas do coordenador João Batista reforçam essa dimensão coletiva da ocupação, demonstrando que ela é um movimento com uma visão política ampla. Ele ressalta que o objetivo do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) é lutar por um socialismo que assegure que o direito à cidade não seja privilégio de poucos, mas uma possibilidade para todos.

Para aqueles que vivenciam a opressão diária, a ocupação é uma forma de desafiar diretamente as estruturas de poder que perpetuam sua marginalização. Ela é um ato de insurgência contra a perversidade do capital, que transforma a moradia –

um direito humano básico – em mercadoria, acessível apenas a uma parcela privilegiada da população.

Sendo assim, as ocupações urbanas representam uma contestação direta à lógica neoliberal que governa a produção e a apropriação do espaço urbano. A cidade, sob o capitalismo, é moldada para servir aos interesses do mercado imobiliário, onde o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, transformando a moradia em mercadoria e privando aqueles que não conseguem se inserir nesse mercado. A Ocupação João Pedro Teixeira, dessa maneira, reapropria imóveis ociosos que, pela ótica capitalista, devem gerar lucro, mas que, pela ótica dos movimentos sociais e dos ocupantes, devem cumprir uma função social.

Neste sentido, as ocupações urbanas representam uma manifestação prática do conceito de direito à cidade, conforme formulado por Henri Lefebvre. A afirmação de Lefebvre de que a classe trabalhadora possui a capacidade exclusiva de concretizar o direito à cidade, se aprofunda nas narrativas dos moradores da Ocupação urbana João Pedro Teixeira. Tornou-se bastante claro que os indivíduos entrevistados possuem uma compreensão do que realmente significa construir uma cidade alinhada com as suas aspirações. Isto implica a disponibilidade de espaços de lazer acessíveis, residir nas proximidades dos seus locais de trabalho, incluindo desfrutar de opções de transporte convenientes dentro da cidade, muitas vezes sem a necessidade de um veículo pessoal. Essa é a utopia que se mantém expressa e viva, renascendo em ocupações.

Lefebvre mostra que essa luta pelo espaço urbano é contínua e que o espaço é um campo de conflitos e contradições, onde o ato de ocupar é tanto uma negação da ordem existente, quanto uma criação de novas possibilidades de organização social.

A ocupação de um prédio vazio é um movimento dialético, na medida em que ao negar a ordem existente – marcada pela desigualdade e pela negação de direitos básicos – os ocupantes criam uma nova realidade. Essa nova realidade não é apenas física, mas também social e política, pois ao ocuparem, os indivíduos se transformam em sujeitos ativos de sua própria história.

O conceito da dialética nos permite enxergar a ocupação como um processo dinâmico e contraditório. Nas entrevistas realizadas, essa dialética emergiu claramente, evidenciando as complexas interações entre a necessidade imediata de moradia e os desafios estruturais que persistem dentro das ocupações.

Se por um lado, os ocupantes agora possuem um espaço onde podem viver, por outro, as condições desse espaço frequentemente não são ideais. Alguns entrevistados relataram problemas de infraestrutura dentro da ocupação, como escadas inseguras, falta de água nos dormitórios e condições sanitárias inadequadas. Sob essa perspectiva, ao mesmo tempo em que a ocupação representa uma vitória, ela também expõe as deficiências e as dificuldades que acompanham o ato de ocupar.

Outra dimensão dialética revelada nas entrevistas é de que, para muitos dos ocupantes, a ocupação é vista como uma etapa em um processo maior que visa a conquista da moradia. Os moradores sabem que a ocupação, por si só, não resolve o problema habitacional de maneira definitiva; ela é um ponto de partida, onde o objetivo final, além da moradia, é a integração plena à cidade com todos os direitos que isso implica.

A ocupação, portanto, não é uma solução final, mas parte de um processo dialético maior, onde as contradições do espaço urbano são constantemente negociadas e transformadas. Os ocupantes estão cientes de que, enquanto conquistaram o direito de permanecer no espaço, a luta pela dignidade e pelas condições adequadas de vida ainda está em curso. Essa dialética entre conquista e limitação, entre resistência e necessidade de transformação contínua, é o que define a natureza da ocupação dentro do contexto da luta urbana.

Nesse sentido, as ocupações urbanas vão além de um objetivo político limitado à garantia do direito à moradia para aqueles que dela necessitam. Elas se configuram como instrumentos de contestação, questionando a maneira como a cidade capitalista contemporânea é estruturada e perpetuada. Não devendo ser vista como um fim em si mesma, mas como uma forma contínua de resistência.

Isto posto, este estudo apresenta algumas limitações que precisam ser reconhecidas.

A amostra de entrevistados, foi composta em sua maioria por mulheres, o que significa que outras perspectivas, como as de homens ou de crianças na ocupação, foram menos exploradas. Além disso, as condições de infraestrutura e os desafios enfrentados pelos ocupantes foram analisados com base em percepções subjetivas, o que pode não capturar completamente a complexidade das questões técnicas e estruturais envolvidas.

Adicionalmente, deve-se destacar que a pesquisa incluiu apenas uma entrevista com um militante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB),

especificamente com o coordenador João Batista. Isso implica que a visão do movimento foi representada por um único ponto de vista, o que pode não abranger a pluralidade de experiências e estratégias adotadas pelo movimento em diferentes contextos e ocupações.

Outro ponto importante é a limitada participação da pesquisadora no cotidiano dos moradores da ocupação. Durante as visitas de campo, houve momentos em que praticamente não havia ninguém disponível para ser entrevistado, uma vez que muitos dos moradores saíam para trabalhar, buscar alimentos ou realizar outras atividades rotineiras. Essa dificuldade de inserção restringiu a profundidade da análise.

Assim, no nosso entender, como propostas futuras, consideramos que seria importante uma presença mais prolongada na ocupação, que colocasse o pesquisador no papel de observador participante, de modo a captar as rotinas do local e as vivências dos moradores de forma mais natural.

Por conseguinte, a pesquisa não tocou em questões mais amplas relacionadas ao processo de turistificação que a cidade de João Pessoa está enfrentando. O aumento do número de aluguéis, impulsionado pela especulação imobiliária, reflete uma política moldada por governos que priorizam o lucro e a reprodução do capital acima das necessidades habitacionais da população. A elaboração do Plano Diretor da cidade, feita de maneira precária com pouca participação popular efetiva, sem considerar as especificidades locais, também é um elemento que contribui para a precarização das condições de vida das populações mais vulneráveis, como aquelas que recorrem às ocupações. Embora essas questões não tenham sido abordadas nesta pesquisa, elas possuem relação com o tema, uma vez que refletem as mesmas dinâmicas de exclusão que as ocupações buscam contestar.

Dadas as limitações identificadas, existem várias áreas que poderiam ser exploradas em pesquisas futuras para aprofundar a compreensão sobre as ocupações urbanas e os movimentos sociais no Brasil.

Como, por exemplo, expandir a análise para incluir a perspectiva de outros grupos dentro das ocupações, como homens, crianças e idosos, explorando como as questões de gênero, idade e estrutura familiar influenciam a experiência da ocupação. Dentre elas, a abordagem da posição das mulheres na luta pela moradia, o que demandaria um estudo mais aprofundado das relações de gênero e raça. Visto que, um aspecto notável demonstrado pelas entrevistas é o protagonismo das mulheres na ocupação. Das dez entrevistas realizadas, sete foram com mulheres, que são as

principais responsáveis por suas famílias. Isso revela a importância de analisar as ocupações urbanas sob uma perspectiva de gênero, reconhecendo que as mulheres frequentemente estão na linha de frente das lutas por moradia, não apenas como beneficiárias, mas como líderes e organizadoras.

Outra possibilidade de pesquisa seria incluir entrevistas com mais militantes do MLB e de outros movimentos sociais, a fim de captar uma diversidade maior de perspectivas internas e compreender melhor as dinâmicas de organização e a articulação das estratégias de luta.

Por fim, a criminalização dos movimentos sociais, particularmente das ocupações urbanas, é uma estratégia recorrente do Estado, da mídia e das elites econômicas, a fim de minar e reprimir a luta pelos direitos básicos. Este ato de criminalização vai além de meras questões jurídicas; reflete as contradições inerentes ao capitalismo, que dá prioridade à preservação da ordem social e espacial existente, tratando o espaço como uma mercadoria e não como um bem comum. O Estado serve como uma ferramenta do capital, utilizando a lei e a força para salvaguardar os interesses dos proprietários e dos especuladores, ao mesmo tempo que oprime aqueles que desafiam este sistema. As ocupações urbanas, ao afirmarem o direito à cidade, desafiam diretamente a hegemonia do capital. Consequentemente, os ocupantes muitas vezes tornam-se alvos de violência policial, despejos forçados e difamação.

Além dos entrevistados mencionados, dialogamos informalmente com um comerciante local, para obter sua perspectiva sobre o tempo em que o prédio esteve fechado. Durante a conversa, ele nos deu a seguinte resposta:

Esse prédio aí, aliás, a prefeitura comprou para fazer um shopping nele. Só que aí... esse prédio aqui tá invadido, entendeu? Não estava abandonado, estava fechado, né? Estava fechado. Passou um tempo e foi fechado. Isso aqui foi comprado para isso, pra fazer o shopping. Só que até agora ninguém fez nada. Aí o pessoal chegou e invadiu. Aí está invadido. Agora, só que invadido foi assim, né? Porque o certo mesmo, isso aqui foi comprado para a gente. Isso aqui foi dinheiro público comprado pra gente.

A fala do comerciante, ao afirmar que o prédio "não estava abandonado, estava fechado", revela uma visão que, consciente ou inconscientemente, contribui para a estigmatização da ocupação e de seus moradores. Essa distinção entre "abandonado" e "fechado" reflete uma percepção que minimiza a legitimidade da ocupação ao sugerir que o prédio ainda mantinha algum valor ou potencial que, de certa forma,

justificaria sua inatividade. Essa narrativa alimenta o discurso da criminalização das ocupações, ao retratar os ocupantes como invasores que se apropriam de algo que, ainda pertencia ao poder público ou a algum projeto futuro, mesmo que não concretizado.

Essa perspectiva revela uma internalização da lógica dominante que criminaliza a luta por moradia, tratando-a como um ato de desordem ou ilegalidade, ao invés de uma reivindicação legítima de direitos básicos. Para o comerciante, a ocupação não é vista como uma solução para um problema social, mas sim como uma transgressão, um ato de desrespeito ao que ele entende como propriedade pública ou privada.

A criminalização, sob essa ótica, é também um processo que se enraíza nas percepções e discursos cotidianos das pessoas. A fala do comerciante exemplifica como essa criminalização pode ser reproduzida dentro da própria comunidade, mesmo entre aqueles que vivem na mesma realidade de exclusão e precariedade.

Considerando o exposto, para a realização desta pesquisa, foi necessária sensibilidade para a problemática abordada e uma disposição e abertura para entrar num espaço que todos julgavam conhecer, mas que é desconhecido. Nesse sentido, para contrariar a tendência estigmatizante que esses locais sofrem, fomos olhar a ocupação através das vozes que lhe dão vida, e que muitas vezes, são silenciadas no discurso público e político. Dessa forma, ao explorar as trajetórias de vida dos habitantes, tentamos desconstruir a crença dominante de que ocupar é sinônimo de invadir e que os ocupantes são criminosos. Assim, a ocupação abrange indivíduos com experiências variadas, com trajetórias de vida marcadas por lutas por melhores condições, situações profissionais e modos de viver distintos.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Betina; MOREIRA, Karine; LELYS, Kassya Lanuse. A moradia e a pandemia. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**. v.7, n.12 (2021).

Disponível em

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/11428>. Acesso em jun. 2023.

ALMEIDA, Amanda Silva. **As ocupações urbanas na mídia local: Uma análise das notícias e dos comentários sobre as ações dos sem-teto em Uberlândia – MG**. Revista Eletrônica de Geografia, v.9, n.22, p. 150-161, mai./ago. 2018.

ALMEIDA, Hélio Jorge; VIEIRA, Bruno; SANTOS, Jorge Luiz. A criminalização midiática do movimento social de luta pela moradia digna. **Revista de Direito da Cidade**. v. 11, n. 4 (2019). Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/39597>. Acesso em jun. 2023.

AMBROZIO, Júlio. **O conceito de território como campo de poder Microfísico**. Revista de Geografia, v. 3, nº 2, p. 1-10, 2013, Juiz de Fora.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. As áreas de preservação permanente e a questão urbana. Brasília: Câmara dos Deputados/Consultoria Legislativa, 2002.

AZEVEDO, E. Geografia Urbana de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1987.

Portal Correio. Após prisão de traficante, órgãos cumprem mandado de reintegração de posse na Comunidade Dubai, 2021. Disponível em: <<https://portalcorreio.com.br/apos-prisao-de-trafficante-orgaos-cumprem-mandado-de-reintegracao-de-posse-na-comunidade-dubai/>>. Acesso em: jan. 2023.

ARAÚJO, Hellen Nicácio; COURA, Alexandre. Ocupação de prédios públicos pelos movimentos dos “sem-teto” e a desobediência civil: reflexão sobre o direito à moradia à luz do paradigma do estado democrático de direito. **Revista de Direito da Cidade**. v. 10, n. 4 (2018). Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/34188>. Acesso em jun. 2023.

ARAÚJO, Paulo Henrique. As categorias Classes Sociais e Estado no livro primeiro de O Capital. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. n.56, 2020. Disponível em <<https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/567>>. Acesso em ago. 2023.

AVRITZER, Leonardo; LYYRA, Timo. Movimentos Sociais, Renovação Cultural e o Papel do Conhecimento: entrevista de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyyra. **Novos estudos**. n.40. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/63146064/alberto-melucci-entrevista-movimento-social-renovacao-cultural-e-o-papel-do-conhecimento>. Acesso em jun. 2023.

BAHIA, Flávia. **Direito Constitucional**. 4. ed. JusPODVM: Bahia, 2020.

BARROS, Janaina Visibeli. **Meios de comunicação da territorialização do capital**. v.14, nº 2, p. 261-287, maio/ago. 2020, São Paulo.

BATISTA, Carla. Movimentos sociais e famílias sem-teto realizam ato para cobrar prorrogação de proibição de despejos na PB. **MST.org**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/06/22/movimentos-sociais-e-familias-sem-teto-realizam-ato-paracobrar-prorrogacao-de-proibicao-de-despejos-na-pb/>>. Acesso em: de jun. de 2023.

BORGES, L. F. R. O conteúdo lógico-normativo da propriedade e sua função social. **Quaestio iuris**, v. 09, n. 01, pp. 15-38, Rio de Janeiro, 2016.

BORGES, M. Amelia. **Território e territorialidade – uma abordagem contemporânea, tendo o cinema da retomada como inspiração**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, p. 2159-2178

BOULOS, G. **Por que ocupamos**. Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

BRASIL. **Assembléia Constituinte de 1946**; Anais da Assembléia Constituinte, Organizados pela Redação de Anais e Documentos Parlamentares. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946-1949.

BRASIL. **Constituição 1934**. Assembléia Nacional Constituinte; emendas à redação final da Constituição de 1934. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: Brasília, 05 out. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: dez. 2020.

BRAUN, Júlio César; NOGUEIRA, Francis Mary. A criminalização dos movimentos sociais do campo e o papel da mídia na manutenção dos interesses capitais/ The criminalization of social movements in the field and the role of the media in maintaining capital interests. **The Brazilian Journal of Development (BJD)**. v.6, n.7 (2020). Disponível em <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/13284>. Acesso em jun. 2023.

BUONFIGLIO, L. V. **O resgate do centro de Porto Alegre: A luta dos sem-teto pelo direito à moradia**. Dissertação (mestrado em Geografia). UnB, Brasília, 2007.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 1993. Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1993>>. Acesso em: mar. 2024.

CARLOS, A. F. A. **Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”**. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, V.11, N.01, 2020, p.349-369.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CARNEIRO, Giovana. O que é e como atua o MLB, movimento que ocupou supermercados em 9 capitais. **UOL**, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/12/17/movimento-de-luta-nos-bairros-vilas-e-favelas-ocupacao-supermercados.htm>>. Acesso em: dez. 2022.

CARRER, Juliano; GIACOMAZZO, Graziela Fátima. Movimentos sociais na cultura digital e formação humana. **Práxis Educativa**. V.15, n.1 (2020). Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092020000100106&script=sci_arttext. Acesso em jun. 2023.

CARVALHO, Camila; FRIDMAN, Fania; STRAUCH, Júlia. Desigualdade, escala e políticas públicas: uma análise espacial dos equipamentos públicos nas favelas cariocas. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193157941014>. Acesso em 28 jul. 2023.

CENSO DEMOGRÁFICO 2022. População e domicílios. Primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

CERQUEIRA, Laerte; NUNES, Angélica. Cerca de 40 famílias ocupam prédio no ponto de Cem Réis em João Pessoa. **Jornal da Paraíba**, 2022. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/conversa-politica/2022/04/05/familias-ocupam-predio-ponto-de-cem-reis-joao-pessoa>> Acesso em: dez. 2022.

CERQUEIRA, Laerte; NUNES, Angélica. Famílias da Comunidade Dubai vão receber auxílio-moradia de R\$ 400. **Jornal da Paraíba**, 2022. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/conversa-politica/familias-da-comunidade-dubai-vao-receber-auxilio-moradia-de-r-400>>. Acesso em: jan. 2023.

Comissão Pastoral da Terra - HISTÓRICO. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>>. Acesso em: mar. 2024.

COUTINHO, Adelaide; MUNIZ, Raquel Suzana; NASCIMENTO, Rita de Cássia. Luta pela terra, criminalização dos movimentos sociais (do campo) e educação. **Revista Aurora**. v.5, 2012. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/2363>. Acesso em 09 ago. 2023.

DEMARCHI, Carlos Henrique. Movimentos sociais e democratização da comunicação no Brasil: desafios contemporâneos. **Extraprensa**. v.11, n.1 (2017). Disponível em <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/139703>. Acesso em jun. 2023.

DESABRIGADOS ocupam prédios abandonados. **WSCON**, 2012. Disponível em: <https://wscom.com.br/movimento-sem-teto-invade-nacoes-unidas-laudo-aponta-risco-de-desabamento-e-predio-esta-em-vias-de-moradia-pela-pmjp/>>. Acesso em: jan. 2023.

DROGAS são apreendidas e homem é preso durante desocupação na comunidade 'Dubai', em João Pessoa. **G1 Paraíba**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/11/23/drogas-sao-apreendidas-e-homem-e-preso-durante-desocupacao-na-comunidade-dubai-em-joao-pessoa.ghtml>>. Acesso em: jan. 2023.

FACHIN, Patricia. Crise habitacional é consequência do modelo de desenvolvimento urbano. Entrevista especial com Luiz Kohara. **Cartamaior**, 2018. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cidades/Crise-habitacional-e-consequencia-do-modelo-de-desenvolvimento-urbano-Entrevista-especial-com-Luiz-Kohara/38/40252>>. Acesso em: set. 2019

FACHIN, Zulmar Antônio; PAGLIARINI, Alexandre. Movimentos sociais na Constituição Brasileira de 1988: A construção da democracia e dos direitos humanos. **Revista Direitos Humanos e Democracia**. v. 6 n. 12 (2018). Disponível em <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/8267>. Acesso em jun. 2023.

FAMÍLIAS de sem teto são retiradas do antigo Hotel Tropicana. **Jornal da Paraíba**, 2016. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/vida_urbana/familias-de-sem-teto-sao-retiradas-do-antigo-hotel-tropicana>. Acesso em: jan. 2023.

FEITOSA, Stéfany; CHAVES, Fábio. A Liberdade de Imprensa e o Direito ao Esquecimento: ponderações hermenêuticas no direito brasileiro. **Revista Humanidades e Inovação**. v. 8 n. 66 (2021). Disponível em <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5590>. Acesso em jun. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **DHNET.org**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>>. Acesso em: julho, 2023.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra livre, n. 15, p. 59-85, São Paulo, 2000.

FIORUCCI, R. A nova geração do jornalismo crítico: mídia alternativa. **Diálogos**, v. 15, n. 2, 1 dez. 2011.

GIACOBBO, Guilherme; HERMANY, Ricardo. Os impasses da política urbana frente à garantia do direito à cidade no Brasil. **Culturas Jurídicas**. v. 6 n. 14 (2019). Disponível em <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45229>. Acesso em jun. 2023.

GINTERS, Isabel; TORRES, Stacy. **Cartilha Reforma Urbana Já!** São Paulo: Instituto Polis, 2016.

GOTTDIENER, M. The Social Production of Urban Space. Austin: University of Texas Press, 1985.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011.

GOMES, José Cleudo; ZENAIDE, Maria de Nazaré. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**. v. 8 n. 1 (2019). Disponível em <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3402>. Acesso em jun. 2023.

GOMES, Orlando, Direitos Reais – 21^o ed. Rio de Janeiro, Forense, 2012.

GOMES, Pedro Gilberto. **Dos meios à midiatização**: um conceito em evolução. São Leopoldo: UNISINOS, 2017.

GOMES, Polyana. 34^a Romaria da Terra na Paraíba acontece neste sábado (28) e tem como tema "Terra Conquistada, Pão Partilhado". **Brasil de Fato PB**, 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefatopb.com.br/2023/10/27/34-romaria-da-terra-na-paraiba-acontece-neste-sabado-28-e-tem-como-tema-terra-conquistada-pao-partilhado>>. Acesso em: jan. 2024

GONÇALVES, Isabella; FREITAS, Túlio. QUEM OCUPA NÃO TEM CULPA Desumanizar e culpabilizar as vítimas é racismo. **MTST**, 2018. Disponível em: <<https://mtst.org/noticias/quem-ocupa-nao-tem-culpa-desumanizar-e-culpabilizar-as-vitimas-e-racismo/>>. Acesso em: dez. 2022.

GONÇALVES, R. C.; LAVIERI, M. B. F.; LAVIERI, J.; RABAY, G. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1999. cap.2, p. 39-65.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP> Alinea, 2001. Disponível em: <<https://doceru.com/doc/evs8n8n>>. Acesso em: julho, 2023.

G1 PB (João Pessoa) (ed.). **Comunidade ‘Dubai’, em João Pessoa, é desocupada após decisão judicial.** Mais de 400 famílias ocupam o local, que fica em uma área de preservação ambiental com 15 hectares de Mata Atlântica, diz PM. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/11/23/comunidade-dubai-em-joao-pessoa-e-desocupada-apos-decisao-judicial.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2024.

G1. Muro de prédio construído na areia da Praia do Bessa em João Pessoa vai ser derrubado. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/05/31/muro-de-predio-construido-na-areia-da-praia-do-bessa-em-joao-pessoa-vai-ser-derrubado.ghtml>. Acesso em: jan. 2024.

HELOISA DE SOUSA (João Pessoa) (ed.). **Despejo da ocupação sem teto Dubai revolta Direitos Humanos e população pessoense:** sem seguir nenhuma recomendação da justiça, prefeitura violou liminar do STF. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/11/24/despejo-da-ocupacao-sem-teto-dubai-revolta-direitos-humanos-e-populacao-pessoense>. Acesso em: 13 ago. 2024.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.* São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrôpole.** v.21, n.46 (2019). Disponível em <https://www.scielo.br/j/cm/a/VwmjbjkMZB7PYMvxTwZrXf9t/abstract/?lang=pt>. Acesso em jun. 2023.

IHERING, Rudolf von. **Teoria simplificada da posse.** Belo Horizonte: Líder, 2004.

KOHARA, Luiz Tokusi; SILVA, Marcos José. Processos de formação e aprendizagens promovidos pelo Programa Urbano nos Movimentos de Moradia em São Paulo. **Revista e-Curriculum.** v.14, n.2 (2016). Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-38762016000200519&script=sci_abstract. Acesso em jun. 2023.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade.* 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço.* Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 1. versão. São Paulo: Ed. Centauro, 2006. Tradução de: *La Production de L'Espace.* 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEITE, P. S. C. **Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades.** Atas CIAIQ 2017 -Investigação qualitativa em educação, v. 1, p. 847-856, 2017.

LEONETTI, C. A. **Função Social da Propriedade: Mito ou Realidade?** RDC, n. 3, jan/fev, 2000.

LIMA, Thiago de. **O Hiperpreariado em movimento: a territorialização contraditória da luta por moradias em João Pessoa – PB.** Tese (pós-graduação em Geografia). UFPB. João Pessoa, 2017.

MAIA, D. S. **Notas sobre a urbanização da cidade de João Pessoa: do processo e do seu reverso.** *Rev. Paraibana de Geografia*, João Pessoa, v. 3(1), p. 59-77, julho. 2001.

MANIFESTANTES invadem supermercado de João Pessoa e pedem cestas básicas; há prisões. **PB Hoje**, 2022. disponível em: <<https://www.pbhoje.com.br/noticias/116714/manifestantes-invadem-supermercado-de-joao-pessoa-e-pedem-cestas-basicas-ha-prisoas.html>>. Acesso em: jan. 2023.

MANIFESTANTES protestam por moradia, ocupam Caixa e fecham avenidas de João Pessoa. **Portal Correio**, 2015. Disponível em: <<https://portalcorreio.com.br/manifestantes-protestam-por-moradia-ocupam-caixa-e-fecham-avenidas-de-joao-pessoa/>>. Acesso em: jan. 2023.

Mãos Dadas, 23.04.2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/maosdadaspb/posts/pfbid02zBUQXKygizC9TmZ9q5ViYeDaskJmyCnt4A1qDv3xEzhLhPDiwML5FfFVzNRKs4EI>>. Acesso em: ago. 2023

MARICATO, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade.* Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil.** In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, A. M. **Movimentos Sociais de Luta pelos Direitos a Moradia e a Cidade: a ressignificação dos espaços urbanos.** Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/5737073/Movimentos_Sociais_de_Luta_pelos_Direitos_a_Moradia_e_a_Cidade_a_resignifica%C3%A7%C3%A3o_dos_espacos_urbanos>. Acesso em: dez. 2022.

MARTINS, Marina; NUNES, Márcia. A imprensa alternativa como aliada ao movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil. **Revista Latino-americana de Jornalismo – ÂNCORA.** v.7, n.1 (2020). Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/53842>. Acesso em jun. 2023.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. **Moradia e Mananciais: tensão e diálogo na metrópole.** São Paulo: FAUUSP/LABHAB, 2006.

MASSON, Nathália. **Manual de Direito Constitucional.** 7. ed. JusPODIVM: São Paulo, 2019.

MELLUCI, Alberto. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução: Maria do Carmo Alves do Bomfim. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

Mídia Ninja. **Ocupações de prédios abandonados ganham força em Porto Alegre.** Pelo menos 4 ocupações já ocorreram no centro da cidade após enchentes. 20 de junho de 2024. Disponível em: <https://midianinja.org/ocupacoes-de-predios-abandonados-ganham-forca-em-porto-alegre/>. Acesso em jun. 2024.

MLB - Paraíba. **O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas é nacionalmente organizado em torno da luta pela Reforma Urbana e pelo direito de morar dignamente.** João Pessoa. Instagram: @mlb.paraiba. Disponível em <https://www.instagram.com/mlb.paraiba/following>. Acesso em: jun. 2024

MLB. **Morar dignamente é um direito humano**, abril de 2014. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/formacao>>. Acesso em ago. 2023.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão.** João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOVIMENTO Sem Teto invade “Nações Unidas”; laudo aponta risco de desabamento e prédio está em vias de moradia pela PMJP. **WSCOM**, 2019. <Disponível em: <https://wscom.com.br/movimento-sem-teto-invade-nacoes-unidas-laudo-aponta-risco-de-desabamento-e-predio-esta-em-vias-de-moradia-pela-pmjp/>>. Acesso em: jan. 2023.

NASCIMENTO, Anne Karoliny. **Os movimentos sociais urbanos e a luta pelo direito à cidade: uma análise do Varadouro Cultural (João Pessoa – Paraíba).** Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, p. 133, 2017.

NASCIMENTO, Rhuan; SILVA, Alessandro. A Propriedade na Doutrina Social da Igreja Católica. **Revista de Geopolítica.** v.9, n.2 (2018). Disponível em <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/224>>. Acesso em jun. 2023.

NIARADI, George Augusto. O Cala a Boca Não Morreu – A Liberdade de Imprensa no Brasil. **Revista Jurídica OAB Tatuapé.** v. 1 n. 1 (2022). Disponível em <<https://revista.oabtatuape.org.br/index.php/revista/article/view/23>>. Acesso em jun. 2023.

NOBRE, CARLOS EDUARDO. **Da criminalização dos movimentos sociais aos conflitos territoriais: em torno das experiências de dois movimentos de sem-teto em Maceió-AL.** OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.6, n.16, p. 131-155, mai. 2014.

OLIVEIRA, Andréa Cristina. Movimentos sociais urbanos: um breve histórico. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 6, 1999. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10321>. Acesso em ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.** Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em jun. 2023.

PADUA, Rafael Faleiros de. A cidade, os conflitos e a potência das lutas sociais. **Brasil de Fato PB**, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefatopb.com.br/2022/09/20/a-cidade-os-conflitos-e-a-potencia-das-lutas-sociais>>. Acesso em: out. 2022.

PADUA, Rafael Faleiros de. A Ocupação João Pedro Teixeira e o Direito à cidade. **Brasil de Fato PB**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2022/06/01/a-ocupacao-joao-pedro-teixeira-e-o-direito-a-cidade>. Acesso em: dez. 2022.

PADUA, Rafael Faleiros de. Fórum Estadual da Reforma Urbana da Paraíba e a diversidade das lutas urbanas. **Brasil de Fato PB**, 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefatopb.com.br/2023/02/08/forum-estadual-de-reforma-urbana-da-paraiba-e-a-diversidade-das-lutas-urbanas>>. Acesso em: ago. 2023.

PADUA, Rafael Faleiros de. Lutas urbanas, cotidiano e emancipação. *In*: Carlos, A.F.A.; Alves, G.A.; Padua, R.F. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

PADUA, Rafael Faleiros de. O habitar como horizonte utópico. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, 2019. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/162950>>. Acesso em ago. 2023.

PARA MST, 2014 será de “confronto e resistência a latifúndios”; na PB já são 15 mil acampados. **Portal Correio**, 2014. Disponível em: <<https://portalcorreio.com.br/para-mst-2014-ser-de-confronto-e-resistncia-a-latifndios-na-pb-j-so-15-mil-acampados/>>. Acesso em: jan. 2023.

Paraíba Já. Justiça paralisa obra de prédio de luxo em JP por suspeita de crime ambiental. 2023. Disponível em: <https://paraibaja.com.br/justica-paralisa-obra-de-predio-de-luxo-em-jp-por-suspeita-de-crime-ambiental/>. Acesso em: jan. 2024.

PETISTAS e integrantes do MLB são detidos após invadir supermercado em João Pessoa e exigir doação de cestas básicas. **Além do Fato**, 2022. Disponível em: <<https://alemdofato.com/noticia/7019/petistas-e-integrantes-do-mlb-sao-detidos-apos-invadir-supermercado-em-joao-pessoa-e-exigir-doacao-d.html>>. Acesso em: jan. 2023.

PONTES, Maria Lúcia. Direito a Moradia – Expressão da Dignidade da Pessoa Humana e seus desdobramentos – terra, teto e trabalho. **Revista da Cultura Religiosa – PUC Rio**. n.2 (2022). Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_cre.php?strSecao=fasciculo&fas=60854&NrSecao=X3&nrseqcon=59079>. Acesso em jun. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. SP: ed. Ática,1993.

REINTEGRAÇÃO de posse: Mais de 100 famílias são retiradas de terreno na zona sul de JP. **WSCOM**, 2019. <Disponível em: <https://wscom.com.br/reintegracao-de-posse-mais-de-100-familias-sao-retiradas-de-terreno-na-zona-sul-de-jp/>>. Acesso em: jan. 2023.

REIS, Rut. Desafios para um programa de estudos sobre Comunicação e Territorialidades. *In*: Reis, R.; Zanetti, D. Comunicação e territorialidades poder e cultura, redes e mídias. Espírito Santo.

RIBEIRO, Fabiana. **A luta pelo espaço da segurança da posse à política de regularização fundiária de Interesse Social em São Paulo**. Tese (doutorado em geografia). USP, São Paulo, 2012.

RIBEIRO, F. V. A prática socioespacial da resistência. *In*: Carlos, A.F.A; Santos, C.S; Alvarez, I.P. **Geografia urbana crítica teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018.

RIZZI, Arthur; SILVA, Ricardo; LUIS OREIRO, José. A Doutrina Social da Igreja Católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis?. **Revista de Economia Política**. v.39, n.4 (2019).

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Direito à cidade e o Estatuto da cidade**. CIDADES. v. 2, n. 3, 2005, p. 89-110

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1989.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade: um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco**: FFCLH, 2009, 314.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1997.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. **Paz e Terra**. 1. ed. Rio de Janeiro, 1988.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: Consejo, 2007.

SANTOS, Regina. **Movimentos sociais urbanos**. 1 ed. Unesp: São Paulo, 2008.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **Está na hora de ver as cidades como elas são de verdade**. Rio de Janeiro: Ibmam, 1986.

SAULE JR. Nelson; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. **Base dph**, 2009. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>. Acesso em: dez. 2022.

SCORSATTO, Eduardo Nischespois. **Conflitos, usos e atores políticos-territoriais: os casos das ocupações por habitação Chácara Bela Vista e Valinhos II em passo fundo, Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SELES, Andreia; FERREIRA, Lucimária. Os movimentos sociais no Brasil e as contribuições para a classe trabalhadora. **Multidebates**. v. 3 n. 2 (2019). Disponível em <<http://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/168>>. Acesso em jun. 2023.

SEM-TETO invadem terrenos por trás do Centro de Convenção de João Pessoa. **Portal Correio**, 2014. Disponível em: <<https://portalcorreio.com.br/sem-teto-invadem-terrenos-por-trs-do-centro-de-convenes-de-joo-pessoa/>>. Acesso em: jan. 2023

SILVA, Brígida; LOPES, Vanessa Cristina; VIEIRA, Júlia. O direito à cidade das pessoas em situação de rua frente à pandemia da COVID-19. **Scias Direitos Humanos e Educação**. v.4, n.1 (2021). Disponível em <<https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducao/article/view/5483>>. Acesso em jun. 2023.

SILVA, G. F. da. João Pessoa: Espaço, Memória e Cultura. João Pessoa: Editora A União, 2000.

SILVA, Mário Luiz; DUSEK, Patrícia Maria; MIRANDA, Maria Geralda. Direito à Cidade e à Moradia: O vácuo entre a lei e a realidade. **Revista Juscontemporânea**. v. 2 (2021). Disponível em <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/revistajuscontemporanea/article/view/484>>. Acesso em jun. 2023.

SMITH, Neil; DUNCAN, B.; REID, L. **From disinvestment to reinvestment: tax arrears and turning points in the East Village**. Housing Studies, 1989.

SMITH, Neil. **Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space**. In: SMITH, Neil; WILLIAMS, Peter (ed.). Gentrification of the City. London: Allen & Unwin, 1986.

SMITH, Neil; LEFAIVRE, M. **A class analysis of gentrification**. In: LONDON, B.; PALEN, J. (ed.). Gentrification, Displacement and Neighbourhood Revitalization. Albany: State University of New York Press, 1984.

SMITH, Neil. **Towards a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people**. Journal of the American Planning Association, v. 45, 1979.

SOJA, Edward. **The socio-spatial dialectic**. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, 1980.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana. **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa-PB**. Tese (Doutorado). Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SOUZA, J. W. F. de. **Mas afinal, de quem é o terreno? Resistência dos movimentos sociais e luta por moradia em Aquidauana – MS**. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2022.

SOUZA, Randolpho Natil de. **Território e Mídia: cannabis na imprensa digital**. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

STEFANO, Daniela. Movimento de Trabalhadores por Direitos estreia coluna no Brasil de Fato. **Brasil de Fato**, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/06/movimento-de-trabalhadores-por-direitos-estrela-coluna-no-brasil-de-fato>>. Acesso em ago. 2023.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo**. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

TRINDADE, T. A. O QUE SIGNIFICAM AS OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS EM ÁREAS CENTRAIS? **Caderno CRH**, v. 30, n. 79, p. 157–173, abr. 2017.

UFPB, projeto de extensão. Lutas Urbanas Em Busca Do Direito à Cidade: Ações E Debates Sobre as Lutas Urbanas. edição n.º 3, abr. 2022.

VALADÃO, Laís Ribeiro; REGIS, Helena; AYRES, Paula Helena. Conceitos fundamentais de Marx. **Mundo Livre**. v. 8 n. 2, 2022. Disponível em <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/55030>. Acesso em 28 jul. 2023.

VALE, Kátia Cristina do; GARCIA, Maria Franco. **A dinâmica geográfica da luta pela moradia em João Pessoa no último decênio (1998-2008): dez anos de transformações (ou) mudanças e permanências**. *Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

VÍDEO E FOTOS: Integrantes do MLB também invadiram supermercados em outras capitais do país; manifestantes foram presos em João Pessoa. **Blog do BG**, 2022. Disponível em: <<https://www.blogdobg.com.br/video-e-fotos-integrantes-do-mlb-tambem-invadiram-supermercados-em-outras-capitais-do-pais-manifestantes-foram-presos-em-joao-pessoa/>>. Acesso em: jan. 2023.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 2001.

VOLANIN, Leopoldo. **PODER E MÍDIA: A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL NAS ÚLTIMAS TRINTA DÉCADAS**. 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

WULFING, Juliana; BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra. Direitos Humanos e Movimentos Sociais como manifestação para a transformação do Estado Brasileiro. **Index Law Journals**. v. 2, n. 1 (2016). Disponível em <https://indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/article/view/386>. Acesso em jun. 2023.

APÊNDICE A - Entrevista/conversa com o coordenador do MLB

Esta seção apresenta uma entrevista realizada com João Batista, coordenador do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e um dos principais articuladores da ocupação João Pedro Teixeira. A entrevista foi realizada via Google Meet, em junho de 2024, e teve como objetivo explorar as práticas do MLB no contexto da luta pela moradia e a implementação de ocupações urbanas. A seguir, são apresentadas as perguntas formuladas e as respostas fornecidas pelo entrevistado.

Thayssa Nery: Qual foi a motivação para o surgimento do MLB e qual é o principal objetivo do movimento?

João Batista: A preocupação primeiro vem da necessidade do surgimento do próprio MLB, o surgimento do MLB porque a gente tem a linha política de lutar pelo socialismo. E a gente já tinha aí em 99, a gente já tinha bastantes movimentos que lutava pela moradia, mas a gente precisava de uma política que defendesse uma reforma urbana, que fosse encontro a um objetivo fundamental que seria garantir uma cidade que fosse social, que ela atendesse às necessidades da população, da sociedade. E isso, esse grupo político, ele já entendia que já não era mais, já não estava mais dentro da visão desses movimentos que lutavam pela moradia. E a gente entende que a moradia não é apenas as quatro paredes com um telhado, com um teto. E no avanço dessa política a gente viu a necessidade de se lançar um movimento

com essas características, até porque a gente passou alguns anos no início ali, que o intuito era fazer uma frente de debate, de ir em busca dessa política, de trazer essa perspectiva para a sociedade, porque a gente não via, mas aí, como é muito gritante, essa necessidade da moradia para a sociedade, tornou-se o cartão de visita, digamos assim, do movimento à luta pela moradia, diante da necessidade. E aí a gente passou a fazer esse trabalho, que é o grande objetivo, a organizar as famílias que não têm condição de adquirir uma moradia digna para fazer essa crítica, fazer essa crítica da falta de moradia. E depois de bater em várias portas, tanto no âmbito municipal, estadual e federal, a gente viu que a opção que restava para os trabalhadores e para o povo era o processo de fazer essa luta. Então a ocupação é um instrumento de luta da sociedade, que é desamparada do poder público. Em suma, e os políticos tradicionais em si, quando vão concorrer aos cargos dos poderes, eles dizem que essa é desse povo, dessa sociedade dos que mais precisam, o que não se torna realidade. Quando passam para os cargos, quando se impostam, eles passam para administrar o Estado em benefício da classe, que já é bastada, que já domina, que já tem as riquezas.

E resta para o povo pobre fazer essa crítica, se organizar e fazer essa crítica social da necessidade de serem vistos, de ser ouvido, de ter essa oportunidade de ter uma moradia. Então o MLB nasce com essa visão e aí passa a organizar as famílias e a ocupação é esse instrumento de luta. A ocupação, a gente costuma dizer, que ela é a greve dos sem tetos. Porque quando a gente conhece as categorias diversas aí, quando estão enfrentando as precariedades, então fazem uma greve para resolver aquelas pendências, do mesmo jeito a gente organiza o povo pobre com essa mesma visão que não tem onde morar, são os trabalhadores na sua maioria que são os assalariados. Hoje com o salário mínimo a dificuldade é gritante para se pagar o aluguel e sobreviver. E aí o movimento faz esse trabalho de ocupação para fazer essa crítica ao Estado, para mostrar isso, essa necessidade de ter a produção de moradia social para o povo trabalhador. Então a grande importância da ocupação, o que se leva a fazer a ocupação é fazer a greve dos sem tetos, dizer que é necessário fazer a produção de moradia, aí a gente faz as reuniões nas comunidades, faz os panfletos, os convites, organiza as pessoas, faz um processo mínimo ali de formação para que também a pessoa não vá para uma ocupação achando que é para ganhar uma casa e pronto. Não resolve o problema da sociedade ter só uma casa. E a gente faz esse trabalho e chega à ocupação. Chega à ocupação, já é o processo ali de enfrentamento

em primeiros momentos para não acontecer desocupação, e aí corremos também atrás de aliados, então geralmente são mais os políticos de esquerda, dos partidos progressistas, mais progressistas que dão o apoio, aquele apoio, o eventual ali. Tem alguns que até se apoderam da luta, toma pra si, faz grandes investidas e está ali dando assistência aquele povo, defendendo a causa também, e outros fazem essa participação pontual, muitas vezes no momento da ocupação, muitas vezes no processo de resistência ali, nas ações de despejo, então ajuda juridicamente, dá contribuições, o movimento também é mantido por essas famílias, nós não temos pessoas que patrocinam. Eventualmente um parlamentar ou outro, como eu já falei de esquerda, que se identificam com a causa, faz ajudas eventuais para o encontro, para viagens, para reuniões que o movimento precisa fazer, mas a base do movimento é construída pelas próprias famílias, elas mesmo contribuem com o movimento para que ele exista, e exista com essa característica, diferente do que é hoje, mas com a característica de defender os interesses desse povo, que não tem aí empresa bancando ou mesmo políticos bancando para que não seja incomodado, por exemplo.

Não, eu vou aqui manter o movimento, bancar, ajudar para que não me incomoda, para ficar quietinho aqui, não é o objetivo do nosso movimento, o objetivo do nosso movimento é existir para fazer essa crítica que hoje é necessária na sociedade. Basicamente é mais ou menos isso.

Thayssa Nery: Pode falar sobre a primeira ocupação realizada pelo MLB, conhecida como Dois de Maio, e qual foi o impacto dessa ocupação na luta por moradia?

João Batista: Essa foi uma ocupação que a gente não tem tanto histórico, foi ali no início, aí foi uma ocupação na área de Mangabeira, até porque eu estou no MLB, a partir de 2009, então eu tenho um pouco desse histórico, mas foi uma ocupação eventual, foi um espaço que aí foi expulso, teve resistência, teve luta, mas ainda ali muito iniciante, tudo muito novo, a turma ainda não sabia como caminhar mesmo, e foi uma coisa que não durou muito tempo, essa ocupação, mas teve um fruto. Eles conseguiram, as pessoas, serem contemplados, eles foram contemplados no Gervásio Maia, é muito histórico. Então essa luta da 2 de maio, por exemplo, ela deu fruto de 100 moradias, a 100 famílias, onde hoje é o Gervásio Maia. Aí a gente não tem mais histórico, esses dias também a gente foi procurar, porque a gente estava fazendo um histórico, uns 25 anos de luta do MLB que está completando este ano, e aí a gente foi procurar as minúcias, mas aí foi muito pouco. A gente conseguiu mais

quem participou ali da luta, a gente conseguiu falar, pessoas que hoje moram no Gervásio, aí contou que participou no movimento, que teve um enfrentamento de polícia, do Estado, tudo, mas o fruto disso rendeu essa 100 moradia no Gervásio Maia, onde hoje parte a Colinas do Sul, o Gervásio Maia ali. Dessa ocupação nós temos só esse histórico aí.

Thayssa Nery: Vocês recebem apoio político para as ações?

João Batista: Não, não, assim, depende, quando a gente tem um mandato que tem parlamentares que são de esquerda, pronto, a gente hoje tem um, que o Marquinhos Henriques, o 15º, quando tem as demandas, seja uma ação judicial, despejo, seja algum conflito, a gente manda um convite para o mandato, faz uma visita, diz o que está acontecendo e pede o apoio. Ele tem sempre comparecido, graças a Deus não precisamos até agora, mas ele também deixa à disposição o setor jurídico. Como eu te falei, esse é o processo. Antes a gente tinha o mandato do Anísio, do Anísio Maia, não sei se você chegou a conhecer, então era o outro parlamentar, esse sempre foi mais aliado do nosso, esse sempre ajudou, até nas nossas organizações, nas viagens, nos eventos, eles sempre davam ajuda no custo, ajudavam ali, mas não que a gente fosse ligado, de vez que eu tivesse algum apoio, de mesma forma nas campanhas eleitorais. Os nossos indicados, ou os nossos candidatos, eles são candidatos porque a gente entende que precisa dessa pessoa para fazer esse trabalho, para representar essa classe, então é mais esse sentido aí, mas assim, vamos dizer, não, está fechado com fulano de tal, tem que, não, a gente defende essa política de que quando se tem um membro, tem um vereador como o Marcos, então quais são as possibilidades de a gente ter o apoio totalmente ao Marcos, ao Anísio, por exemplo, como sempre apoiamos nas campanhas passadas, até essa última que a gente não conseguiu eleger, mas trabalhamos bastante assim porque a gente entende que são pessoas que estão ali no meio da luta, são pessoas do meio, que a gente apoiou nesses mandatos.

Thayssa Nery: Como está organizado o MLB nacionalmente? Qual a bandeira de luta e as principais formas de luta?

João Batista: O MLB, ele está nacionalmente hoje em 20 estádios, eu não vou conseguir dar a ordem, nós estamos nacionalmente em 20 estádios, já chegamos a estar em 23, mas devido às distâncias e às dificuldades, a gente hoje estamos em 20 estádios e com essa mesma política, esse mesmo trabalho aí de luta pelo socialismo, que é o objetivo do nosso movimento, é construir uma grande força que possa fazer

esse debate político da implantação do socialismo, da luta pela libertação do povo, da luta da forma urbana que tem do socialismo.

As formas de lutas são as que, a gente tem se organizado coletivamente, o fulano de tal, é o presidente que resolve as coisas. Vai pela direção coletiva, a gente tira uma linha de luta e recentemente foi a luta contra a fome, a gente tirou, infelizmente não estamos conseguindo dar conta de vidas de dificuldade, mas a gente tirou de esse ano, todos os meses até acabar com essa crescente que tinha a fome no país, todos os meses a gente fazia uma luta, e aí a gente fez no Natal sem fome do ano passado e fizemos até abril, fizemos maio e abril, e aí não conseguimos fazer maio e nem junho, devemos fazer esse próximo mês um dia novamente na jornada de luta, e a dificuldade sempre continuou bastante nessa camada mais, digamos, mais oprimida da sociedade, a oprimida que eu digo pelo sistema, que vai deixando as pessoas cada vez mais vulneráveis e a gente tem que tratar, então a busca do movimento, o objetivo é a gente avançar na conscientização popular que é necessária uma unidade dos trabalhadores e das trabalhadoras do país para poder dar solução ao grande problema hoje que é o capital mandando no que temos de riqueza no Brasil, nós temos riqueza no país que necessariamente não precisaríamos de ninguém está passando fome, ninguém está sem moradia e muito menos é assim, está faltando alimento, nós somos um país que é o celeiro do mundo divulgado aí, até pela própria mídia, enquanto nós temos 30 milhões de famílias passando fome, é vergonhosamente, é um discurso que eu acho que nenhum desses políticos deviam nem botar na própria boca, é vergonhosamente isso nacionalmente, então a gente está encarando essa batalha ainda é muito difícil porque como a gente sabe tanto o estado, como o exército, como a polícia está para defender os interesses da classe rica, então cada vez que você ocupa um supermercado ou hipermercado, na verdade são esses monopólicos que hoje estão monopolizando os alimentos do nosso país, em vez de dar comida para o nosso povo eles ou vende para fora ou então joga no lixo, mas não baixam o preço para que o povo possa se alimentar, então a gente, em combate a essa política, a gente faz essas ocupações políticas, que não é ocupação de saque, não é ocupação para saquear, ainda não é, nós não acumulamos forças para chegar lá e ver, não, hoje quando vai ser alimentado vocês querendo ou não, ainda estamos no processo de acúmulo de força e aí trabalhando para reivindicar, tem que dar cada mão de vocês, vocês não jogam no lixo, vocês não prendem bem para fora para acumular riqueza em vez de alimentar o povo, então ainda estamos nesse

terreno, não temos forças para dizer não, hoje esses alimentos vão ser destinados para tal comunidade, para tal cidade e vai saciar a fome dessa população, não que o nosso país não tenha condição de fazer isso, como eu te disse, nós somos o celeiro de grãos do mundo, e a nossa sociedade, estamos com 30 milhões de famílias aí, como ele diz, na faixa da... da mente, da insegurança alimentar, insegurança alimentar, coisa nenhuma, é fome mesmo, quando você não tem chances de comer todo dia, é fome que você tá passando, necessidade são coisas que todo assalariado brasileiro passa, ninguém vai dizer que é assalariado e não tem necessidade, a gente vive isso, agora insegurança alimentar é outra história, é fome mesmo, mas como é uma palavra mais bonita para o político, para os governos, vamos disfarçar aqui que a insegurança alimentar, mas na verdade é fome, então o movimento faz a sua discussão política, social, coletiva, reúne uns três, quatro vezes por ano nacionalmente, né, a coordenação nacional, entre elas as executivas, também tem as nossas outras instâncias para tomar decisões imediatas, seja pelos acontecimentos políticos, algum evento que acontece periodicamente, então tem esse fórum que reúne para saber qual é a política que a gente vai tocar, qual vai ser a nossa participação, quando que a gente vai intervir nesse acontecimento, nesse processo, e entre elas nós temos as reuniões nacionais, vamos discutir os caminhamentos tirados das últimas, das próximas trimestres, e vamos conduzindo ali, diante das necessidades que temos.

Thayssa Nery: Quais os maiores desafios que o MLB enfrenta hoje em João Pessoa?

João Batista: A gente vem aí, e acho que há umas três legislaturas, a gente vem enfrentando conseqüentemente a crescência [sic] do fascismo, do país, essa política neoliberal, na verdade, são a política do capital, o capitalismo tem investido muito aí, e isso tem sido escondido por trabalhadores, então essa é a principal, a principal dificuldade que a gente tem encontrado, em João Pessoa, os últimos mandatos, eles foram, basicamente, mandatos de neoliberalismo, mandato para você ter um exemplo, o mandato do ex-prefeito Luciano Cartaxo, que era do PT, era do PT, voltou, mas para mim ele era, ele não é, acho que não é uma pessoa que tem que ser considerada do PT, mas foi um cara que, tanto o MLB, como os outros movimentos que faz a luta pela moradia, ele voltou, pensou, aí compomos um fórum de reforma urbana do Estado, a gente fez um enfrentamento naquele processo, elegemos o conselho das cidades, e o cara engavetou, então passou todo o seu mandato e sequer

fez a homologação do conselho das cidades para ajudar nessa discussão, para ajudar nesse trabalho político de lutar por mais moradia, e aí entra na decadência, entra o prefeito ainda mais reacionário do que o Luciano, nesse ponto de vista de tratar, né com os movimentos de tratar a política popular, até hoje nenhum dos movimentos tiveram conversas, dizer assim, não, o prefeito chamou a sociedade civil, o movimento social, para conversar, até hoje não tem, a gente conversou com a chefia de gabinetes porque ocupamos a prefeitura, nós levamos as famílias, ocupamos a prefeitura, aí tivemos uma conversa com a chefia de gabinetes, a única conversa que o prefeito teve com a gente, como o movimento social, eu encontrei ele na porta do gabinete, ele disse, a secretária vai resolver com você, essa foi a conversa que o atual prefeito, o Cicero Lucena, teve com o MLB, que a gente vem traçando uma política de trabalho, de enfrentamento, a gente tem sido atendido pela secretária, pela gestão, para assentar, para mostrar proposta, para discutir nossas propostas, como um movimento social que vive mais junto das comunidades, da sociedade, não tem diálogo, então esses mandatos têm prejudicado a política popular, a política que serve de fato de ouvir e atender, porque todos os projetos que a gente teve até agora, por parte da administração municipal, foi chegar aqui, eu quero fazer isso, eu vou fazer isso, como se ele fosse um morador de uma comunidade, entendesse o que o povo não passa, não, mandei uma equipe, ela analisou o problema e eu vou fazer isso, aí dona Maria que mora lá, que faz 50 anos, 70 anos, não, dona Maria, a senhora vai sair, e o pior, a senhora vai sair daqui, de onde a senhora nasceu, passou 50, 60 anos morando aqui, vai para onde eu quiser mandar, onde eu quiser votar, e aí é isso mesmo que tem que ser, se não tem o movimento para fazer esse debate, essa luta política, e hoje a gente tem enfrentado isso, obviamente, nas cidades de João Pessoa, eles querem construir uma política entre os gabinetes, com uma equipe técnica, uma política técnica para a cidade, quer que nós aceitemos sem dar nossa opinião de como deveria ser melhor para a população, e hoje a gente tem um prejuízo com isso, a gente vê os habitacionais que foram construídos nos governos passados, que foram dessa mesma forma, que colocaram as famílias que eram de várias comunidades, onde estão esvaziadas, as pessoas que moram nesse condomínio não são mais nem 70% do que foram, porque as condições de vida não foram respeitadas, não foram avaliadas, não foram construídas, e a gente tem um déficit maior ainda de que as famílias passaram para o terceiro, para o segundo, e outras pessoas moram nesses locais que não são elas que deviam, ou que tinham a necessidade, e muitas voltaram para situações

piores onde teve alguma intervenção nos locais que foram retirados, e não teve, continuam lá, ou em condições ainda piores, porque isso não resolveu, só dar a casa não resolve, tem que ter uma discussão, tem que ter a discussão de uma política para a gente poder, de fato, ter uma mínima condição de reforma urbana, só fazer uma casa lá onde eu quero botar as pessoas para lá não vai resolver a situação, que elas acabam voltando, mas são vários desafios, mas esses, e não ser ouvido, da política, o gestor municipal não dá a ouvido, não atender o chamado dos movimentos sociais, é um dos maiores prejuízos que a gente tem hoje para ter políticas urbanas e de qualidade, né, a cidade com habitabilidade ela conta muito, e os movimentos sociais têm muito a contribuir para quem, para os políticos que são os gestores que tiveram o melhor entendimento, ele faz uma política muito melhor do que eles conseguem fazer sozinhos.

Thayssa Nery: Você mencionou que ingressou no MLB no final de 2009. Pode contar como foi esse processo de entrada?

João Batista: Isso, finzinho em 2009, eu ingressei para 2010, a entrada no movimento foi, digamos que assim, uma coisa que eu nem esperava, nem me ligava, eu passei a, pode dizer assim, eu entrei mesmo na luta, eu entrei pelo movimento sindical, eu sou do interior, da zona da mata ali, daqui da Paraíba, eu sou filho da cidade de Sapé, eu sou Sapeense, então eu vim pra João Pessoa pela, aquela questão do êxodo rural, não tinha condições mais, muito sofrimento para sobreviver, aí eu vim pra João Pessoa e fui trabalhar na universidade federal, eu era zelador da biblioteca da universidade, e aí eu achando que era muito ruim no interior, quando cheguei na universidade, aí trabalhei acho que três meses, três meses seguintes, a empresa não me pagou mais, como também aos outros trabalhadores. Aí eu disse, poxa, se eu sair do lugar, porque o negócio tava difícil, eu vim pra que vou me matar, não tenho condições um negócio desse, aí cheguei lá, de manhã sentei na porta da biblioteca de São José, daqui eu só levanto com o salário e a cesta básica, na época eles não pagavam o tíquete, o vale, eles pagavam por cesta básica mesmo, então eu só levanto daqui pra fazer alguma coisa com o meu salário e a cesta básica, eu tô três meses, acabou tudo que eu tinha, o que eu tinha guardado, já tinha acabado do aluguel, então hoje é um trabalho, e aí os outros, imagina, na época eu não tinha filho, era só eu e a minha companheira, eu não sei como que vocês estão aguentando, eu acabei de tudo hoje, paguei o aluguel e a partir de hoje eu só trabalho com dinheiro, não quero mais trabalhar nessa situação, e vocês, pessoas com quatro filhos, com

um, não sei, como que vocês estão vivendo. Quando a diretora da biblioteca chegou, aí rapidamente ali iniciou uma cotinha de funcionário pra fazer uma cesta básica pro povo que eu passei, eu passei a situação, como eu chegava lá às cinco e meia da manhã, e era pra limpar a biblioteca, pra não ter barulho no horário de estudo, dos estudantes, passei a situação, todo mundo que foi chegando ia guardando a mochila do meu lado ali, todo mundo, ninguém queria ver, mas estavam também todos esgotados, e ali foi se juntando, e é a principal entrada da universidade, e aí quando os outros setores foram vendo que não tinha ninguém trabalhando, aí foram encostando também, pronto, ninguém trabalha, ninguém trabalha, e aí começou a paralisação, e aí fomos oito dias de greve dos prestadores de serviços, aí eu passei, aí chegou lá um grupo de jovens, até então, de estudantes, não, o que que é isso aqui e tal, e a gente informou o que era, os estudantes tomou pá da confusão ali com a gente, não, vamos pra cima, vamos atrás da reitoria, vamos atrás da prefeitura universitária, e ali criou aquela massa, e foi pra cima, chegou o sindicato, aí o sindicato não queria resolver nada do nosso pagamento, o negócio era botar a gente pra trabalhar, e chegou um rapaz magrinho, não sei se você chegou a conhecer, o Rafael Freire, que formou-se jornalismo, era militante da UJR, que é a União da Juventude, do jornal A verdade, o Rafael chegou ali, não, quero saber melhor como é que tá acontecendo, tal, ele disse ó, só não vai deixar, não voltar pra trabalhar, se o cara botar vocês pra trabalhar, vocês não vão sem receber nada, e ali foi a fairsquinha que tava faltando no pavio, eu sei que eu cheguei lá e disse, como é que é? Aqui só vai trabalhar quando tiver o pagamento do salário na conta e a cesta básica aqui pra gente levar pra casa. Acabou a conversa, isso aqui, pronto, eu sei que isso rendeu aí uns quinze dias de manifestação na universidade, depois de oito dias ninguém aguentava mais isso dentro da universidade, e aí eu sei que caçaram a empresa, foi uma confusão danada, teve que contratar uma outra empresa imediatamente, né, pra assumir as coisas, mas tudo queriam botar a gente pra trabalhar e sem, é assim, não, é só trabalhar aqui recebendo o dinheiro, e aí prender o dinheiro da empresa, eu sei que fizeram o primeiro pagamento, fizeram a primeira cesta, primeira, vale alimentação, digamos né, que era a cesta básica, e aí esse, o Rafael do jornal A Verdade, mais uns três garotos ali, estudantes, né, todos jovens, me chamaram pra conversar e eu não entendia muito, né, daquela coisa ali, era apenas um trabalhador, não tinha noção do que realmente tava acontecendo, eu só sabia que não deixava de me pagar, mas aí eles me deram já um livrinho explicando já as coisas, e aí eu me

interessei, a gente organizou uma leitura do jornal A Verdade, você puxa uma linha muito, e aí eu recomendo quem puder conhecer, fazer a assinatura, ou ler, gente, é uma, é uma fonte literatura, é uma fonte libertadora, e aí a gente marcou umas reuniões, aí avançamos para os processos jurídicos, que foram muitos, eram 486 trabalhadores, uma ação mediata ali para prenderem o recurso que a empresa tinha levado, da própria universidade também, para ver se pagava os débitos das pessoas, né, os salários e tudo, e aí eu sei que o Rafael me convida pra uma conversa, e aí saiu me perseguindo, foi até minha casa, a gente nem se conhecia, mas aí foi conversando, tá, onde que você mora, ele tinha ouvido minha história, né, a situação que eu estava, e foi até minha casa, eu morava lá no Rangel, não sei se você chegou a conhecer, o bairro do Rangel fica vizinho ao bairro de Jaguarim, ali, o Cristo, foi até minha casa, por coincidência, quando ele chegou lá, a minha companheira trabalhou na casa da avó dele, aliás, da tia dele, quando ela chegou lá, ela ficou olhando para ele, e saiu, né, depois voltou e ficou olhando para ele de novo, aí tá aí, ele foi, perguntou, você é Maria Gisela, ela disse sou, aí pronto, aí ela foi e falou, né, que tinha trabalhado na casa da tia dele, onde ele vivia a maior parte do dia, porque a mãe trabalhava, o pai trabalhava, e foi essa coincidência, e daí ele fez o convite para eu participar do movimento, e eu comecei pelo movimento sindical, mas em pouco tempo, pelo bairro que eu morava, pelo bairro popular, necessidade de moradia, e nas discussões políticas, eles viram que eu tinha um perfil mais para traçar esse bairro, de bairro, já que eu tinha ficado desempregado, sim, aí eu passei nesse processo, sofri a perseguição política da própria universidade, o sindicato da categoria, na época, foi lá e pediu para me demitir, senão eu ia acabar tirando a outra empresa também, para você ver a, o próprio sindicato, foi lá e pediu para me tirar, ou vocês tiram esse cara, ou ele ia tirar a outra empresa, porque do jeito que eu era, aí foi um processo, a gente fez um enfrentamento, foi mais ou menos seis meses de luta para me arrancarem da universidade, e aí tiraram, aí a gente achou melhor do que estar arrumando conflito com várias pessoas, que eu nem conhecia, não sabia nem quem era, eu estava em algum risco, algumas pessoas começaram a me aconselhar, foi o cara da empresa, eu tinha sido expulso, tinha ligação com o crime também, o pessoal começou a me resguardar e acabou me tirando da universidade, lá do campus da universidade, e diante da perseguição eu fiquei desempregado, aí fui morar no bairro, como morava no bairro, tinha esse perfil, de quem morava na periferia, tinha essas condições, e aí me convidaram para fazer o MLB, aí me explicaram mais ou menos a

lei, o que era o MLB, disseram olha, não tem muito o que você saber não, é só uma organização de pessoas, na maioria são desempregados, mas na maioria essas pessoas são pobres, que não pagam aluguel como você, que não têm onde morar, o que você acha, é, eu vou pensar, e aí nesse pensamento passou mais ou menos uns 15 dias, e eles foram me fazer uma visita novamente, aí eu aceitei e pronto, entrei na luta e tou até hoje, e aí foi isso, que já era o Rafael da Juventude, mas aí o Jornal já é um cartão de visita, dessa organização, o Jornal, a verdade, tanto do MLB, quanto a própria UJR, que é a Organização da Juventude, nas universidades, o Jornal é um cartão de visita, assim digamos, a primeira coisa que a gente oferece para quem a gente conhece é o Jornal, a verdade, é o nosso, essa é a nossa política, o nosso cartão, e aí foi através do Jornal mesmo, foi o primeiro material também que ele passou, depois passou outro, que era lá da luta de classe, e aí fomos trilhando, ingressei no MLB, começamos a organizar, e aí, por muito tempo, em 2012, a gente organizou uma ocupação em Campina Grande, a ocupação Margarida Maria Alves, foi uma ideia exitosa, assim, bem, para ter uma ideia, a gente conseguiu ali, no auge do Minha Casa Minha Vida, nós conseguimos o Major Veneziano, que na primeira etapa foram 480 apartamentos, e depois fizeram mais 600, hoje é mil e poucos apartamentos do Complexo do Major, então foi uma luta muito grande, e isso a gente tinha feito uma ocupação no terreno, que é nos arredores do Minhão ali, uns 120 famílias, e dessa luta a gente conseguiu contemplar essa ocupação, uma comunidade que chamava Comunidade do Papelão, morava lá de lado, e a gente conseguiu contemplar essa comunidade também, e a partir daí eu fui participando é... das reuniões, dos encontros, aí foi sendo é... eleito, né, passando pelo Congresso Municipal, Estadual, e aí firmou na Coordenação Nacional, onde até hoje faz parte da Executiva também Nacional do Movimento, assim, tem estado satisfeito com essa luta, e contribuir com a sociedade, e eu queria dizer que fiz parte dessa libertação do nosso povo.

Thayssa Nery: O que motivou você a entrar no MLB?

Joao Batista: Eu acho que se eu não tivesse entrado hoje eu seria mais uma pessoa que devia estar ali com uma boa casa, um bom carro, mas não tinha a menor noção do que é essa possibilidade desse conhecimento, de como poder contribuir com uma verdadeira mudança, entender que o... a política hoje implantada no nosso país não é para trabalhar pelo povo pobre, mas é para manter o capital regendo isso, lucrando sobre o suor do povo trabalhador, por exemplo, e não lhe dar sequer o

mínimo necessário que lhe devia dar para o povo sobreviver e manter, né, porque é triste você, imagina aí, tu manter, vamos pegar como exemplo, sua casa todinha e não ter direito de morar nela, ou comprar um carro, manter o carro todo inteiro, ter direito nele, não andar no passeio, é isso que a gente vive hoje, a gente trabalha o mês inteiro, no fim do mês, quando paga o aluguel não consegue pagar a água e luz, todo mês você faz uma coisa para manter uma coisa que tá fazendo isso com você, então é isso que o pessoal precisa entender que a gente tem condições de se libertar disso, pelas nossas próprias mãos não vai ter Salvador da Paz, acho que hoje dá para a gente entender, não tem Salvador da Paz, hoje a gente fez toda a luta política para se libertar do opressor que ia nos matar mais cedo ou mais tarde, mas a gente chega a entender que é apenas para melhorar o caminho, para a gente trilhar, para a gente arrumar forças, porque hoje o governo se coloca a não convidar o povo para fazer sua libertação, ele prefere tá entregando a riqueza do nosso povo a meia dúzia de bandidos, ali que hoje predomina as câmeras né, as casas legislativas, que descaradamente não são tratadas como bandidos, porque tem o poder, tem o recurso, tem o dinheiro, tem o lucro, mas o que eles fazem são coisas de bandido, é matar milhares e milhares de brasileiros de fome, sem ter onde morar e levar o recurso para os fundos que eles têm, para o grande negócio que eles têm, e isso o governo não tem coragem de implorar para dizer para o seu povo, a gente viu recentemente agora mil generais, querer tomar o governo do país, imediatamente o governo chamou quem? O povo, não, é vocês que tem que defender e o governo para vocês, e olha que aquele povo não está vivendo nos melhores dias de sua vida, né, muita dificuldade, muita fome, muita pobreza, mas o povo ainda entende que o outro lado não é o que vai salvar seu país, e o governo brasileiro ele tem o entendimento para isso, só não quer fazer, né, acha que é melhor manter o governo do jeito que está mantendo, comendo o pão que o diabo amassou, mas não se entrega, não tem essa ordem de dizer não, nosso povo tem condições de arrancar esse câncer daqui, e é isso que a gente tem que cada vez mais ter essa luz e passar isso para nosso povo.

Thayssa Nery: Qual é a estrutura atual do MLB em João Pessoa e quantas pessoas estão envolvidas na militância?

João Batista: Hoje eu não vou saber disso, hoje eu não vou saber, em João Pessoa mesmo, hoje a gente aumentou em 100%, João Pessoa, só na coordenação municipal que a gente elegeu no fim de maio, a gente tamos [sic] com 18 camaradas titulares, 18 participantes, e aí nós temos famílias, nós temos é... 60 na ocupação

Marielle, é uma ocupação de barraco no Bairro das Indústrias, nós temos 41 na João Pedro Peixeira, que eu acho que é que você visitou lá no centro, e na base do movimento nós temos cadastradas 200 e poucas famílias, já 215 mais ou menos por aí, então é muita gente, quando você multiplicar 200 por 3 aí, que é mais ou menos a base tem algumas que é 5, tem outras que é só 2, tem outras que é só 1, e aí quando você arredonda vai dar 3 pessoas por família, então é variável, a gente não tem um número exato, hoje nós temos x pessoas no movimento fazendo parte, a gente tem mais esse controle na própria organização, nas coordenações, nas comissões ali, aí a gente tem mais esse controle, mas das famílias mesmo, até porque isso é variável, tem semanas que saem, tem semana que entra. Hoje nós temos um comitê que discute a política do movimento, nós temos a coordenação municipal, que são outras pessoas, nós temos um comitê de 4, e nós temos na coordenação aí 18 pessoas, então temos aí 22, mas assim dirigindo, né, na direção de 1 e 2 pessoas, nesse trabalho aí de dirigir um movimento aqui no estado.

Thayssa Nery: Como o movimento se prepara para uma ocupação, e qual é o processo de organização das famílias? Como é feito o trabalho de aproximação e conscientização das famílias sobre as possibilidades oferecidas pelo movimento?

João Batista: Bom, primeiro, é o seguinte, a gente começa no bairro fazer uma visita, começa pelo jornal, a gente marca uma visita em um bairro, não hoje, a gente chama de brigada, hoje vai ter brigada no jornal a verdade e panfletagem do MLB, então lá no panfletinho do MLB já tem dizendo, ó, “você que é assalariado, que gasta mais de 30% do seu salário com aluguel, que mora de favor, que não tem onde morar, ou mora na rua, tal, você precisa se organizar no movimento”, o movimento faz a luta pela moradia, aí marca reunião, geralmente a gente chega no bairro, procura, na maioria das vezes, a gente procura as associações, os centros comunitários, que é o espaço que as pessoas têm de participar de alguma coisa, infelizmente tem uma ainda uma arcada, em João Pessoa que é usado esse espaço para interesses particulares, então algumas associações só tratam ali do seu interesse, do seu apoio político, do seu candidato, tal, não quer muito se envolver nas questões da comunidade em si, o que ele acha que essa associação é para fazer a festa do dia das mães, dos pais, essas coisas aí, mas não trata da política, né, tipo, uma escola que não tá legal na comunidade, a creche que não tem, um posto de saúde, eles acham que não é dever deles, e aí não se envolve muito, e muitas vezes, como tem apoio de algum parlamentar, às vezes da própria, no caso de João Pessoa, é a mulher do prefeito, ela

é quem diz qual é a associação que vai as coisas e que não vai, se não for da linha dela, ali não vai, a gente tem algumas que não é da linha dela, inclusive a gente tem uma que a gente fez uma grande briga aí que é a comunidade São Rafael, acho que Rafael deve ter falado pra você, né? Ela tá cortando tudo, lá tem creche, lá tem escola, lá tem espaço cultural, um espaço enorme, a gente tinha curso de tudo que você imaginava, de cabelereiro, de música, de artes marciais, de manicure, de tudo que você imaginava, de padeiro, de tudo. A mulher quando entrou na gestão cortou porque a gente não queria que as famílias saíssem do jeito que eles queriam tirar, a gente queria a urbanização da comunidade, eles queriam arrancar, então cortou tudo, então é uma das associações que não tem hoje, recursos da própria FUNJOPE, por exemplo, que é, quem faz o patrocínio dos trabalhos com cultura, né? Então, fomos perseguidos até, até hoje, na verdade, e aí trataram, a gente fez uma luta grande por causa dessa expulsão das famílias, mas voltando pra nossa trilha, né? Que é como chegar à ocupação, aí a gente convida as pessoas, faz esse convite, chama pra reunião e quando é na reunião, a gente trata, pessoal, você precisa saber que é você que tem que ir, se você ficar esperando pelo programa Minha Casa Minha Vida, por mais que ele ofereceu essa casa pra gente, mas pra ter uma ideia, em João Pessoa são 40 mil esperando ser sorteado lá no sistema. O caminho da ocupação, ele é mais evoluído, porque você vai tá em movimento, você vai tá na luta, você vai tá criticando, você acha que o prefeito vai se incomodar de você, em casa, esperando ser sorteado, ou você numa ocupação dizendo que ele não tá fazendo casa pra você? É meio caminho já andado, você tá lá, ele vai tá sabendo, ele não quer que isso aquilo seja dito, então ele vai tratar de resolver, vai procurar quais são os meios e aí a gente tá cotidianamente só por morar ali, fazendo a crítica a ele, a gente tá aqui porque não tem pra onde morar e isso tem apressado né, e você tá sentado, eu tô caminhando aqui pra chegar no fim, inclusive a gente tem enfrentado crítica de alguns estudiosos aí, que tão dizendo que a gente sai como privilegiado, e não é, eu acho que é fruto de um trabalho, fruto de uma luta porque se você tá em casa esperando não é, a coisa vai chegar quando sobrar, não vai chegar antes da necessidade e se você se predisponha a entrar numa luta, a deixar muitas vezes mesmo pago, a deixar o mínimo de conforto que se tem em um teto pra ir pra uma ocupação do caso da João Pedro mesmo, nós passamos um prédio lá que a gente passou mais ou menos a gente entrou lá de uma e meia da manhã, a gente foi até oito horas da manhã tirando poeira pra ter uma ideia poeira que era uma lama, sete anos de prédio fechado, como ele

tinha vários compartimentos que era de carpete aí grudou um pó, uma tinta muito preta que foi tampo pra descer, a juventude nossa deu um trabalhão danado e aí os companheiros é um braço de guerra, é nosso exército aí quando a gente faz as ocupações pra dar essa ajuda porque na maioria das vezes vai muitas mães com filhos, as pessoas idosas e esses espaços vão ficando mais carentes e a gente tem a política de que todos tem que viver bem, a gente não sai do ruim pra viver pior todo mundo tem que se socializar ali pra resolver a parada e deixar tranquilo pra todo mundo então vai pra uma ação de guerra mesmo, dar esse nível de conforto pras famílias, né, pra não dizer assim não, eu tô pior, tem que estar melhor do que onde a gente está, então esse é o trabalho do movimento vai lá na comunidade, convida as pessoas, faz essa conversa ali e vai formando a pessoa pra ela também não sair lá da casa achando que vai ganhar uma casa e a vida e aí a gente vai tratando de fazer essa formação política e a gente diz quem passou pelo MLB, mesmo hoje não permanece, que aí são muitas pessoas, pra ter uma ideia a gente entregou 68 unidades há três anos, dessa 68, hoje nós só temos uma pessoa que hoje faz parte do movimento faz a luta, né, de 68, nós temos um que tá nessa luta, mas nenhum que você conversar com ele ele é mais a mesma pessoa que não conheceu o movimento, quando você fala você pode falar do que quiser, falar desse aqui que eu conheço já tem essa política lá, entende mais das coisas, eu não sou um enrolado do mesmo uma facilidade que faziam antes.

Thayssa Nery: Durante o processo de preparação para uma ocupação, o movimento revela aos participantes o local exato da ocupação com antecedência?

João Batista: Não, ninguém sabe se a gente divulga... não, a ocupação vai ser na casa que foi de Maria... quando a gente chegar lá não vai ter nem como entrar, né, vai estar cheio de segurança. Porque não dá pra dizer pras famílias de, ó, de vai ser em tal canto. E aí eles têm que confiar, porque assim, nosso objetivo é trazer o melhor possível. E melhor, a gente, você entra pra construir, pra ver os resultados, pra garantir o objetivo final, que é ter a moradia digna. Seja no mesmo local, como foi a questão da João Pedro, que a gente ainda nem achava que ia ser lá mesmo, né? A gente não entrou com esse pensamento, que ia durar muito, porque quando ele foi comprado, a intenção era que fosse um shopping. E aí, com a mudança de gestão, passou a ser misto, mas quando a gente foi ver o projeto, o projeto era direcionado pra uma faixa dois, e aí é quem tem mais de um salário mínimo e tal. Então a gente já sabia que a briga ali ia ser pra conquistar a moradia, não é isso? Por sorte do movimento acabou

sendo lá mesmo, com a mudança de projeto do prefeito, do ingresso do Minha casa Minha Vida.

Thayssa Nery: Como está a situação atual do projeto?

João Batista: Hoje, eles fizeram um projeto que não contemplava as famílias, aí a gente teve que fazer uma luta política grande. Conseguimos mudar o projeto, eles estavam fazendo um flat né, mas como que você vai colocar uma família, por exemplo, que tem sete pessoas, cinco crianças e os dois adultos, como que você ia colocar um flat? E aí foi nessa discussão política e diminuiu, né, porque o prédio é tombado, aí não tem muita condição de reforma estrutural. Então foi pra uma discussão com o IFAEP, dizemos essa peregrinação toda, conseguimos mudar, diminuiu algumas unidades, por exemplo. Não vão ser contemplados as 40 famílias lá, vai ter que estar ali com a prefeitura outro empreendimento, pra colocar algumas das famílias pra viabilizar a quantidade, né. E aí, como teve que ser apartamentos mesmo, mesmo que vinha o quarto, mas a gente queria que fosse apartamento, e aí a gente fez essa discussão com a engenheira, ligou o arquiteto, explicamos pra ele qual era o perfil das famílias, não dava pra ser flat, não tinha como conseguir, e aí chegamos no ponto de ser, tá se trabalhando junto, da caixa, essa mudança, porque tem toda aquela questão de edital, de projeto, eles ficaram de fazer uma visita junto com a caixa, inclusive lá na ocupação.

Thayssa Nery: Qual é a expectativa do início das obras? E como está sendo feito o acompanhamento para garantir que as famílias recebam o auxílio aluguel durante o período de reforma?

João Batista: Bom, depois do projeto, provavelmente tem 120 dias pra iniciar as obras, então nós prevemos que até setembro aí eles estejam iniciando. Aí vai do auxílio aluguel, essa semana passada eles estavam fazendo um levantamento pra encaminhar o auxílio aluguel das famílias. Então, durante o período de reforma, eles vão estar no auxílio aluguel, até o retorno pronto pra ir aguardar aí que a ficar está pronta, e espero com minha volta aí nesses 8 dias, ou 10, 8 dias pra frente, a gente já sentar pra traçar aí as condições de acompanhamento de obra, de trabalho dessas coisas. Mas conseguindo juntar a secretaria, como eu falei, e a equipe técnica, isso é muito comprometido assim, não tem dado trabalho pra gente, não tem? Conseguindo aí, digamos que com um pouco de cuidado, mas vamos conseguir implementar as mudanças que foram necessárias, tivemos uma conversa também com o pessoal que é da Secretaria de Periferias, não sei se você chegou a conhecer, mas o Flávio, ele é

daqui da Paraíba, ele é do movimento social, nessa luta, se comprometeu aí tá fazendo os cuidados pra nos ajudar, ele tem feito uma colaboração bastante significativa, o pessoal tem dado atenção a isso, pelo menos tem nos ajudado a encaminhar, mesmo que na nossa opinião. Essas questões são muito burocráticas, mas na nossa opinião, um pouco devagar, mas tem encaminhado, pelo menos até agora, a gente tá nesse processo aí de análise, e estamos caminhando espero que de tudo certo a gente possa logo mais estar entregando aqui pras famílias.

O MLB, conforme explicado por João Batista, surgido em 1999, foi criado como uma resposta à necessidade de uma reforma urbana que vá ao encontro das necessidades da população mais vulnerável, especialmente àquelas famílias que não têm condições de adquirir uma moradia digna. A partir dessa perspectiva, o movimento organiza ocupações urbanas como um instrumento de luta social, comparando-as com greves realizadas por trabalhadores de outras categorias. O movimento também busca combater a fome e a pobreza extrema, denunciando a contradição de um país rico em recursos onde milhões de pessoas vivem em condições precárias.

João Batista também menciona os inúmeros desafios que o MLB enfrenta, principalmente devido ao cenário político desfavorável. Governos locais que adotam políticas neoliberais e que ignoram ou reprimem os movimentos sociais dificultam ainda mais a luta por moradia digna. Além disso, há uma crescente necessidade de enfrentar o fascismo e as políticas de capital que aumentam as desigualdades. Essas dificuldades são exacerbadas pela falta de diálogo entre o poder público e os movimentos sociais, resultando em políticas públicas que não atendem às reais necessidades das comunidades afetadas. A falta de participação popular na formulação dessas políticas conduz a realocações de famílias para locais sem infraestrutura, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão, por exemplo.

É fundamental compreender que a luta por moradia não se limita à questão habitacional em si, mas envolve a construção de cidades onde todos tenham acesso a serviços públicos de qualidade e possam participar das decisões que afetam suas vidas. É preciso superar a visão fragmentada da questão habitacional e compreender que ela está interligada a outros problemas sociais, como a desigualdade social, a exclusão e a violência.

No contexto das ocupações, o coordenador menciona a importância do sigilo para o sucesso das ações, a confidencialidade acerca dos locais que serão ocupados permite que o movimento minimize a possibilidade de uma repressão imediata.

Conforme João, a escolha dos locais de ocupação não é feita de forma aleatória. Cada edifício é cuidadosamente selecionado com base em uma série de critérios estratégicos. Entre os fatores considerados estão a localização, a viabilidade de transformar o espaço em moradias dignas, a proximidade com infraestrutura básica, e o potencial para abrigar um número significativo de famílias.

Ao longo do processo de ocupação e consolidação dos espaços, o coordenador relata dificuldades enfrentadas. Estas incluem a necessidade de adaptar os projetos habitacionais para se alinharem com as necessidades das famílias ocupantes. Dado que essas famílias possuem perfis diversos, com variações de tamanho, composição e necessidades específicas, o que se torna inviável estabelecer um modelo habitacional padronizado. Assim, é necessário que haja a concepção de soluções individualizadas que reconheçam a diversidade dentro das famílias e garantam que cada uma delas tenha acesso a um lar que atenda às suas demandas.

Concluindo, a luta do MLB, exemplificada pela ocupação João Pedro Teixeira, é uma demonstração da importância de movimentos sociais. Através da organização coletiva e da resistência, o MLB continua a pressionar por mudanças estruturais, especialmente para aqueles que são frequentemente esquecidos pelo Estado.

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada com os moradores da Ocupação João Pedro Teixeira.

- 1) Nome, idade, naturalidade?
- 2) Grau de escolaridade?
- 3) Que tipo de lazer utiliza?
- 4) Principais dificuldades na ocupação?
- 5) Onde morava antes de estabelecer a ocupação como local de moradia? Era imóvel próprio ou alugado?
- 6) Já foi inscrito em algum programa habitacional?
- 7) Como era a sua vida antes de entrar na ocupação?
- 8) Motivação para a ocupação? Expectativa? Qual motivo principal levou a ingressar na ocupação?
- 9) Participou de outro movimento por moradia antes?
- 10) Participou de algum movimento social antes?
- 11) Como se aproximou do MLB?

Embora tivéssemos um roteiro pré-definido como guia, as entrevistas seguiram um caminho mais aberto, impulsionadas pelas contribuições dos participantes. As respostas dos entrevistados frequentemente abriam novas perspectivas, exigindo que adaptássemos as perguntas para aprofundar determinadas questões. Assim, o roteiro, como já citamos na introdução, serviu mais como um norteador, adaptando-se às particularidades de cada conversa.

APÊNDICE C – Fachada da ocupação João Pedro Teixeira



Fonte: Autora, 2023.

Observação: Há quatro andares no prédio, mas o último não está habitável.

APÊNDICE D – Situação inabitável do quarto andar da Ocupação João Pedro Teixeira.



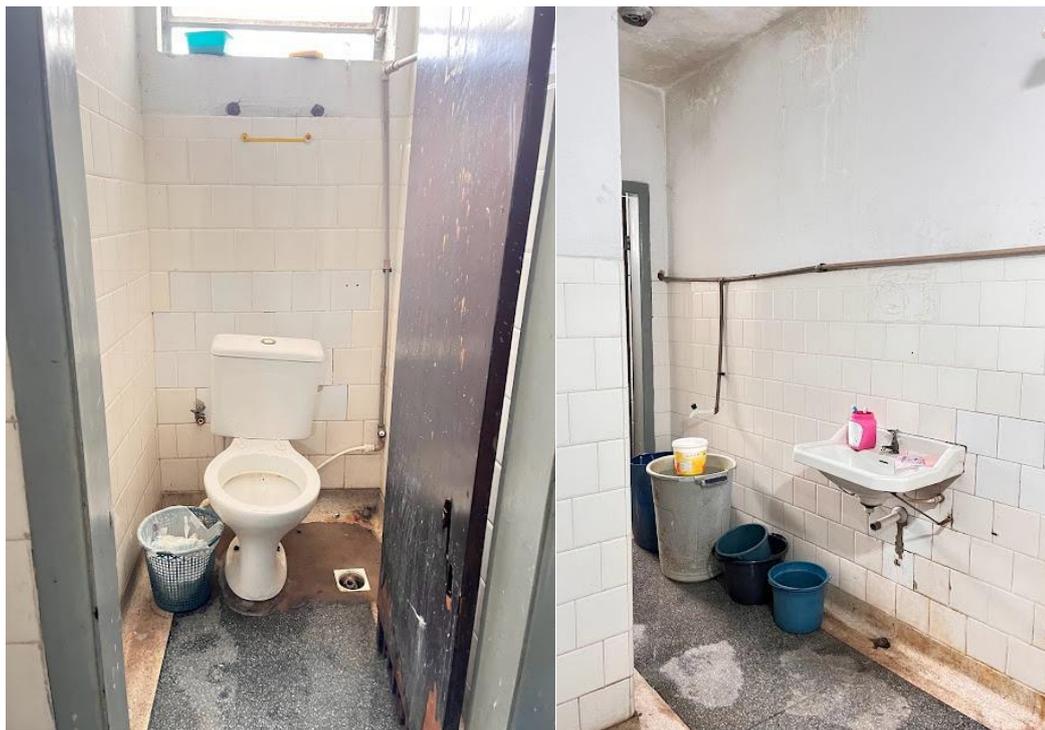
Fonte: Autora, 2023.

APÊNDICE E – Fiação de energia elétrica feita pelos moradores.



Fonte: Autora, 2024.

APÊNDICE F – Situação dos banheiros da Ocupação.



Fonte: Autora, 2024.

APÊNDICE G – Pinturas pelas paredes da Ocupação.



Fonte: Autora, 2024.

APÊNDICE H – Cartazes e pinturas pelas paredes da Ocupação.



Fonte: Autora, 2023.